

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS DE CACOAL
Departamento do Curso de Direito

O TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO AO USUÁRIO DE DROGAS
PELA LEI 11343/06

Gleysse Machado Silva

GLEYSSE MACHADO SILVA

**O TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO AO USUÁRIO DE DROGAS
PELA LEI 11343/06**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito sob orientação da professora especialista Claudinéia Duarte da Silva Gomes.

Cacoal-RO
2008

GLEYSSE MACHADO SILVA

O TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO AO USUÁRIO DE DROGAS PELO ARTIGO
28 DA LEI 11343/06

AVALIADORES

Professora Especialista Claudinéia Duarte da Silva Gomes

Nota

2º Avaliador

Nota

3º Avaliador

Nota

Média

Cacoal – RO
2008

Dedico esta pesquisa aos meus pais e especialmente à tia Neusa, que em todos os momentos demonstrou ser uma incansável companheira; aos meus avós Antônio Carlos de Melo e Maria Santa Machado que não estão mais presentes entre nós, mas que me incentivaram para que eu jamais desistisse de lutar pelos meus objetivos.

Agradeço a Deus pelo dom precioso que hoje me concede, à orientadora pelas sugestões oferecidas e que muito enriqueceram o presente trabalho. Aos professores pela dedicação e pelos ensinamentos transmitidos no decorrer deste curso e aos amigos Irandir, Idemeneris e Itamar pelo carinho demonstrado e por terem contribuído com a realização deste trabalho e a todos àqueles que diante das dificuldades enfrentadas por mim, revelaram ser meus verdadeiros amigos.

A minha vida sou eu, não você (crack). Sou eterna, enquanto você é temporário. Já se dissipou a força que você tinha em minha vida. Porque agora e sempre, me concentrarei em ser eu mesma, sem necessidade de entorpecer minha realidade com a sombra que é a sua força. Sombras são apenas sombras.

M.G.S.

Usuária de crack durante dez meses.

Extraído da obra Tóxico e Comportamento Delituoso, autor Renato Posterli.

RESUMO

SILVA, Gleysse Machado. O tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas pela Lei 11343/06, 166 folhas, cidade de Cacoal – RO. Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal, 2008.

A Lei 11343/06, em seu artigo 28 contempla penas alternativas para quem pratica as condutas incriminadas previstas em seu dispositivo com a finalidade de consumo pessoal, em oposição ao que estipulava a revogada Lei 6368/76, que previa a pena de prisão para quem tivesse o mesmo comportamento. Atualmente, a conduta de portar ou possuir drogas para uso pessoal é visualizada como questão de saúde pública, embora tal comportamento ainda seja punido com o que a lei vigente denomina de medidas educativas. O legislador por não ter revelado a forma como as penas alternativas devem ser executadas, deixou transparecer certa omissão, indiretamente, destinou tal prerrogativa ao poder judiciário. A presente lei suscita dúvidas e indagações acerca do seu caráter terapêutico. Haja vista, que apesar de constar no parágrafo sétimo do artigo 28 da referida lei, que o poder público colocará à disposição do consumidor de tóxico um estabelecimento de saúde gratuito por determinação do juiz, esta teoria reside na inocuidade, uma vez que o governo não fornece recursos para sua implementação, e o usuário é forçado a cumprir as penas alternativas, conseqüentemente, as denominadas medidas educativas não têm demonstrado eficácia para dirimir uma questão de tamanha relevância social, pois o que parece existir é apenas preocupação dos doutrinadores em tentar descobrir se houve a despenalização, descriminalização formal ou substancial com a edição da Lei 11343/06, mas não em fornecer tratamento adequado para a recuperação dos dependentes de substâncias tóxicas.

PALAVRAS- CHAVE: Consumo Pessoal, Drogas, Medida Educativa.

RESUMEN

SILVA, Gleysse Machado. El tratamiento diferenciado dado al usuario de drogas por la Ley 11343/06, 166 hojas, ciudad de Cacoal – RO. Trabajo de Conclusión de Curso. Fundación Universidad Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal, 2008.

La Ley 11343/06, en su artículo 28 abarca simplemente alternativas a aquel que practica las conductas criminales contenidas en su dispositivo con la finalidad de consumo personal, en contra al que estipulaba la revogada Ley 6368/76, que establecía anteriormente la pena de prisión a aquel que tuviera el mismo comportamiento. Hoy, la conducta de portar o de poseer drogas para el uso personal es vista como una cuestión de salud pública, aún tal comportamiento todavía sea punido con lo que la ley vigente llama de medidas educativas. El legislador por no haber revelado las maneras como las penas alternativas podrían ser ejecutadas dejó transparecer cierta omisión, indirectamente, ha destinado tal prerrogativa al poder judicial. La presente ley deja dudas y indagaciones acerca del carácter terapéutico. Sin embargo, todavía contenga en el párrafo séptimo del artículo 28 de la dicha ley, que el poder público pondrá a la disposición del consumidor de droga una, institución pública de salud por determinación del juez, esta teoría tiene base en la inocuidad, ya que el gobierno no dispone de fondos presupuestarios para su implementación, entonces, el usuario es llevado a cumplir las penas alternativas, consecuentemente, las llamadas medidas educativas no han sido eficaces por no resolver una cuestión de gran relieve social, pero lo que se parece existir es apenas la preocupación de los doutrinadores de investigar si ocurrió la despenalización, descriminalización formal o sustancial con la edición de la Ley 11343/06, pero no en ofrecer tratamiento adecuado a la recuperación de los dependientes de sustancias narcóticas.

PALABRAS-LLAVE: Consumo Personal, Drogas, Medida Educativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO.....	12
1.1 NO MUNDO.....	12
1.2 NO BRASIL	15
2. PECULIARIDADES DOS TÓXICOS	18
2.1 DEFINIÇÃO.....	19
2.2 CLASSIFICAÇÃO	20
2.3 COMPOSIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	23
2.4 EFEITOS	25
2.4.1 Somáticos e Psíquicos	26
2.4.2 Sociais.....	31
3. PRINCÍPIOS DO SISNAD	44
3.1 RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA, ESPECIALMENTE QUANTO À SUA AUTONOMIA E À SUA LIBERDADE	45
3.1.1 Autonomia da Vontade.....	47
3.1.2 Liberdade Individual <i>versus</i> Liberdade Alheia.....	48
3.2 A PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE, RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS ATIVIDADES DO SISNAD	49
3.3 O RECONHECIMENTO DA INTERSETORIALIDADE DOS FATORES CORRELACIONADOS COM O USO INDEVIDO DE DROGAS, COM A SUA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E O SEU TRÁFICO ILÍCITO	51

3.4 ADOÇÃO DE ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR QUE RECONHEÇA A INTERDEPENDÊNCIA E A NATUREZA COMPLEMENTAR DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO, REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS, REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS	51
--	----

4. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LEI Nº 11343	53
4.1 CONDUTAS SANCIONADAS	54
4.1.1 Adquirir e Guardar	56
4.1.2 Ter em Depósito e Transportar	56
4.1.3 Trazer Consigo	57
4.1.4 Outros Aspectos Inerentes às Condutas do Artigo 28	57
4.1.5 Sujeitos da Conduta	60
4.1.6 Objeto Jurídico do Artigo 28 e Objeto Material da Infração	61
4.1.7 Requisito Normativo do Tipo	64
4.2 PENAS COMINADAS	65
4.2.1 A Advertência sobre o Efeito das Drogas	65
4.2.2 Prestação de Serviços à Comunidade	66
4.2.3 Medida Educativa de Comparecimento a Programa ou a Curso Educativo	67
4.2.4 Fase Executiva das Medidas Alternativas	68
4.2.4.1 Medidas Alternativas Temporalmente Mensuráveis	70
4.2.4.2 Reincidência	70
4.2.5 Situação de Descumprimento das Penas ou Medidas Consensuadas	71
4.3 RETROATIVIDADE DA NOVA LEI	72
4.4 DROGAS E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU DA BAGATELA: ATIPICIDADE MATERIAL DO FATO	72
4.5 SEMEAR, CULTIVAR OU COLHER PLANTAS TÓXICAS	76
4.6 CRITÉRIOS PARA DESCOBRIR SE A DROGA É DESTINADA A CONSUMO PESSOAL	77
4.7 INIMPUTABILIDADE POR DEPENDÊNCIA	79
4.7.1 Consequências	79
4.7.2 Estado de Entorpecimento Voluntário	80
4.7.3 Estado de Entorpecimento Acidental	80

4.7.4 Capacidade de Entendimento ou Volitiva Diminuída	81
4.8 DESPENALIZAÇÃO OU DESCRIMINALIZAÇÃO DA CONDUTA DE PORTE OU POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL	81
4.9 JUSTIÇA TERAPÊUTICA	88
5. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apesar de estar delimitado ao direito material demonstrará aspectos inerentes às penas alternativas e esclarecerá a forma como estão sendo executadas no Juizado Especial Criminal. Os métodos utilizados para a realização deste estudo são dedutivo e empírico. Inicialmente, serão verificados a história dos tóxicos, como surgiu, a finalidade da utilização de determinadas drogas pelos povos da antiguidade e sua propagação pelos demais países até difundir-se no Brasil.

Posteriormente serão analisados a definição, classificação, composição, administração e efeitos dos tóxicos, o que pode ser considerado um agente tóxico e a portaria da Agência de Vigilância Sanitária que é utilizada como parâmetro para estabelecer se a droga que está sendo consumida, caso conste em sua lista, será ilegal a sua comercialização, salvo a concessão da ANVISA ou autorização médica para isso, que deverá estar vinculada a esta.

Ademais, este estudo explicará os princípios do SISNAD, a definição desse sistema, a finalidade para o qual foi instituído a fim de compreender sua contribuição nos aspectos de prevenção e repressão às drogas.

Além disso, o objeto deste estudo está relacionado com a demonstração das condutas sancionadas, sujeitos desta conduta, objetos jurídicos do artigo 28 da Lei 11343/06 e material da infração, o requisito normativo do tipo, as penas cominadas, questões como efetividade das medidas educativas, reincidência, situação de descumprimento das penas ou medidas consensuadas; retroatividade da lei em estudo, o princípio da insignificância ou da bagatela.

Apresentar-se-ão conceitos de imputabilidade, inimputabilidade por dependência, estado de entorpecimento voluntário, estado de entorpecimento acidental, capacidade de entendimento ou volitiva diminuída.

Sob a égide da Lei 11343/06, os doutrinadores tecerão comentários acerca da chamada justiça terapêutica.

Tem como escopo principal analisar a polêmica quanto ao fato de que houve descriminalização ou apenas despenalização do porte ou posse de drogas para consumo pessoal.

Foram realizadas pesquisas de campo no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, em que foram entrevistados médico psiquiatra, secretária da Fundação Vida Nova, delegado de polícia civil e o juiz titular do Juizado Especial Criminal.

1. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

Inicialmente faz-se necessário conhecer a história dos tóxicos, como surgiu, a finalidade da utilização de determinadas drogas pelos povos da antigüidade e sua propagação pelos demais países até difundir-se no Brasil.

1.1 NO MUNDO

Primeiramente, serão demonstradas a origem das drogas na antigüidade e a sua finalidade, para posteriormente, analisar sua evolução e propagação ao longo da história.

Num retrospecto histórico é interessante notar que na antigüidade os homens utilizavam drogas como os alucinógenos para fins religiosos e mágicos. Em termos culturais, substâncias como o ópio¹, a mescalina², a coca³ e o haxixe⁴ em razão de seus efeitos nas funções vegetativas e mentais passaram a ter um valor específico para o ser humano⁵.

Os feiticeiros e sacerdotes dos povos primitivos acreditavam que a ingestão de substâncias tóxicas era um instrumento para que os indivíduos pudessem estabelecer uma comunicação com os deuses. Pensando de forma oposta a dos feiticeiros e sacerdotes, os gregos consideravam o vinho, uma bebida capaz de transformá-los em divindades, sendo esta muito utilizada em festas nas quais eram feitas homenagens ao deus Dionísio⁶.

Os romanos utilizavam os bacanaís para representar o culto a Baco, deus do vinho. O Papiro Terapêutico de Tebas era um antigo documento escrito que fornecia instruções sobre o uso do ópio para diminuir a dor. Verifica-se que o ópio também era cultivado e utilizado há

¹ Látex obtido da incisão de frutos imaturos de várias espécies de papoula.

² Alcalóide cristalino que é um alucinógeno extraído de um cacto mexicano, o mescal.

³ Planta da qual é extraída a cocaína.

⁴ Nome dado no Oriente à planta *Cannabis sativa*, cultivada para produção de fibras.

⁵ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. 2. ed. São Paulo:RT, 2002.

⁶ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op.cit. 2002, p.681.

mais de quatro milênios pelos povos egípcios, o mesmo acontecia no país Indiano que fazia uso do haxixe em rituais místicos⁷.

Os incas e astecas usavam o cacto peiote⁸ e o cogumelo *psilocybe*⁹, os segundos ao utilizar o peiote pensavam que era uma forma de o espírito abandonar o corpo e deslocar-se para o passado e épocas futuras¹⁰.

Verificou-se que após a década de 50 surgiram tóxicos como a maconha, anfetaminas, LSD. Estes entorpecentes, em razão do baixo custo, das facilidades de fabrico e aquisição foram disseminados nos meios estudantis e intelectuais¹¹.

Ademais, o avanço tecnológico, a produção de quantidades maciças de medicamentos, o desenvolvimento de transportes, de veículos de comunicação de massa, formação de conglomerados urbanos foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento dos tóxicos. A questão dos tóxicos envolve interesses financeiros como atividades relacionadas a crimes organizados como o da máfia italiana, norte-americana e do chamado Cartel de Medellin na Colômbia¹².

Dada a facilidade do lucro em decorrência de investimentos aplicados ao narcotráfico, notou-se que houve uma determinação com o intuito de observar a farmacodependência¹³ não mais como uma questão primordialmente médica, vez que ultrapassou as fronteiras dos países tornando-se uma atividade bastante rentável economicamente. Posteriormente, vastas extensões de terra foram exploradas em função do cultivo da coca, da papoula, da maconha e de outras plantas das quais são originadas tóxicos. Países como Tailândia, China, Laos contribuem para que a metade de ópio ilícito seja produzido no mundo, enquanto a Turquia planta *papaver somniferum*¹⁴, sendo considerada produtora mundial de ópio¹⁵.

⁷ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op.cit. 2002, p.681.

⁸ Planta considerada um sacramento religioso de grande importância em muitas culturas da América Central e do Norte. É utilizado no México como medicamento contra a cegueira e febre.

⁹ São fungos alucinógenos, considerados sagrados e de grande importância no sul do México.

¹⁰ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op.cit. 2002, p.681.

¹¹ Id. Ib.

¹² Idem. Ibidem.

¹³ Estágio em que a procura não ocorre apenas pelo prazer de experimentar a droga, mas também pela necessidade compulsiva de fazer desaparecer o mal – estar que a privação provoca.

¹⁴ Papoula com a qual é produzido o ópio.

¹⁵ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op.cit. 2002, p.681.

A maconha é considerada uma das plantas mais antigas conhecidas pelo ser humano, os registros datam de 273 a.C., quando foi mencionada na Farmacopéia Chinesa. Em 1753, Linné classificou como *cannabis sativa*, tendo sido difundida gradualmente para a Índia, Oriente Médio e somente nos fins do século XVIII e início do século XIX atingiu o norte da África e posteriormente as Américas. Foi utilizada pelas suas propriedades têxteis e medicinais¹⁶.

O lança-perfume foi utilizado para fins recreativos na Inglaterra em 1700. Porém, no século XIII já era utilizado como anestésico, o éter - considerado o principal ingrediente do lança-perfume¹⁷.

A cocaína foi sintetizada em 1859 e o seu uso consta em registros históricos que datam doze séculos entre as nações Incas, as quais praticavam o coqueio. Este consistia na mastigação de folhas de coca que potencializavam seus efeitos, sendo utilizadas para aumentar a vivacidade, combater a fome, a fadiga, a sede e para anestesia local. A cocaína é originária das regiões montanhosas dos Andes, precisamente Peru e Bolívia¹⁸.

A heroína foi sintetizada em 1874 e só foi aplicada na medicina de maneira extensiva após o início do século XX. Esta droga foi introduzida no mercado pelo laboratório de Bayer, na Alemanha, em 1898, como medicamento contra a dor, pois se esperava que a forma diacetilada da morfina continuasse efetiva contra a tosse sem os efeitos colaterais da morfina. Porém, isto não ocorreu, ficou constatado que a heroína é cinco vezes mais tóxica que a morfina¹⁹.

O crack surgiu nas ruas de Nova Iorque em 1985 e pelo fato do baixo custo e de efeitos devastadores estendeu-se a outras localidades dos Estados Unidos²⁰.

O ecstasy foi sintetizado em 1912 pelo laboratório alemão Merck. Sua origem advém da Alemanha. É conhecido como droga do amor em razão de sua utilização aumentar o

¹⁶ OGA, Seizi. **Fundamentos de Toxicologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

¹⁷ Lança-Perfume e Cola de Sapateiro. Disponível em < [http:// www.brasilescola.com.br/drogas](http://www.brasilescola.com.br/drogas)>. Acesso em 10 out. 2007.

¹⁸ POSTERLI, Renato. **Comportamento Delituoso**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

¹⁹ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 71.

²⁰ Id. Op. cit., 1997, p. 91.

desejo. Nas boates em que é consumido este tóxico, são verificadas cenas de corpos humanos abraçados, rolando pelo chão conforme o som alucinante das pistas²¹.

O LSD foi descoberto em 16 de abril de 1943, na Basiléia, na Suíça, quando Albert Hoffmann, química e diretor adjunto do laboratório Sandóz intoxicou-se de forma acidental durante a realização de uma pesquisa que envolvia princípios ativos isolados do centeio espigado, ingerindo uma quantidade mínima de dietil amido de ácido lisérgico, o que lhe ocasionou sintomas como grande agitação, vertigem e embriaguez matizada pela estimulante visão de imagens fantásticas e coloridas. Até o final de 1960, esta droga era destinada apenas a pesquisas em laboratórios, posteriormente foi disseminada para os Estados Unidos e México²².

A droga boa noite cinderela também é conhecida por *rape drugs*²³. Este nome surgiu pelo fato de um rapaz ou moça atrair a confiança de outra pessoa por meio de um diálogo. E, ao final da noite, oferece uma bebida ou bala à vítima e esta, por desconhecer o conteúdo destes, passa a ingeri-los. A vítima, sob o efeito destas substâncias, dorme profundamente.²⁴

Em razão do efeito que desencadeia na vítima, esta circunstância enseja a prática de roubo ou estupro, vez que esta pode ficar neste estado por mais de um dia²⁵.

Nos primórdios, as drogas eram utilizadas exclusivamente para efeitos terapêuticos. Posteriormente, seu uso foi direcionado para fins de diversão.

1.2 NO BRASIL

Inicialmente serão verificadas a incidência, a difusão e a finalidade da droga no Brasil.

Foi observada no ano de 1930, a incidência dos tóxicos ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde inúmeros grupos se entregavam ao vício das morfina, da cocaína, do éter e dos barbitúricos. Nesta época apenas em algumas localidades do norte e nordeste do Brasil

²¹ Ecstasy – disponível em < [http:// www.psicosite.com.br](http://www.psicosite.com.br) >. Acesso em 10 out.2007.

²² COSTA JR.,J.B.O.; JR. ,A. Almeida. **Lições de Medicina Legal**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1998.

²³ Drogas de estupro.

²⁴ Boa Noite Cinderela - disponível em < [http:// www.brasilescola.com.br/drogas](http://www.brasilescola.com.br/drogas)>. Acesso em 10 outub. 2007.

²⁵ Boa Noite Cinderela - disponível em < [http:// www.brasilescola.com.br/drogas](http://www.brasilescola.com.br/drogas)>. Acesso em 10 outub. 2007.

era consumida a maconha. Porém, apesar de os documentos históricos revelarem que a maconha foi introduzida na época das capitanias hereditárias para produção de fibras, constatou-se que a planta já era utilizada como hipnótico pelos primeiros escravos²⁶.

Aproximadamente, durante 60, 70 anos, a cocaína foi muito utilizada no estado de São Paulo. Tal afirmação foi verificada numa notícia publicada no jornal de São Paulo na data de 1914, um trecho em que foi veiculada a notícia de que em 1914, havia nessa cidade muitos filhos de família cujo prazer era tomar cocaína e deixar-se arrastar até os declives mais perigosos deste vício²⁷.

O lança-perfume foi industrializado pela Argentina e importado para o Brasil do início do século XIX até meados do século XX. Foi muito utilizado nos carnavais brasileiros até que os foliões passaram a utilizá-la como bebida espirituosa ou inalá-la, ocasionando a proibição desta no Brasil desde a década de 60²⁸.

A merla surgiu pela primeira vez nas favelas do Grande ABC em São Paulo. Também foi muito utilizada em Brasília²⁹.

Em relação ao crack, as apreensões desta substância pela polícia foram iniciadas em 1991 no estado de São Paulo. Na data de julho de 1996, essa cidade foi considerada a capital mundial do crack, fator que gerou grave problema de saúde pública. O nome desse tóxico provém do barulho que faz ao ser queimado para posteriormente ser consumido. Após ter chegado aos Estados Unidos estendeu-se para o Brasil. As primeiras pílulas desta droga só foram apreendidas em 1991 no Rio de Janeiro³⁰.

O Ecstasy chegou ao Brasil depois de uma rápida escala nos Estados Unidos, sendo que as primeiras pílulas foram apreendidas em 1991 no Rio de Janeiro³¹.

Verificou-se que esporadicamente existem notícias do uso do LSD, dada a raridade até mesmo quando se fala em apreensão pela polícia destas drogas trazidas do exterior³².

²⁶ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit. 2002, p. 280.

²⁷ Cocaína. Disponível em <<http://www.abpbrasil.org.br/comunidade>>. Acesso em 16 out. 2007.

²⁸ Lança-Perfume. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em 16/10/07.

²⁹ Merla. Disponível em <<http://www.adjorisc.com.br/jornais>>. Acesso em 16/10/07.

³⁰ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 91.

³¹ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 107.

O consumo de heroína no Brasil está intimamente relacionado ao fato de ser produzida na Colômbia, foi observada a entrega de dez gramas desta droga a um morador do bairro Cidade Jardim em São Paulo no ano de 2002, isto aconteceu depois do primeiro fato que ocorreu em 1987.³³

Em Brasília é muito utilizada a droga conhecida na gíria policial por boa noite cinderela para aplicação de golpes em boates³⁴.

Logo, observa-se que a origem dos tóxicos está relacionada a experiências realizadas em laboratórios, nos quais foram feitas pesquisas com objetivo de descobrirem uma substância para dirimir os efeitos maléficos ocasionados por drogas existentes para serem utilizadas para fins terapêuticos. Posteriormente, houve uma propagação destes tóxicos, que não era utilizado apenas com finalidade de tratamento, mas também para fins comerciais.

³² Dietilamida de Ácido Lisérgico .Disponível em <<http://www.unifesp.br>>. Acesso em 16/10/07.

³³ BUCHALLA, Anna Paula A Heroína expande suas fronteiras. Disponível em <http://veja.abril.com.br/030702/p_060>, acesso em 17/10/07.

³⁴ Boa Noite Cinderela. Disponível em < http://www.quatrocantos.com/lendas/69_easydate.htm>, acesso em 17/10/07.

2. PECULIARIDADES DOS TÓXICOS

Antes de mencionar acerca da definição, classificação, composição, administração e efeitos dos tóxicos, é oportuno salientar o que pode ser considerado um agente tóxico e demonstrar o critério utilizado para identificar a licitude ou ilicitude das drogas.

Seizi Oga menciona que uma substância para ser considerada uma agente tóxico devem ser observadas “as condições de exposição, como dose administrada ou absorvida, tempo e frequência de exposição (doses únicas ou múltiplas) e vias pela qual é administrada”³⁵.

Ademais, o autor supracitado esclarece que para ocorrer o dano ao organismo do homem, é indispensável a interação do agente químico com o organismo. E, acrescenta que “a relação entre a intensidade do efeito, a concentração e o tempo de exposição depende da idade e das condições de saúde do indivíduo ou organismo em risco”³⁶.

Ao tratar de drogas lícitas ou ilícitas é importante salientar o critério aplicado para verificar se há tipicidade penal na conduta de quem porta ou utiliza tais substâncias. Para tanto, mesmo que uma dada substância seja capaz de causar dependência, enquanto não for catalogada em lei ou em lista elaborada pelo Poder Executivo da União – portaria SVS/MS 344/98 – sua utilização não poderá sofrer sanções penais³⁷.

Diante do que foi citado, nota-se que apesar de uma substância ser considerada tóxica, ela poderá ser utilizada livremente, sem que o agente sofra qualquer penalidade, mesmo que cause danos irreparáveis ao organismo, caso o nome deste tóxico não conste na lei ou em lista elaborada pelo Poder Executivo da União.

³⁵ OGA, Seizi. Op. cit., 2003, p. 59.

³⁶ Ibidem.

³⁷ GOMES, Luiz Flávio *et al.* **Lei de Drogas Comentada Artigo por Artigo: Lei nº11.343/06, de 23.08.06** 2. ed. São Paulo: RT., 2007.

2.1 DEFINIÇÃO

Primeiramente, para compreender o objeto do presente estudo é necessário apresentar conceitos.

Os autores Valter Fernandes e Newton Fernandes mencionam que as definições de droga, tóxico, entorpecente, psicotrópico e narcótico não diferem, pois o vocábulo droga abrange um grande número de substâncias tóxicas. Em razão disso, esses autores passam a conceituá-los, respectivamente:

Vem a ser todas as substâncias que introduzidas no organismo humano pode alterar uma ou mais de suas funções.

Tóxico é a droga que, administrada ao organismo, desencadeia reações graves. Entorpecente ou estupefaciente é a droga suscetível de acarretar o entorpecimento do organismo com conseqüente atenuação de suas atividades gerais, enquanto psicotrópico é toda droga, que por estímulo, modifica o comportamental do usuário e narcótico é a droga opiácea que traz ao organismo sedação e analgesia³⁸.

O professor Seizi Oga apresenta o seguinte conceito de droga:

Toda matéria-prima de origem mineral, animal ou vegetal que contém um ou mais fármacos. Dispõe que fármaco é toda substância de estrutura química definida que, quando em contato ou introduzida num sistema biológico, modifica uma ou mais de suas funções³⁹.

O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 11.343 de 23 de Agosto de 2006, traz em seu dispositivo a seguinte definição a respeito das drogas:

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União⁴⁰.

Luiz Flávio Gomes diante do conceito de drogas disciplinado pela lei mencionada expõe que essa “é uma lei penal em branco ou norma penal em branco, uma vez que exige um complemento normativo. Acresce que há severa crítica ao sistema adotado pela lei especial, posto que relaciona as substâncias consideradas entorpecentes num rol taxativo”⁴¹.

Isaac Sabbá Guimarães argumenta que “o termo droga é utilizado, em razão de ter uma acepção abrangente, que ultrapassa a de entorpecentes, ou de alucinógenos e cita que a

³⁸ Op. cit., 2002, p. 680.

³⁹ Op. cit., 2003, p. 219.

⁴⁰ GOMES, Luiz Flávio *et al.* Op. Cit., 2007, p. 23.

⁴¹ Op. cit. 2007, p.26.

droga será qualquer substância manipulada pelo homem, nele introduzida, aplicada ou ingerida, cujos princípios químicos possam causar-lhe alterações, podendo, inclusive afetar-lhe a saúde”⁴².

Logo, ao verificar o conceito de drogas, observa-se que apesar de serem substâncias naturais, caso sejam administradas sem acompanhamento médico, podem provocar inúmeras reações que conseqüentemente alteram o comportamento do usuário, inclusive tornando-o um dependente químico.

2.2 CLASSIFICAÇÃO

Com a finalidade de demonstrar o modo como atuam no organismo do ser humano, em razão de suas propriedades, torna-se relevante estabelecer a classificação dos tóxicos.

Segundo os autores Valter Fernandes e Newton Fernandes, a classificação mais defendida é a de Jean Delay, pois este agrupa as drogas de acordo com sua atuação no cérebro. Ele as divide em psicoléticas, psicoanaléticas e psicodisléticas⁴³.

As drogas psicoléticas⁴⁴ reduzem a atividade mental e funcionam como depressores do sistema nervoso central pela adinamia generalizada da transmissão sináptica⁴⁵ excitatória, são os hipnóticos (barbitúricos⁴⁶, metaqualona⁴⁷, glutetimida⁴⁸); os neuroléticos⁴⁹ que, não sendo hipnóticos, exercem influência no sistema nervoso autônomo neutralizando os reflexos condicionados (reserpina⁵⁰); os tranqüilizantes que, sendo ansiolíticos⁵¹ menos tóxicos, atuam de maneira mais branda sobre o sistema nervoso central (benzodiazepina⁵², meprobamato⁵³) e

⁴² **Nova lei antidrogas comentada: crimes e regime processual penal.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

⁴³ Apud FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. Cit., 2002, p. 685.

⁴⁴ Denominação genérica para medicamentos que reduzem a atividade mental e podem determinar uma atenuação das reações emotivas ou uma redução da atividade intelectual.

⁴⁵ Sinapses são pequenos espaços que separam as terminações nervosas do cérebro.

⁴⁶ Qualquer medicamento hipnótico.

⁴⁷ Composto derivado da quinalizona, utilizado como sedativo e hipnótico, capaz de produzir dependência e abuso.

⁴⁸ Possui ação sedativo-hipnótica.

⁴⁹ Termo geral que recobre todos os medicamentos do grupo dos psicoléticos, utilizados no tratamento de psicoses.

⁵⁰ Medicamento utilizado por via oral ou intramuscular no tratamento de hipertensão arterial.

⁵¹ Reduzem os estados de ansiedade e emotividade.

⁵² Grupo de aminas aromáticas utilizadas como tranqüilizantes, mas não pode ser aplicado a quem sofre distúrbio esquizofrênico.

⁵³ Um derivado do carbamato que é usado como tranqüilizante.

os narcóticos que causam dependência física, oriundos de papoula (*papaver somniferum*) ou de substâncias químicas contidas no ópio, podem ser naturais (ópio, morfina⁵⁴), semi-sintéticos (heroína, hidromorfona⁵⁵) e sintéticos (meperidina⁵⁶, metadona⁵⁷)⁵⁸.

As drogas psicoanaléticas⁵⁹ são as que estimulam o sistema nervoso central pelo bloqueio da sinapse⁶⁰. Nesta categoria estão as anfetaminas⁶¹ (metanfetamina⁶²), os anoréticos que suprimem o apetite (fenfluramina⁶³, a cocaína). Quando ela é adicionada ao bicarbonato, a cocaína é conhecida como crack; e ao ser misturada ao sulfato, recebe o nome de bazuca⁶⁴.

As drogas psicodisléticas⁶⁵ ou psicodélicas são substâncias que por não acelerar ou deprimir o sistema nervoso central, provocam distorções no funcionamento cerebral. Fazem parte deste grupo, os alucinógenos comuns (maconha, haxixe, álcool etílico), os alucinógenos fortes (LSD- 25 mescalina⁶⁶, bufotenina⁶⁷, peiote⁶⁸, psilocina⁶⁹) e substâncias voláteis ou inalantes (lança-perfume, éter, clorofórmio⁷⁰, acetona) que causam depressão do sistema nervoso central e podem acarretar a debilitação da medula óssea dos usuários reincidentes⁷¹.

As drogas podem ser classificadas como psicoativas, psicotrópicas e de abuso. As psicoativas são aquelas que alteram o comportamento, humor e cognição. Elas agem preferencialmente nos neurônios, afetando o sistema nervoso central. As psicotrópicas atuam no sistema nervoso central produzindo alterações no comportamento, humor e cognição e são

⁵⁴ Narcótico cristalino e amargo, usado como analgésico e sedativo.

⁵⁵ Medicamento derivado da morfina, utilizado como analgésico e para suprimir a tosse.

⁵⁶ É um analgésico, porém só em determinadas situações é utilizado para o tratamento de dor intensa.

⁵⁷ Utilizado como analgésico de ação prolongada e como narcótico substituto no tratamento da dependência de opiáceos e heroína.

⁵⁸ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. Cit., 2002, p. 685.

⁵⁹ Estimula o funcionamento do sistema nervoso, considerado antidepressor.

⁶⁰ Junção de neurônios constituída de estruturas para a transmissão do estímulo nervoso.

⁶¹ Droga cuja ação manifesta-se no sistema nervoso central elevando o rendimento físico e mental, além de diminuir as sensações de fadiga, fome e sono. Eleva a pressão arterial.

⁶² Droga do grupo das anfetaminas, que é utilizada no tratamento de déficits de atenção.

⁶³ Droga que tem ação anorexígena. Usada no tratamento de obesidade.

⁶⁴ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. Cit., 2002, p.686.

⁶⁵ Substâncias que administradas a pessoas sadias causam modificação da atividade intelectual, do humor, do contato com o meio ambiente, produzindo alucinações.

⁶⁶ Acalóide cristalino extraído de um cacto mexicano, o mescal.

⁶⁷ Utilizado como alucinógeno e encontrado em glândulas de determinados sapos.

⁶⁸ Cacto de forma esférica, de raiz longa e cônica.

⁶⁹ Alucinógeno obtido do fungo *Psilocybe Mexicana*.

⁷⁰ Empregado em química como dissolvente orgânico e em medicina foi utilizado como anestésico geral por inalação.

⁷¹ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. Cit., 2002, p.686.

capazes de ocasionar a dependência. Enquanto as de abuso são substâncias que alteram o humor, o nível de percepção ou o funcionamento do sistema nervoso central⁷².

O pesquisador francês Chaloult classificou as drogas psicotrópicas em três grandes grupos: as depressoras, as estimulantes e as perturbadoras. As primeiras diminuem a atividade do sistema nervoso central, acarretando uma lentidão no seu funcionamento. Também são utilizadas no tratamento de epilepsia, insônia e ansiedade. Um exemplo de droga que causa depressão é os inalantes⁷³.

Enquanto, as drogas estimulantes são aquelas que estimulam o sistema nervoso central ocasionando nervosismo, diminuição de sono e aumento da atividade psicomotora. Quando utilizada doses elevadas são capazes de produzir perturbações no sistema nervoso central, tais como delírio e alucinação. Exemplos destas substâncias são o crack, a merla⁷⁴.

As perturbadoras são drogas que produzem uma mudança qualitativa no sistema nervoso central, porque são capazes de ocasionar no usuário alterações mentais como ilusões, delírios e alucinações, por isso são chamadas drogas psicoticomiméticas⁷⁵. Um exemplo citado por este pesquisador é a maconha⁷⁶.

Diante das classificações mencionadas é perceptível que a atuação das drogas no sistema nervoso central pode ser variável e esta diferença é um fator que interfere no comportamento do indivíduo, que, dependendo do tipo, da quantidade administrada e da maneira como o organismo reage ao receber estas substâncias, pode desencadear inúmeras reações como perturbações que provocam alterações no comportamento, ansiedade, insônia, dentre outras consequências advindas da absorção do tóxico.

⁷² Drogas Psicotrópicas Como São e Como Agem . Disponível em <<http://www.imesc.sp.gov.br/artigo>> . Acesso em 18.10.07.

⁷³ Ib.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Drogas que mimetizam psicoses.

⁷⁶ CHALOULT. Drogas Psicotrópicas Como São e Como Agem. Disponível em <<http://www.imesc.sp.gov.br/artigo>> . Acesso em 18.10.07.

2.3 COMPOSIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Para verificar os sintomas ocasionados pela ingestão das drogas, é necessário demonstrar as substâncias que compõem determinada droga para ter uma noção acerca do seu potencial ofensivo e também a forma como elas podem ser absorvidas pelo organismo.

A maconha (*cannabis sativa lineum*⁷⁷) pertence à família das moráceas, subfamília das cannaboideos, do gênero *cannabis*, da espécie sativa. Contém substâncias resinosas, denominadas canabinóides que constituem o princípio ativo da *cannabis*, dentre elas, a mais tóxica e perigosa é o tetrahidrocanabinol⁷⁸ (THC), também são considerados potentes e nocivos, o ácido delta-tetrahidrocanabinólico (ácido THC), o canabinol⁷⁹ e o canabidiol⁸⁰. A maconha resulta da secagem das folhas da *cannabis sativa lineum* e das partes superiores da planta em florescência. A potência desta varia consoante a origem e a seletividade do tipo de planta. Esta droga pode ser absorvida pelo organismo de forma bastante diferenciada, pois pode ser por via oral, injetada e fumada ou até mesmo, aspirada⁸¹.

O lança-perfume é um solvente cuja composição resulta de clorofórmio, éter, cloreto de etila e uma fragrância. É encontrado na forma líquida e embalado em tubos sob pressão. A inalação é a forma de absorção desta substância.⁸²

Enquanto a cocaína é considerada o mais forte estimulante cortical de origem natural, ela é extraída de folhas da planta denominada coca (*erythroylon coca*). A folha de coca contém três tipos de alcalóides⁸³: a metilpirrolidina, o pseudotroponol e ecgonina⁸⁴, sendo que o último contém a cocaína⁸⁵.

⁷⁷ Nome científico da planta que era utilizada para fins medicinais e que no Brasil recebe o nome de maconha..

⁷⁸ Substância química fabricada pela própria maconha, considerado o principal responsável pelos efeitos da planta.

⁷⁹ Composto encontrado na resina secretada pela planta *cannabis sativa*, que ocasiona intoxicação.

⁸⁰ Um dos componentes da maconha possui efeitos antipsicóticos e é útil no tratamento da esquizofrenia.

⁸¹ OGA, Seizi. Op. cit., 2003, p. 311.

⁸² Cola de Sapateiro e Lança-Perfume. Disponível em <[http:// www.brasile scola.com.br/drogas](http://www.brasile scola.com.br/drogas)>, acesso em 10/10/07.

⁸³ Substância de caráter básico derivado de plantas que contém em sua fórmula nitrogênio, oxigênio, hidrogênio e carbono.

⁸⁴ Substância natural com ação anestésica local.

⁸⁵ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit., 2002, p.693.

A forma mais utilizada pelos usuários de droga é o cloridrato da cocaína, que em razão de sua pureza, é um pó de nítida brancura, sem odor, solúvel em álcool ou água. O princípio ativo da cocaína é sal, que isolado, é denominado ecgonina. No caso da cocaína, pode ser fumada, injetada por via subcutânea e intramuscular. A inalação por ser o método mais comum, é realizada quando aspirada por uma das fossas nasais, mantendo-se a outra tapada⁸⁶.

A merla é uma droga elaborada a partir de folhas de coca embebidas em gasolina, querosene ou cal virgem, que ao ser misturado é transformado numa pasta. Sua absorção pelo organismo acontece por meio do cigarro, cachimbo ou ingerida pura. Apresenta um aspecto de pedra ou de pasta, portanto não pode ser aspirado e nem injetado⁸⁷.

Em relação ao crack, este é o resultado da mistura de cloridrato de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada. Tem forma de base e também apresenta aspecto de pedra ou pasta e sua ingestão no organismo ocorre por meio do fumo, em que se utilizam cachimbos⁸⁸.

A heroína (diacetilmorfina) em seu processo químico de sintetização ocorre a substituição de dois átomos de hidrogênio por dois núcleos de acetilo⁸⁹. Esta droga é originária da papoula, da qual se extrai o ópio, que ao ser processado produz a morfina e depois, a heroína. Sua absorção ocorre por via oral, inalação, injeção, na forma de supositório e em razão do derretimento da heroína, a fumaça poderá ser aspirada. É comercializada em pó, que possui cor castanha ou branca quando pura e seu sabor é amargo⁹⁰.

Ecstasy é também conhecida por metilenodioxometaanfetamina, é uma mistura sintética, que é quimicamente assemelhada às anfetaminas e às metanfetaminas, com um componente alucinógeno. Geralmente é utilizada por via oral ou por meio de injeção endovenosa. É vendido sob as formas de pó ou de pílulas⁹¹.

O LSD (dietilamida do ácido lisérgico) é o ácido lisérgico extraído do fungo do centeio. O centeio é uma planta da família das gramíneas com flores hermafroditas dispostas

⁸⁶ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. *Ib.*, p.693.

⁸⁷ *Id.* Op. cit., 2002, p. 727.

⁸⁸ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 89- 90.

⁸⁹ Grupo químico derivado do ácido acético.

⁹⁰ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit., 2002, p.708, 709.

⁹¹ POSTERLI, Renato. *Ib.*, p. 107-109.

em espigas. Este é administrado por via oral, sendo comercializado sob a forma de comprimidos, de quadrados finos de gelatina ou de papel ou mata-borrão impregnado do fármaco, pó solúvel⁹².

Boa noite cinderela é o nome dado a drogas que são calmantes, bromazepam⁹³, lorazepam⁹⁴, flunitrazepam⁹⁵. Sua administração ocorre por via oral. É vendida sob a forma de comprimidos e pode ser sutilmente derramada em pó⁹⁶.

Nota-se que em circunstâncias mencionadas, o surgimento de variedades de drogas ocorre por meio da combinação com outras já existentes e que pela inserção de outras substâncias, resulta a composição de tóxicos com potencial altamente nocivo.

2.4 EFEITOS

Em razão da administração inadequada dos tóxicos pelo ser humano, é oportuno ressaltar as conseqüências somáticas, psíquicas e sociais advindas desta conduta, destacando inicialmente, os conceitos de tolerância, dependência e síndrome de abstinência.

Renato Posterli define dependência como “um estado de necessidade imperiosa física e/ou psicológica de uma ou mais drogas, resultante do seu uso contínuo ou periódico”⁹⁷.

O autor supracitado ao mencionar os conceitos de dependência física e psíquica cita respectivamente que:

É um estado fisiológico anormal produzido pelo uso repetido da droga, que gera transtornos fisiológicos mais ou menos intensos, pela suspensão abrupta da droga, pois o organismo do usuário, metabolicamente, já se acostumou a ela. Enquanto a segunda, é um estado psicológico de vontade incontrolável de ingerir drogas periódica ou continuamente, embora não haja transtornos fisiológicos⁹⁸.

Ao tratar dos conceitos de tolerância e síndrome de abstinência, o referido autor dispõe:

⁹² JR. COSTA, J.B.O.; JR. A. Almeida. Op. cit., 1998, p. 521.

⁹³ Medicamento utilizado para reduzir os estados de ansiedade e emotividade.

⁹⁴ Utilizado como sedativo para o tratamento de ansiedade e insônia.

⁹⁵ Medicamento utilizado no tratamento de distúrbio do sono.

⁹⁶ Boa Noite Cinderela. Disponível em < <http://www.brasilescola.com.br/drogas> > . Acesso em 10/10/07.

⁹⁷ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p.35.

⁹⁸ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p.35.

Tolerância é a adaptação do organismo à adição da droga, obrigando o *utente* (usuário) a aumentar a dosagem para obter os mesmos resultados. Cita que pode ocorrer a tolerância cruzada, quando determinada droga confere ao organismo tolerância a outras.

Síndrome de abstinência é um conjunto de sintomas que se apresenta quando as substâncias tóxicas são interrompidas parcial ou totalmente, ou quando as doses não são suficientes para manter a fase de compensação, ocorrendo um estado geral de mal estar⁹⁹.

Seizi Oga também tece definições acerca da tolerância e da síndrome de abstinência ao esclarecer que:

A tolerância é um fenômeno muito complexo, observado com uma grande quantidade de substâncias e o seu desenvolvimento depende do tipo e quantidade de droga ou fármaco; da sensibilidade do indivíduo; do meio ambiente e da história anterior do indivíduo em relação ao uso de droga ou fármaco. Enquanto a síndrome de abstinência ocorre quando o fármaco é retirado e as mesmas alterações dão origem a uma hiperexcitabilidade, porque já não são mais equilibrados pelo efeito das drogas. As características dependem de mudanças adaptativas induzidas pela droga ou fármaco que dependem em parte de suas ações farmacológicas e guarda relações com o curso temporal da ação da droga¹⁰⁰.

Logo, a tolerância ocorre com o hábito de consumir o tóxico, e em decorrência disto, o organismo sente necessidade de absorver doses cada vez maiores, enquanto que a síndrome de abstinência ocorre quando o dependente deixa de consumir a substância tóxica e passa a sentir em razão da ausência da droga, sintomas desagradáveis.

2.4.1 Somáticos e Psíquicos

A maconha por conter ingredientes psicoativos de toxicidade variável, produz modificações psíquicas e somáticas no organismo. Em razão da maneira como agem os canabinóis¹⁰¹ no sistema nervoso central e pela concentração do tetrahydrocannabinol¹⁰² nas células com gorduras no organismo, o usuário deste tóxico após a absorção deste, apresenta efeitos imediatos como sintomas eufóricos, relaxamento de inibições, dilatação das pupilas, taquicardia, diminuição dos reflexos e ausência de memória¹⁰³.

Além disso, o usuário de maconha apresenta efeitos crônicos como o ressecamento de lábios, inflamação no epitélio bucal, aparência apática, hipertrofia dos ventrículos cerebrais, diminuição das defesas orgânicas, impotência, frigidez e esterilidade feminina. Também são

⁹⁹ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p.35.

¹⁰⁰ Op. cit., 2003, p. 224.

¹⁰¹ Composto encontrado na resina secretada pela planta *cannabis sativa*, que ocasiona intoxicação.

¹⁰² O principal constituinte psicoativo da maconha e está presente em quantidades relativamente altas.

¹⁰³ JR. COSTA, J.B.O.; JR. A. Almeida. Op. cit., 1998, p.518.

observadas alterações fisiológicas, insônia, anorexia, taquicardia, perda ponderal, aumento da temperatura corporal, tremores nas extremidades superiores, sudorese e náusea¹⁰⁴.

Em caso de síndrome de abstinência, há uma predominância psíquica, pois no caso dos sintomas físicos, sua presença e intensidade estão relacionados com a quantidade, a dose, duração do consumo e frequência com que consome. Tanto a abstinência quanto à dependência são mais perceptíveis em usuários crônicos que interrompem abruptamente o uso da droga¹⁰⁵.

Os estados de abstinência e dependência podem ser observados com veemência em consumidores, para os quais a droga é considerada o fator mais importante de suas vidas.

No caso do lança-perfume, este tóxico fornece ao usuário uma espécie de euforia, animação, excitação, tontura, depressão, aumento nos batimentos do coração, perturbação auditiva e visual, palidez, perda de autocontrole, além de surtos, parada cardíaca e respiratória, podendo inclusive ocasionar a morte¹⁰⁶.

O grande poder da cocaína sobre os usuários está no seu poder de produzir prazer e euforia. Após repetidas doses de cocaína, o usuário começa a sentir depressão, ansiedade e compulsão para obter mais cocaína. Desta forma, é iniciada a dependência psicológica. Esta advém do uso prolongado e maciço de cocaína que poderá esgotar o estoque dos neurotransmissores¹⁰⁷, acarretando a impossibilidade do usuário de sentir qualquer prazer. Essa perigosa depressão faz com que o consumidor dessa droga fique desesperado e possivelmente cometa suicídio¹⁰⁸.

Os efeitos do uso crônico deste entorpecente provocam a destruição da mucosa nasal no início das aspirações e a perfuração do septo nasal ao final, a degradação dos dentes, queda dos cabelos, problemas pulmonares, hepáticos e comprometimento do aparelho cardiovascular¹⁰⁹.

¹⁰⁴ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit., p. 691.

¹⁰⁵ JR. COSTA, J.B.O.; JR. A. Almeida. Op. cit., 1998, p.520.

¹⁰⁶ Lança-Perfume e Cola de Sapateiro. Disponível em <<http://www.brasilecola.com.br/drogas>>, acesso em 22/10/07.

¹⁰⁷ Responsáveis pela coordenação de emoções e funções motoras.

¹⁰⁸ CORAZZA, Alberto. **Drogas – Morte total e irrestrita**. Rio de Janeiro: Globo, 1990.

¹⁰⁹ Idem. Op. cit., 1990, p. 11.

Ademais, a cocaína causa impotência sexual em razão do uso prolongado, além das graves consequências durante a aplicação endovenosa da cocaína, haja vista a contaminação pela utilização da seringa, agulha ou diluentes que causam hepatite e, principalmente, a transmissão da AIDS. Pelo motivo da droga no sistema nervoso central gerar colapso no aparelho cardiorrespiratório, podem acontecer mortes por overdose¹¹⁰.

Além dos efeitos somáticos e psíquicos decorrentes da própria substância tóxica, as drogas utilizadas de forma injetável podem ocasionar resultados ainda mais graves como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Os usuários também podem sofrer psicoses depressivas que geram sintomas análogos aos da esquizofrenia, com alucinações táteis que os afligem com tamanha intensidade que diante dos efeitos dessa substância, pensam em remover insetos que imaginam estar localizados sobre sua pele. O utente poderá ter mania de perseguição¹¹¹.

A síndrome de abstinência ocorre durante três momentos, nos primeiros três dias ocorre depressão, ansiedade, ausência de prazer, irritação e fissura apesar de não sentir dor, cólicas ou náuseas. Numa segunda etapa que vai de uma a dez semanas, há os mesmos sintomas da primeira fase, porém advém um aumento do desejo de consumir a respectiva droga e o usuário fica propenso à recaída, enquanto na última fase, a fissura diminui, mas a depressão persiste¹¹².

Os efeitos da merla para o usuário são mais intensos do que a própria cocaína, pode causar dependência física, psíquica e danos irreparáveis ao organismo do ser humano. Os sintomas são euforia, reduz a fadiga, o sono, o apetite, ocorre uma excessiva perda de peso, além de alucinações, delírios e desorganização de idéias¹¹³.

Apesar de a merla ser cocaína e causar ao organismo do homem sintomas idênticos ao do consumidor deste entorpecente, a via de administração é que faz a diferença. O usuário, ao consumir a merla, poderá ter convulsões e perda de consciência. Ao cessar os efeitos, o consumidor sente medo, depressão e mania de perseguição, o que muitas vezes, pode ocorrer

¹¹⁰ CORAZZA, Alberto. Op. cit., 1990, p. 12.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Cocaína. Disponível em <<http://www.jorgeleiva.com.br/drogas>>. Acesso em 22/10/07.

¹¹³ CARLINI, Elisaldo A. *et al*, São Paulo: Imesc, n. 3, 2001, pp. 9-35.

suicídio. Normalmente, as pontas dos dedos ficam amareladas, os olhos vermelhos, lacrimejados e irritados, tremores nas mãos, dificuldade para respirar, inquietação. E, com o passar do tempo, o usuário perderá seus dentes, haja vista que o ácido de bateria começa a furar os dentes, fazendo com que aconteça a perda total dos dentes¹¹⁴.

Quanto ao crack, este tóxico ocasiona dependência física e psíquica. Seus efeitos para o consumidor são aumento da pupila, provoca dor no peito e aumenta os batimentos cardíacos, convulsões, contrações musculares, diminuição de atividades cerebrais que controlam a respiração. Seu uso crônico pode ocasionar uma degeneração irreversível dos músculos esqueléticos. Acarretará problemas respiratórios e lesões cerebrais irreversíveis, além de profunda depressão, perda de peso, lábios e línguas e garganta queimados dependendo do modo como a droga é consumida. Podem ocorrer alucinações auditivas, visuais e táteis, perda do interesse sexual, do apetite e do sono e pode gerar mania de perseguição em razão do estado de delírio. Em caso de abstinência, as reações são idênticas às do usuário de cocaína¹¹⁵.

A heroína gera dependência praticamente irreversível, o usuário poderá sofrer alterações em seu comportamento (ansiedade, insônia, anorexia), sudorese, vômito, taquipnéia¹¹⁶, midríase¹¹⁷ ou dores generalizadas, desidratação e caquexia¹¹⁸. Em caso de abstinência, observa-se que em quatro horas, o consumidor passa a sentir dores, delírios, suores, náuseas, diarreia, depressão, crise de choro, fraqueza, vertigens, cólicas intensas e vômitos, irritabilidade, angústia, medo, apatia, letargia. O indivíduo necessita mais da droga para não sentir os sintomas de sua ausência¹¹⁹.

O ecstasy acarreta perturbações mentais. Caso seja utilizada em dose elevada, o usuário terá intensa sudorese e o líquido, também refluindo para fora dos vasos sanguíneos do cérebro que não dispõe de sistema de drenagem, arrochará a parte central do sistema respiratório e cardíaco, ocasionando a morte. Quando este tóxico não acarreta a morte, gera

¹¹⁴ Mela . Disponível em < <http://www.brasilecola.com.br/drogas>>. Acesso em 22/10/07.

¹¹⁵ Especial Drogas. Disponível em < <http://www.terra.com/saude/drogas>> . Acesso em 22/10/07.

¹¹⁶ Distúrbio respiratório que se apresenta quando os movimentos respiratórios são anormalmente rápidos e superficiais.

¹¹⁷ Dilatação da pupila que pode ser fisiológica e transitória ou patológica e fixa em razão do medicamento.

¹¹⁸ Emagrecimento extremo, atrofia muscular, enfraquecimento.

¹¹⁹ OGA, Seizi. Op. cit., 2003, p. 234.

transtornos mentais, alucinações, obnubilação¹²⁰ da memória e a síndrome do pânico. Havendo síndrome de abstinência, cessado o efeito, o perigo ainda persiste e os danos causados ao cérebro permanecem por nove meses após a abstinência. Embora o ecstasy não ocasione dependência física, causa dependência psicológica¹²¹.

Por ser um coquetel de alucinógeno e anfetamina causa desidratação, isto resulta no comportamento do usuário que fica dançando freneticamente, o que ocasiona reações alérgicas e elevação da temperatura do corpo. Existem casos de morte por excesso de consumo de água. Um dos usuários morreu após beber catorze litros de uma só vez (sede oceânica¹²²).

O psiquiatra José Carlos F. Galduróz¹²³, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, de acordo com o que foi publicado na revista *Veja*, acresce que “a morte em razão do consumo excessivo de água em decorrência do uso do ecstasy é possível, pois esta droga pode desregular o sistema antidiurético que evita perda de líquido pelo organismo”.¹²⁴

Em relação ao LSD, caso a usuária esteja grávida, esta droga poderá prejudicar o desenvolvimento do feto e ocasionar defeitos congênitos. Além de ocasionar instabilidade emocional, estímulos à visão e à audição, a intoxicação pelo ácido lisérgico, poderá surtir no usuário efeitos como congestão facial¹²⁵, aceleração do pulso, hipertensão arterial, cefaléia¹²⁶, cenesopatia¹²⁷. Ademais é importante destacar que em geral, os usuários do LSD não adquirem dependência psíquica a esta, vez que na ausência deste tóxico, o consumidor recorre a outro substituto. Também não foram verificados indícios de dependência física quando o consumo de LSD é suspenso. Todavia, em determinadas situações, há um retorno das sensações experimentadas, mesmo sem ter havido uma nova absorção da droga. A duração de seus efeitos não vai além de 12 horas, embora eventualmente, possa haver reversão de seus efeitos. Em dose acima de 100 microgramas provoca a psicose modelo, que é um tipo de esquizofrenia temporária.¹²⁸

¹²⁰ Confusão mental, incoerência e inquietação física.

¹²¹ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit., 2002, p. 727

¹²² Revista *Veja*, 17/01/96 apud POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 58.

¹²³ Psiquiatra do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

¹²⁴ Revista *Veja*, 17/01/96, apud POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 58.

¹²⁵ Distúrbio circulatório.

¹²⁶ Dor na superfície da cabeça, mas proveniente de estruturas mais profundas.

¹²⁷ Mal-estar, inquietação.

¹²⁸ JR. COSTA, J.B.O.; JR. A. Almeida. Op. cit., 1998, p.521.

A droga denominada boa noite cinderela, dada a sua composição, causa um efeito depressor sobre o sistema nervoso central do usuário, mormente se for misturada com bebidas alcoólicas. Depois de um determinado tempo, a pessoa que ingeriu essa substância dorme profundamente e poderá ficar neste estado por mais de um dia¹²⁹.

2.4.2 Sociais

Este subitem tratará inicialmente sobre o conceito de criminologia, a tendência criminológica moderna e mencionará a distinção entre o fato criminológico e social, suas relações e a importância de ambos para o estudo do crime, além de demonstrar como o efeito das drogas repercute na sociedade.

O autor João Farias Jr menciona o seguinte conceito de criminologia:

É a ciência que estuda o homem criminoso, a natureza de sua personalidade e os fatores criminógenos; a criminalidade, suas geratrizes, o grau de sua nocividade social, a insegurança e a intranquilidade que ela é capaz de causar à sociedade e a seus membros; os meios capazes de prevenir a incidência e a reincidência no crime por meio de uma política de erradicação do marginalismo, da profilaxia e da recuperação do delinqüente para a sociedade¹³⁰.

A obra de Antonio García Pablos de Molina ao mencionar a definição de criminologia deixa transparecer certa semelhança com o conceito acima aludido, vez que encara o crime como um problema social:

Ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada sobre a gênese dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e como problema social – assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente e nos diversos modelos ou sistemas de respostas ao delito¹³¹.

A criminologia moderna questiona os fundamentos epistemológicos e ideológicos da criminologia tradicional, uma vez que ela tinha por base um sólido e pacífico consenso, que é o conceito legal de delito, não questionado; as teorias etiológicas da criminalidade, que tomavam daquele seu autêntico suporte ontológico; o princípio da diversidade (patológica) do

¹²⁹ Boa Noite Cinderela. Disponível em <<http://www.drogas.netsaber.com.br>> . Acesso em 13/09/07.

¹³⁰ JR., João Farias. **Manual de Criminologia**. 2.ed. Curitiba:Juruá, 1996.

¹³¹ PABLOS DE MOLINA, Antônio García. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da lei nº 9099/95, lei dos juizados especiais criminais**. Tradução Luiz Flávio Gomes. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2000.

homem delinqüente (disfuncionalidade do comportamento criminal); e os fins conferidos à pena, como resposta justa e útil ao delito¹³².

Para a criminologia moderna, o delito se apresenta como problema social e comunitário, que exige do investigador uma determinada atitude para se aproximar dele. É um problema que afeta toda a sociedade, posto que, ocasiona dor a todos: ao infrator, que receberá seu castigo, à vítima, à comunidade¹³³.

A conduta de utilização de drogas era visualizada pela postura político criminal como prática constituída por fatores criminógenos, fomentando uma cadeia de crimes¹³⁴.

Essa posição política criminal é contestada pela criminologia, que categoriza esta prática como um delito sem vítima. E que, os fatos delituosos integram as chamadas cifras negras, pelo fato de que estes casos não chegam a serem detectados pelos meios formais de controle¹³⁵.

Muitos crimes são praticados sem o conhecimento das autoridades governamentais, judiciárias, policiais seja por medo da vítima de sofrer represálias do criminoso ou por vergonha de denunciar o agressor e depois ser repreendida por ter agido dessa forma.

Esta contestação realizada pela criminologia moderna merece elogios, pois observa o problema da criminalidade não apenas como um delito que merece a punição, mas focaliza esta questão sob a ótica social e comunitária.

Figueiredo Dias e Costa Andrade analisam o fenômeno criminal a partir de uma ótica dos valores axiológicos das sociedades pluralistas ocidentais. E, ao fazer referência sobre a esfera de natural desenvolvimento do homem, que requer a possibilidade de autodeterminação, e pretende o reconhecimento do direito à diferença. Partindo dessa premissa afirmam que:

¹³² PABLOS DE MOLINA. Op. cit., 2000, p. 60.

¹³³ Id. Op. cit., 2000, p. 66-67.

¹³⁴ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.23.

¹³⁵ Idem. Op. cit., 2007, p. 24.

Este direito à diferença (poder-se-ia mesmo dizer: à infelicidade) [que brota da sociedade aberta e plural] oferece ainda um contributo não despreciando para a descriminalização de condutas ou formas de vida como o alcoolismo, consumo de estupefacientes, o jogo, etc¹³⁶.

A sociologia que possui íntima relação com a criminologia, caracteriza uma conduta criminosa como um comportamento desviado, já que se afasta das expectativas sociais num dado momento, contrariando os padrões e modelos da maioria social¹³⁷.

Diante do argumento de que toda sociedade ou grupo social necessita de uma disciplina que assegure a coerência interna de seus membros, razão pela qual se vê obrigada a criar uma rica gama de mecanismos que assegurem a conformidade daqueles com suas normas e pautas de conduta, o controle social é entendido como o conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referida submissão do indivíduo aos modelos e normas comunitários. Para alcançar a conformidade ou adaptação do indivíduo aos seus postulados normativos – disciplina social – existem duas classes de instância ou portadores de do controle social: instâncias formais e instâncias informais¹³⁸.

Os agentes informais do controle social são a família, a escola, a profissão, opinião pública enquanto que os agentes formais são a polícia, a justiça, a administração penitenciária. Os agentes de controle social informal tratam de condicionar o indivíduo, de discipliná-lo por meio de um largo e sutil processo que começa nos núcleos primários (família), passa pela escola, pela profissão, pelo local de trabalho e culmina com a obtenção de sua aptidão conformista, interiorizando no indivíduo as pautas de conduta transmitidas e apreendidas (processo de socialização). Quando as instâncias informais do controle social fracassam, funcionam as instâncias formais, que atuam de modo coercitivo e impõem sanções qualitativamente distintas das sanções sociais, porquanto são sanções estigmatizantes que atribuem ao infrator um *status* de desviado, perigoso ou delinqüente¹³⁹.

O que se nota é que deve ser dada preferência aos argumentos dos agentes informais, antes de punir o infrator pela conduta delituosa praticada.

¹³⁶ DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa apud GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.24.

¹³⁷ PABLOS DE MOLINA, Antônio García. Op. cit., 2000, p. 62.

¹³⁸ Id. Op. cit., 2000, p. 120.

¹³⁹ PABLOS DE MOLINA, Antônio García. Op. cit., 2000, p. 121.

Durkheim ao aduzir sobre a dupla função social do crime afirma que “identifica praticamente os limites além dos quais o comportamento é sancionado e serve de instrumento de mudanças social¹⁴⁰”.

O crime tem essa dupla função social porque a partir do momento em que é praticado, são aplicadas punições correspondentes à gravidade do delito e em decorrência disto, o indivíduo passa a sofrer limitações quanto à sua forma de agir, caso sua conduta seja considerada prejudicial à coletividade, ocasione danos à vida, à integridade física da sociedade. Serve de instrumento de mudança social, pois quando se pratica um delito, são analisadas as circunstâncias que levaram o infrator a executar tal ação, os antecedentes do agente, suas origens e, partindo dessa análise, procura-se modificar os fatores que provocaram tal atitude.

É perceptível que só a partir de uma análise para se verificar o que motivou o agente a praticar determinada conduta e sofrer uma sanção em razão de determinado comportamento, poderá ocorrer a modificação social.

O comportamento que transcende os limites permitidos pelas normas positivas define-se como criminoso, porém se os comportamentos desviados e merecedores de sanção multiplicam-se a ponto de serem questionadas as normas, manifesta-se a anomia, indício da não correspondência à real necessidade social¹⁴¹.

Diante das palavras de Durkheim, Celso Pinheiro de Castro estabelece a diferença entre criminologia e fato social, respectivamente como “o estudo científico do crime e do comportamento delituoso enquanto o segundo visa identificar as causas e analisar as circunstâncias do comportamento delituoso¹⁴²”.

Émile Durkheim ao observar o aumento constante da criminalidade, considerada uma existência inevitável em qualquer tipo de sociedade e em qualquer momento histórico, de uma taxa constante de delinquência, extraiu duas consequências:

¹⁴⁰ DURKHEIM, Émile apud PINHEIRO DE CASTRO, Celso A. **Sociologia Aplicada ao Direito**. 2.ed.São Paulo: Atlas, 2003.

¹⁴¹ DURKHEIM, Émile apud PINHEIRO DE CASTRO, Celso A. Op. cit., 2003, p. 30.

¹⁴² Op. cit., 2003, p.31.

A conduta irregular é inextirpável, desde o momento em que a conduta social é concebida como conduta “regrada” (regulada por normas); as formas da referida conduta “anômica” estarão determinadas, em cada caso, pelo tipo social dominante e seu estado de desenvolvimento¹⁴³.

O delito é verificado como uma modalidade de conduta irregular, que deve ser analisada não em função de supostas anomalias do sujeito, senão das estruturas da sociedade; é de outro lado, um fenômeno normal, porque se a conduta social é uma conduta regrada, o delito é a outra “face da moeda” inseparável da convivência. O anormal não é a existência do delito, senão um súbito incremento ou descenso dos números médios ou das taxas de criminalidade¹⁴⁴.

O referido autor acrescenta a respeito dos crimes que:

Uma determinada quantidade de crimes forma parte integrante de toda sociedade sã. O crime cumpre uma função integradora e inovadora e deve ser contemplado como produto do normal funcionamento de toda sociedade. Ao fazer referência ao delinqüente, afirma que ele não é um indivíduo patológico ou anti-social, senão fator do funcionamento regular da vida social¹⁴⁵.

Um fato social é reconhecido pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder é reconhecida, por sua vez, pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tende a violá-lo¹⁴⁶.

Enrico Ferri ao verificar as relações existentes entre a criminologia e a sociologia criminal, acresce que os fatores criminógenos apresentam três categorias que são antropológicos, físicos e sociais e em seguida passa a defini-los:

¹⁴³ DURKHEIM, Émile apud PABLOS DE MOLINA, Antônio García. Op. cit., 2000, p. 280.

¹⁴⁴ Idem. Ibidem, p. 281.

¹⁴⁵ DURKHEIM, Émile. As Regras do Método sociológico; tradução Pietro Nasseti. ed. rev. da tradução. São Paulo: Martin Claret, 2005.

¹⁴⁶ Idem.Op. cit., 2005, p. 37.

Os primeiros são biológicos ou inerentes à personalidade da pessoa do criminoso, são divididos em três subclasses – constituição orgânica do criminoso; sua constituição psíquica e seus caracteres pessoais. Na constituição orgânica entram as anomalias do crânio, do cérebro, das vísceras e de todos os caracteres somáticos em geral; na psíquica estão inclusas as anomalias da inteligência, do sentimento e do senso moral; nos pessoais, estão compreendidas as condições biológicas ou biossociais como a raça, a idade, o estado civil, a profissão, o sexo, o domicílio, a classe social, a instrução e a educação. Os fatores físicos são o clima, a natureza do sol, a periodicidade diurna e noturna, as estações do ano, a temperatura anual, as condições meteorológicas. Os fatores sociais compreendem a densidade populacional, opinião pública, os costumes, a religião, as condições de família, o regime educativo, o alcoolismo, as condições econômicas e políticas, a justiça e a polícia¹⁴⁷.

O que de fato ocorre, é que não existe exclusividade de fatores, mas a polifatoriedade da causação do comportamento delituoso¹⁴⁸.

Ao elencar os fatores que ensejam ao comportamento delituoso, necessário se faz mencionar os fatores exógenos e endógenos, a fim de que se possa verificar os motivos que ensejaram a prática de determinada conduta.¹⁴⁹

Nos fatores exógenos estão inclusos os sociofamiliares que têm relação com a falta, deterioração ou o desajustamento da estrutura familiar; os socioeconômicos em que se verificam a pobreza, a vadiagem, o desemprego que se contrasta com a riqueza, quando suscitada pela ganância descontrolada, a volúpia de ganho fácil, com derivações à exploração, à fraude, à falsificação e a atos clandestinos os mais insidiosos, sórdidos e torpes, com engenhosas articulações para enganar¹⁵⁰.

Os sócio-ético-pedagógicos estão relacionados à ignorância, à falta de educação e à falta de formação moral; os sócio-ambientais que consistem nas influências das más companhias e das más influências ambientais e, dentro desses influxos concorrentes estão expostos os menores carentes e abandonados, vítimas da corrupção, de maus tratos e de exploração; foragidos do lar ou de instituições ficam extraviados, a perambular, a vender quinquilharia, a permanecer em locais inadequados e inconvenientes, a inalar cola, a fazer uso de outras substâncias tóxicas ou usados e explorados para atos anti-sociais¹⁵¹.

¹⁴⁷ FERRI, Enrico apud JR., João Farias. Op. cit.,1996, p. 51.

¹⁴⁸ Idem apud JR., João Farias. Op. cit.,1996, p.52.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ FERRI, Enrico apud JR., João Farias. Op. cit.,1996, p.53.

¹⁵¹ Idem apud JR., João Farias. Op. cit.,1996, p.52.

Além desses fatores existem as migrações, inaptações sociais, os efeitos maléficos das comunicações sociais e imprensa¹⁵².

Enquanto nos fatores endógenos, observam estudiosos como Louis Berman *et al* que:

As glândulas tireóide, hipófise, pâncreas, sexuais, com suas secreções hormonais, quando em excesso ou escassez, em combinação com os processos de dinamismo orgânico funcional, principalmente do sistema nervoso, podem influenciar diretamente ou indiretamente o comportamento do ser humano, tornando-o um ser de conduta anômala. Também os defeitos cromossômicos podem influenciar o comportamento do ser humano; até mesmo a quantidade de glicose contida no sangue pode alterar a conduta do homem. As anomalias quando não chegam a estados mórbidos mentais são chamadas de psicopatias ou neuroses e caracterizadas por manias, fobias, taras, comportamento histérico, agitado, impulsivo, violento e apático, tais anomalias quando incidentes no crime são denominadas mesoendógenos. Ainda no campo dos influxos biológicos que geram o crime, podemos incluir os portadores de demência senil ou pré-senil, psicoses, esquizofrenia, epilepsia, paranóia, psicoses tóxicas como as decorrentes do alcoolismo, do uso de morfina, da cocaína, que, quando incidentes em crimes recebe a nomenclatura de patoendógenos¹⁵³.

Jean Pinatel ao discorrer sobre as ocasiões criminais passa a conceituá-las como “momentos e situações propícias para o crime”. Posteriormente o referido autor, menciona sobre as ocasiões relacionadas com as drogas e com o álcool aduz que “o uso de drogas e de álcool está igualmente subordinado às ocasiões, dependendo a sua iniciação das companhias, do momento, do local”¹⁵⁴.

Em decorrência do que foi aludido o autor mencionado ao tratar da responsabilidade da sociedade quanto à questão da criminalidade, deduz que “as grandes manifestações de nossa criminalidade dependem de ocasiões que a sociedade concede¹⁵⁵”.

Frederico Abrahão de Oliveira seleciona duas colocações existentes acerca do objeto da criminologia:

Estudo do fenômeno natural, considerando os fatores individuais (personalidade) e os fatores sociais (ambiente), e ao mesmo tempo, a luta contra o crime, levando em conta a necessidade de ressocialização do delinquente (tratamento) e de prevenção do crime (profilaxia)¹⁵⁶.

¹⁵² FERRI, Enrico apud JR., João Farias. Op. cit., 1996, p.52.

¹⁵³ BERMAN, Louis apud JR., João Farias. Op. cit., 1996, p.56.

¹⁵⁴ Apud JR., João Farias. Op. cit., 1996, p.89.

¹⁵⁵ PINATEL, Jean apud JR., João Farias. Op. cit., 1996, p. 91.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Frederico Abrahão. **Manual de Criminologia**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

Na mesma perspectiva dos autores mencionados, Frederico Abrahão de Oliveira analisa o crime como “um fato natural da vida em sociedade”¹⁵⁷.

O uso dos tóxicos poderá resultar consequências sociais para o drogado, pois favorece uma série de anormalidades, conduzindo a mulher à prostituição e o homem à vadiagem, à mendicância e às inversões e perversões sexuais. Isso culmina por representar verdadeira “cruz” para a família e para o Estado, além de constituir perigo para a sociedade diante de sua inclinação para o ato infracional, quando o consumidor de drogas ao verificar que está com dificuldade pecuniária para obter o tóxico, recorre a práticas de inúmeros crimes como furto, apropriação indébita, extorsão, roubo e até latrocínio para conseguir o numerário para alimentar sua dependência¹⁵⁸.

Os efeitos que o usuário da maconha ocasiona à sociedade estão relacionados com comportamentos de risco no volante e acidentes. A explicação para tal assertiva está no fato de que o consumo da maconha reduz a velocidade percepto-motora, a precisão de movimentos e a exatidão. Também foi verificado que, quanto maior a frequência do uso de maconha e mais cedo for utilizado pelo consumidor, maiores são as chances de cometer delitos e suicídio. No Brasil não foram encontrados estudos que tenham relação entre acidente de trânsito e uso de maconha que tivessem sido percebidos como problemas pelas autoridades¹⁵⁹.

Em relação às drogas crack, cocaína e merla, foram mencionadas as utilizações desses tóxicos em uso experimental em todas as capitais brasileiras. O uso de crack foi relatado em 22 capitais no ano de 2003, dentre elas São Paulo, Recife, Curitiba e Vitória. Sua disseminação no Brasil é verificada pelo aumento da criminalidade como a violência entre as gangues de traficantes, assaltos em sinaleiros, seqüestros relâmpagos, assassinatos, chacinas coma, a morte, principalmente de jovens e crianças. A disponibilidade e o consumo de derivados de cocaína ocorre de forma geral neste país, tornando-se mais vulneráveis as crianças e adolescentes que vivem nas ruas¹⁶⁰.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Frederico Abrahão. Op. cit., 1996, p. 33.

¹⁵⁸ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit., 2002, p. 718.

¹⁵⁹ Disponível em <<http://www.abpbrasil.org.br>>. Acesso em 6/11/07.

¹⁶⁰ Disponível em <<http://www.congressoabpbrasil.org.br>>. Acesso em 6/11/07.

Na delegacia de homicídios, situada na cidade de Belo Horizonte, foram realizadas investigações com base no envolvimento do uso ou venda de drogas. Notou-se que 55% dos 433 homicídios ocorridos em 1995 até 23 de dezembro de 1998 estavam relacionados com o consumo e venda de crack e tinha como vítimas especialmente os jovens¹⁶¹.

A cocaína pode produzir estados psicóticos e depressões graves que resultam suicídio¹⁶².

Também o usuário dessa droga perde sua honra e dignidade, como ocorreu com um cantor Nelson Gonçalves que é bastante conhecido no Brasil, e comentou sobre sua experiência com o uso da cocaína:

Em 1952, numa boate de Copacabana, um ‘amigo’ me deu um pó branco para aspirar. Ao cabo de alguns dias estava viciado naquele pó. O pó que inicialmente me veio de graça passou a custar ‘rios’ de dinheiro. Tornei-me um escravo dos traficantes. Nunca mais tive sossego, era impossível deixar o vício. Desci todos os degraus da abjeção humana. Tornei-me um molambo. De 72 quilos passei a pesar 53 quilos¹⁶³.

No tocante à utilização da droga boa noite cinderela nota-se que ela é utilizada com a finalidade de aplicação de golpes em boates localizadas em Copacabana, na Zona Sul do Rio. Estes crimes acontecem porque o infrator coloca tranqüilizantes na bebida da vítima e pratica furtos, estupros, vez que a vítima sob o efeito destas substâncias dorme profundamente e permanece neste estado por mais de um dia¹⁶⁴.

Em relação à heroína, seu consumo propicia um comportamento social marginal, a um comportamento delituoso caracterizado por roubo, furto, homicídio, prostituição e outras atividades anti-sociais, em razão da necessidade de se obterem recursos para aquisição da droga. Além dos riscos de contaminação de AIDS e hepatite, pelo fato de ser uma droga que pode ser utilizada na forma injetável¹⁶⁵.

¹⁶¹ Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Disponível em <<http://www.scielo.org.br>>, acesso em 10/11/07.

¹⁶² KALINA, Eduardo. A Psiconeurobiologia no Combate aos Efeitos da Cocaína. Diálogo Médico, ano 2, n.2, p.18-21, mar./abr. 1996.

¹⁶³ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 156.

¹⁶⁴ Violação dos Direitos Humanos dos Homossexuais no Brasil. Disponível em <<http://www.ggb.org.br>>. Acesso em 7/11/07.

¹⁶⁵ POSTERLI, Renato. Op. cit. 1997, p. 74.

LSD já era utilizada na década de 60 para cometer crimes cruéis nos Estados Unidos, como ocorreu com o guru Charles Manson e seus adeptos que sob o efeito dessa substância praticaram inúmeros assassinatos, dentre eles o da atriz Sharon Tate¹⁶⁶

Ademais, antes dessa década, mais precisamente em 1950, ao ministrar uma dose de LSD em experiência realizada na CIA, o cientista norte-americano Frank Olson perdeu o comando de suas idéias e ações e cometeu suicídio saltando da janela de um hotel¹⁶⁷.

No caso de utilização de ecstasy e lança-perfume, observa-se que o agente sob o efeito da primeira droga perde a timidez e começa a comportar-se de forma desordenada, uma vez que age descontroladamente ao realizar ações para as quais não tinha resistência¹⁶⁸.

Enquanto o consumidor do lança-perfume sofre sérios danos causados por quedas freqüentes e tem atitudes inconscientes¹⁶⁹.

Isso ocorre porque a inalação do lança-perfume ocasiona a perda de autocontrole físico e ocular, excitação, tontura, e tais sensações, podem levar o indivíduo a agir inconscientemente.

Outro acontecimento trágico foi o crime cometido pelo lavrador Marinaldo Alcântara no município de Abaetetuba, Estado do Pará. Este lavrador matou, decapitou e comeu pedaços de sua mãe Raimunda Soares que tinha 54 anos de idade. Marinaldo Alcântara de 21 anos matou com 29 facadas e decapitou a mãe. Em seguida, comeu pedaços de seu rosto, olhos, parte do nariz, orelhas, bochecha. Depois foi surpreendido pela polícia com um tiro de fuzil na coxa direita, enquanto mastigava restos do corpo de sua mãe no barraco onde morava¹⁷⁰.

Um caso que aconteceu em 2007 terminou em tragédia em razão do consumo de drogas ocorreu na cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, durante o

¹⁶⁶ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Op. cit. 2002, p.703.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Portal de Campos – site de campos do Jordão. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/portaldcampos/drogas.html>>. Acesso em 8/12/07.

¹⁶⁹ BRITO, Sumek . O Perigo do Lança-Perfume .Disponível em <<http://www.kuticao.com.br>>, acesso em 11/11/07.

¹⁷⁰ POSTERLI, Renato. Op. cit., 1997, p. 171.

evento Tribo Rio, realizado no parque *Happy Land* Diversões. A festa ficou marcada pela morte do menor de 17 anos, Lucas Francesco e do médico Raphael de Souza, de 26 anos de idade que bateu seu carro na traseira de um ônibus, na rodovia Niterói-Manilha. Outras 18 pessoas foram levadas ao hospital após a festa¹⁷¹.

No tocante ao perfil dos usuários de drogas é necessário destacar a questão social deles, a fim de estabelecer um padrão para o atendimento dos consumidores dessas substâncias ilícitas, como a questão econômica, a situação familiar, dentre outros fatores.

Foi realizado um estudo no Serviço Nacional de Orientação e Informação sobre drogas em janeiro de 2006 a abril de 2006 cuja amostra inclui 143 indivíduos que são usuários de maconha e 368 de cocaína. Os resultados desta pesquisa demonstraram que os consumidores de maconha e cocaína possuem perfil semelhante, posto que a maioria é do sexo masculino, solteiro, têm baixa renda familiar e praticamente a metade dessas pessoas utilizam o álcool e o tabaco¹⁷².

No ano de 2002, pesquisadores fizeram o primeiro levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, esta pesquisa envolveu as regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste. As comparações do uso na vida de maconha, nas cinco regiões brasileiras, foram semelhantes para três das regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com cerca de 5%. A região Sul foi a campeã em porcentagens de uso na vida para a maconha, com 8,4% de usuários. Na faixa etária de 18 a 24 anos, 21,9% dos gaúchos já experimentaram a maconha. A Região Sudeste apresentou 7,6% de usuários¹⁷³.

Em todas as faixas etárias, o uso de maconha foi maior para o sexo masculino do que para o feminino, algumas vezes, em até quatro vezes maior. A Região Sul foi também aquela onde apareceram as porcentagens mais expressivas de dependentes de maconha, com 1,6%

¹⁷¹ OHARA, Jorge. Rave: Diversão descontrolada. Disponível em <<http://www.folhauniversal.com.br/integra.jsp?codcanal=988&cod=124573&edicao=814>>. Acesso em 8/12/07.

¹⁷² XXIV Congresso Brasileiro de Psiquiatria, Disponível em <<http://psicoativas.fffcmpe.edu.br/sitevivavoz>>, acesso 11/11/07.

¹⁷³ I- Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

dos entrevistados. Por outro lado, as menores porcentagens de dependência foram constatadas na Região Sudeste, com 0,7%¹⁷⁴.

Constatou-se que a maioria dos usuários de merla não possui trabalho fixo, exerce atividade profissional de pedreiro, servente ou trabalhadores de obra; grande parte dos consumidores recebe menos de um salário mínimo¹⁷⁵.

Em relação à cocaína, o primeiro levantamento de drogas psicotrópicas no Brasil, realizado em 2002 demonstra que a prevalência de maior uso de cocaína foi na Região Sul, com 3,6%. A Região Sudeste em segundo lugar, com 2,6%, e, nas regiões Norte e Centro-Oeste, apareceu 1,4% em cada uma delas. A menor porcentagem foi de 0,8%, no Norte. Porém, é nesta região que aparece o maior uso de merla (1,0%), uma forma de cocaína que é fumada. Outra forma de cocaína que é fumada, o crack, teve o maior uso na vida na Região Sul com (0,5%), seguida pela Região Sudeste, com 0,4%. Mais uma vez, observa-se que o predomínio de uso de qualquer das formas de cocaína se faz entre os homens, e apenas dois usuários afirmaram já terem injetado cocaína na veia.¹⁷⁶

Quanto aos consumidores de crack, nota-se que por meio de uma pesquisa realizada na Grande São Paulo, ficou constatado que no ano de 1993, eles não tinham fonte de renda, estavam desempregados. Como o crack dificulta qualquer atividade que necessite de responsabilidade, o usuário em pouco tempo, abandona o trabalho¹⁷⁷.

A pesquisa realizada com as cinco regiões do Brasil, que trata do levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas em 2002 verificou que nas 107 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil, foram constatadas apenas quatro pessoas com uso de heroína, sendo três homens e uma mulher, o que equivale a 0,04%. Nas regiões Norte e

¹⁷⁴ I- Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

¹⁷⁵ PAES, Paulo Duarte. Usuários de Pasta-Base em Campo Grande: Condições de saúde e atendimento no SUS. Disponível em <<http://www.domicianosiqueira.com.br>>. Acesso em 12/11/07.

¹⁷⁶ I- Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em 13 nov. 2007. <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

¹⁷⁷ Perfil sociodemográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos>>, acesso em 11/11/07.

Nordeste, houve três relatos, e, um, no Sul; no Centro-Oeste e no Sudeste, ninguém citou o uso dessa droga¹⁷⁸.

Consoante o psicólogo e membro do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), Murilo Battisti ao reunir diversos estudos sobre as apreensões feitas pela polícia, assevera que é possível mencionar que o ecstasy é consumido por jovens, faixa etária de 20 anos, universitários, de classe média, o custo da droga é bastante elevado¹⁷⁹.

O lança-perfume que era permitido no Brasil, utilizado no carnaval de fácil aquisição e de baixo custo¹⁸⁰.

Das cinco regiões brasileiras onde foi realizada a pesquisa domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no ano de 2002, foi verificado que a região Nordeste foi quem apresentou o maior índice de consumo de solvente com 9,7%, seguida da Sudeste, com quase a metade de usuários (5,2%). Em todas as regiões, o uso foi maior para o sexo masculino e sete vezes maior que o feminino, no Sul. No Nordeste, já na faixa etária de 12 a 17 anos, cerca de 5% deles fizeram uso na vida de solventes. Os solventes mais citados foram a cola de sapateiro, nas regiões Sudeste e Sul, o lança-perfume e o cheirinho da loló¹⁸¹, no Nordeste. A benzina foi mais citada no Norte, e o esmalte e a acetona, no Centro-Oeste¹⁸².

Portanto, observa-se que a droga não destrói apenas seu consumidor por causar dependência física e psicológica, mas também desmorona as relações sociais, cessa a afetividade no âmbito familiar e contribui para que sejam cometidos crimes bárbaros.

¹⁷⁸ I- Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

¹⁷⁹ GUTEMBERG, Carlos. Ecstasy- O mito da droga inofensiva, disponível em: <<http://www.folhauniversal.com.br>>, 811 ed. São Paulo, 11 nov. 2007.

¹⁸⁰ Toxicologia. Disponível em <<http://www.iesambi.org.br>>. Acesso em 11/11/07.

¹⁸¹ É um preparado clandestino (fabricado ilegalmente), à base de éter mais clorofórmio e usado apenas para fins de abuso. Sabe-se que esses "fabricantes" quando não encontram uma daquelas substâncias eles a substituem por qualquer outro solvente.

¹⁸² I-Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

3. PRINCÍPIOS DO SISNAD

Antes de mencionar determinados princípios do SISNAD, é necessário tecer a definição desse sistema, a finalidade para o qual foi instituído para compreender sua contribuição nos aspectos de prevenção e repressão às drogas.

Por ocasionar conseqüências graves às instituições nacionais e às relações sociais, pelo fato de afetar a segurança, a saúde, o trabalho, o bem-estar individual, a família e a soberania nacional, a demanda e a oferta de drogas no Brasil são considerados problemas de responsabilidade estatal. Com o escopo de reduzir estes impactos negativos, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas pela Lei nº 11343/06, de 23 de agosto de 2006. O tratamento e a reinserção social dos usuários de drogas e os dependentes químicos.¹⁸³

As finalidades do SISNAD estão elencadas no artigo 3º da lei mencionada. Uma delas está vinculada à prevenção e é destinada ao consumidor de drogas; enquanto a segunda está relacionada à repressão e envolve os que produzem drogas sem autorização ou as que têm relação com o tráfico¹⁸⁴.

Para o cumprimento de tais finalidades, o Sistema nacional de Políticas Públicas sobre Drogas conta com a participação de órgãos como o Conselho Nacional Antidrogas que é um órgão colegiado, que possui natureza normativa e de deliberação coletiva, responsável por estabelecer as orientações a serem observadas pelos integrantes do SISNAD, em suas respectivas áreas de atuação e está vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que aprovou a Política Nacional sobre Drogas e reconheceu as diferenças existentes entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas; a Secretaria Nacional Antidrogas; um conjunto de órgãos e entidades públicas do Poder Executivo Federal e dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; organizações, instituições ou entidades da sociedade civil que atuem nas áreas de atenção à saúde e da assistência social¹⁸⁵.

¹⁸³ Boletim CEBRID: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – SISNAD, disponível em <<http://www.unifesp.br>>. Acesso em 13 nov. 2007.

¹⁸⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 33.

¹⁸⁵ Idem, op. cit., 2007, p. 33.

3.1 RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA, ESPECIALMENTE QUANTO À SUA AUTONOMIA E À SUA LIBERDADE

Inicialmente para verificar o que representam os direitos fundamentais da pessoa humana é oportuno demonstrar que dentre os fundamentos elencados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 está a dignidade da pessoa humana:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político¹⁸⁶.

Mediante o disposto na Constituição Federal é salutar apresentar os conceitos citados por doutrinadores para esclarecer a relevância deste fundamento.

O autor José Afonso da Silva menciona a seguinte definição acerca do fundamento dignidade da pessoa humana:

É um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. Ele é concebido como referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais, o conceito de dignidade da pessoa humana obriga a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não uma qualquer idéia apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos pessoais tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais ou invocá-la para construir teoria do núcleo da personalidade individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana¹⁸⁷.

O autor supracitado acrescenta que:

Daí decorre que a ordem econômica há de ter por fim assegurar a todos existência digna, a ordem social visará a realização da justiça social, a educação, o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, não como meros enunciados formais, mas como indicadores de conteúdo normativo eficaz da dignidade da pessoa humana¹⁸⁸.

Nessa mesma perspectiva preceitua Kildare Gonçalves Carvalho acerca da dignidade da pessoa humana:

¹⁸⁶ BRASIL. Constituição (1988) apud CARVALHO, Kildare Gonçalves, 2003, p. 20.

¹⁸⁷ SILVA, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

¹⁸⁸ SILVA, José Afonso Da. Op. cit., 1999, p.109.

A dignidade da pessoa humana, que a Constituição de 1988 inscreve como fundamento do Estado, significa não só um reconhecimento do valor do homem em sua dimensão de liberdade, como também que o próprio estado se constrói com base nesse princípio. O termo dignidade repousa na base de todos os direitos fundamentais (civis políticos ou sociais). Consagra a Constituição em favor do homem, um direito de resistência, em que cada indivíduo possui uma capacidade de liberdade. O indivíduo está em condições de orientar sua própria vida, é por si só depositário e responsável pelo sentido de sua existência. Certamente, na prática, ele suporta pressões e influências como qualquer um. No entanto, nenhuma autoridade tem o direito de lhe impor o sentido que ele espera dar à sua existência por meio de constrangimento. O respeito a si mesmo ao qual tem direito todo homem, implica que a vida que ele leva depende de uma decisão de sua consciência e não de uma autoridade exterior, seja ela benevolente ou paternalista¹⁸⁹.

O referido autor argumenta sobre a abrangência desse princípio, mencionando constantemente a Constituição Federal da República Federativa do Brasil:

Ele não só abrange os direitos individuais, mas também os de natureza de ordem econômica, social, cultural. Na ordem econômica, vem garantido quando preconiza a Constituição Federal que ‘a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social’; na ordem social, quando declara a Constituição que ‘a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais’.

Vem ainda reforçado no sentido de dizer que ‘ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante; também garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem das pessoas; prevê punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais por lei, bem como estabelece a instituição dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, quando faz menção ao salário mínimo fixado em lei, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família; proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil’¹⁹⁰.

Humberto Ávila ao tratar da natureza da dignidade da pessoa humana alega que os princípios podem diferenciar-se das regras com base em três argumentos:

a) Natureza da descrição – comportamentos, em que as regras descrevem comportamentos ou poderes para atingir fins cuja realização depende de efeitos decorrentes da adoção de comportamentos; b) natureza de justificação exigida – as regras exigem um exame de correspondência entre o conceito da norma e o conceito de fato, sempre com a verificação da manutenção ou realização das finalidades sub e sobrejacentes; os princípios exigem uma compatibilidade entre os efeitos da conduta e a realização gradual do fim; c) natureza da contribuição para decisão – as regras têm pretensão terminativa e os princípios têm pretensão complementar¹⁹¹.

¹⁸⁹ CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 20.

¹⁹¹ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios. Da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 79.

Ávila cita ainda que “a sistematização é importante porque cria uma terceira categoria de normas são os chamados postulados normativos que se caracterizam por serem normas de segundo grau que estruturam a aplicação de outras normas”¹⁹².

O postulado normativo da dignidade da pessoa humana se diferencia das regras e princípios quanto ao nível e função. Enquanto os princípios e as regras servem de comandos para determinar condutas obrigatórias, permitidas e proibidas, ou condutas cuja adoção seja necessária para atingir fins, o postulado normativo da dignidade da pessoa humana serve como parâmetro para a realização de outras normas. Por ser um conceito jurídico fundamental, o postulado normativo da dignidade da pessoa humana é uma metanorma, que estrutura a aplicação de outras normas, com elas não se confundindo¹⁹³.

Partindo dessa premissa, entende-se que esse princípio do SISNAD tende a inaugurar uma nova mentalidade acerca da problematização do usuário de drogas.

3.1.1 Autonomia da Vontade

O respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana segue os preceitos da tendência criminológica moderna haja vista que o enfoque estereotipado do consumidor doente cede lugar à autonomia da vontade¹⁹⁴.

Essa autonomia da vontade do sujeito envolvido com drogas é respeitada e permitida, ele deixa de ser um mero espectador para atuar, no sentido de participar diretamente do processo que envolve o uso e a dependência da droga. Essa nova percepção resulta preocupações com a liberdade e com a tolerância¹⁹⁵.

Pelo exposto, verifica-se que a liberdade como resolução dos próprios atos sem interferência de um terceiro – o Estado – deve ser respeitada, desde que seu comportamento não ocasione danos à sociedade, caso contrário, ela sofrerá restrições.

¹⁹² ÁVILA, Humberto. Op. cit., 2003, p. 80.

¹⁹³ Id. Op. cit., 2003., p.81.

¹⁹⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.37.

¹⁹⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.37.

3.1.2 Liberdade Individual *versus* Liberdade Alheia

O atual anseio por liberdade está relacionado com as palavras proferidas por Benjamin Constant acerca da liberdade individual:

A liberdade de defesa da esfera individual é não estar submetidos senão às leis, não ser detido, preso, morto, nem maltratado arbitrariamente, dizer nossa opinião sem conseqüências, escolher nossa profissão, ir e vir, não dar conta a ninguém de nossos passos, reunir-se sem empecilhos, etc. O individualismo perpassa o atual pensamento mítico sobre a democracia, pois nosso imaginário foi construído pela cultura e pela promessa de felicidade do meu e do fazer¹⁹⁶.

Segundo Luiz Flávio Gomes, “o princípio da liberdade decorre da concepção de Estado Democrático, porque nele há o reconhecimento do Estado de determinado âmbito de autodeterminação individual cuja penetração lhe é proibida”¹⁹⁷.

Em razão do que preconiza esse princípio, há uma preocupação com o exercício da máxima liberdade individual desde que não comprometa a liberdade alheia. Tal assertiva faz referência à máxima tolerância em relação às condutas que expressam o modo de ser, a consciência interna, os atos privados do indivíduo que nenhum malefício ocasionam à sociedade. Por intermédio desse princípio a liberdade é protegida, punindo-se os atos atentatórios ou ofensivos a ela, quando registrada a gravidade da conduta praticada pelo ofensor e da lesão à liberdade¹⁹⁸.

Para o autor, isso revela uma tendência no sentido de restringir a atuação do estado como meio de tolher a liberdade, o que deve ser compreendido como uma intervenção alternativa, em que são buscados outros meios punitivos como as penas restritivas de direitos ou pecuniárias ou intervenções não penais¹⁹⁹.

Ao discutir sobre a questão da tolerância, Salo de Carvalho afirma que:

¹⁹⁶ LAMY, Marcelo. Princípios Constitucionais do Estado Democrático e Direito Natural. Disponível em: <<http://www.hottopos.com>>. Acesso em 12 nov.2007.

¹⁹⁷ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.37.

¹⁹⁸ Idem. Op. cit., 2007, p.37.

¹⁹⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.38.

Nenhuma norma penal será legítima se intervier nas opções pessoais, impondo aos sujeitos determinados padrões de comportamento ou reforçando determinadas concepções morais. A secularização do direito penal, fruto da recepção constitucional dos valores do pluralismo e da tolerância à diversidade, blinda o indivíduo de intervenções indevidas na esfera da interioridade. Assim, está garantido ao indivíduo a possibilidade de plena resolução sobre os seus atos, desde que sua conduta exterior não afete ou coloque em perigo concreto os bens jurídicos de terceiros. Apenas nos casos de dano ou perigo concreto é que haverá intervenção penal legítima²⁰⁰.

Pelo que foi mencionado, nota-se que o Estado com o passar dos anos, intervirá cada vez menos na vida do cidadão, não impondo a este o modelo de comportamento, desde que sejam respeitados os direitos da coletividade.

3.2 A PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE, RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS ATIVIDADES DO SISNAD

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, apesar de ter natureza governamental, cede espaço à participação social desde que sejam observadas a cooperação mútua e a articulação de esforços para o alcance de objetivos sociais, uma vez que estabelece mecanismos para mobilizar o cidadão a participar de forma voluntária²⁰¹.

A parceria entre Estado e sociedade é válida para o sucesso de políticas de drogas, por esse motivo é necessário conhecer os aspectos sociais de risco em relação ao uso e ao abuso de drogas²⁰².

Dentre os fatores sociais de proteção estão o respeito às leis sociais, a credibilidade da mídia, oportunidades de trabalho e lazer, informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos, clima comunitário e afetivo, consciência comunitária e mobilização social²⁰³.

Quanto aos fatores sociais de risco estão a violência, a desvalorização das autoridades sociais, a descrença nas instituições, a falta de recursos para prevenção e atendimento e falta de oportunidade de trabalho e lazer²⁰⁴.

²⁰⁰ CARVALHO, Salo. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: Discurso Oficial às Razões da Descriminalização**. 3.ed. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

²⁰¹ Boletim CEBRID: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – SISNAD. Disponível em <<http://www.unifesp.br>>, acesso em 13 nov. 2007.

²⁰² GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.41.

²⁰³ SCIVOLETTO, Sandra; ALBERTANI, Helena M.B.; ZEMEL, Maria de Lurdes. Atualização do Conhecimento sobre Redução da Demanda de Drogas. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.br>> , acesso em 13 nov. 2007.

A integração entre Estado e sociedade é importante para que sejam identificados os problemas sociais e criados mecanismos para evitá-los.

Ao lado do reconhecimento dos fatores de risco que levam o indivíduo ao uso ou ao abuso de drogas, há que ressaltar a relevância dos fatores de proteção, uma vez que se houver investimento para sua viabilização, poderão ser alcançadas vitórias significativas de prevenção²⁰⁵.

Além disso, o Conselho Nacional Antidrogas, quando instituiu a Política Nacional de Drogas por meio da Resolução 3, de 27 de outubro de 2005, já previa a importância da prevenção:

1.Prevenção

1.1.3 As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.

A preocupação com a conjugação de esforços entre governo e sociedade aparece em determinados momentos na Política Nacional sobre Drogas, elaborado pelo Conselho Nacional Antidrogas, ora como um dos pressupostos da Política, em outra passagem como um dos fatores de orientação geral para a prevenção, respectivamente:

Fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia do resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a ela relacionado e das conseqüências do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas. A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde²⁰⁶.

Assim, a responsabilidade compartilhada entre os segmentos do governo e da sociedade deixa transparecer com mais clareza que o consumidor de tóxico é um problema de saúde pública, e que, portanto, a responsabilidade pelos atos decorrentes da ingestão de tóxico não deve ser apenas do usuário, mas de todos os organismos sociais.

²⁰⁴ SCIVOLETTO, Sandra; ALBERTANI, Helena M.B.; ZEMEL, Maria de Lurdes. Atualização do Conhecimento sobre Redução da Demanda de Drogas. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.br>> , acesso em 13 nov. 2007.

²⁰⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.40.

²⁰⁶ Resolução n. 3/ GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro 2005.

3.3 O RECONHECIMENTO DA INTERSETORIALIDADE DOS FATORES CORRELACIONADOS COM O USO INDEVIDO DE DROGAS, COM A SUA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E O SEU TRÁFICO ILÍCITO

As circunstâncias relacionadas com o uso, a produção e o comércio ilegal de drogas, muitas vezes estão correlacionadas. Por isso, torna-se perceptível a intersectorialidade que o caracteriza²⁰⁷.

O fato de a dependência de drogas representar uma questão de saúde pública, não significa que se trata apenas de um problema com causas físicas e orgânicas. A dimensão psíquica ou emocional, bem como os fatores de contexto, incluindo fatores sociais, culturais, familiares têm a mesma importância. A perspectiva transdisciplinar refere-se a uma leitura de todas estas dimensões que precisam ser consideradas no conhecimento e na abordagem da dependência de substâncias psicotrópicas na busca da definição da diversidade de situações, sem perder de vista a globalidade do fenômeno e a singularidade de suas manifestações em cada sujeito que se apresenta ou é apresentado como dependente²⁰⁸.

Para analisar a dependência, devem ser observados critérios não apenas físicos, mas também, a estrutura familiar, educação obtida, a profissão.

3.4 ADOÇÃO DE ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR QUE RECONHEÇA A INTERDEPENDÊNCIA E A NATUREZA COMPLEMENTAR DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO, REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS, REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

O tema drogas exige compartilhamento do conhecimento e trânsito entre as especialidades de vários setores²⁰⁹.

A abordagem transdisciplinar faz referência ao trabalho e estudo da natureza ou qualidade das relações existentes entre as diversas áreas do conhecimento ou especialidades implicadas no fenômeno. Propõe que os profissionais trabalhem integrados para não perderem

²⁰⁷ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.42.

²⁰⁸ SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Abordagem Interdisciplinar. Disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>, acesso em 13 nov. 2007.

²⁰⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.44.

a visão global do fenômeno e da pessoa em atendimento como sujeito ativo e participante do processo e inserido num contexto sócio-cultural²¹⁰.

Implica uma leitura inovadora sobre a questão que, ao invés de se preocupar apenas com as especialidades, busca resgatar a globalidade, ao priorizar o estudo de como as diferentes dimensões se articulam ocasionando uma diversidade de situações. Tais situações são resgatadas em sua singularidade sem perder de vista sua relação com a complexidade e a globalidade do fenômeno²¹¹.

Salo de Carvalho ao comentar sobre a orientação transdisciplinar e a visão plural e complexa da sociedade e da rede de interações cita que:

Elas envolvem a questão das drogas e permitiram ultrapassar a histórica adoção de sistemas valorativos unívocos, que apenas reforçam determinados projetos morais. Ao negar o monismo, refuta a idéia de que se possa extrair de sociedades complexas e conflitivas referenciais homogêneos para avaliação das diversas situações problemáticas. Assim, o homem relacionado com seu ambiente plural, passava a ser o centro da prevenção, a repressão e a fiscalização estarão dirigidas ao produto, á droga e à regulamentação ou proibição da oferta²¹².

O legislador consentâneo com as práticas atuais atrai a atenção para o aspecto da necessidade multidisciplinar para todos os ângulos que o problema referente às drogas é apresentado como no que concerne à prevenção (do uso), atenção e reinserção social (para os usuários ou dependentes) e repressão (para a produção não autorizada e para o tráfico ilícito²¹³.

As finalidades prevenção e repressão têm que estar voltadas para a diminuição do consumo, da produção e do tráfico de drogas. Não se deve impor castigos com a finalidade de aplicar o mal ao agente²¹⁴.

Sendo assim, os princípios do SISNAD apresentam uma finalidade social, com o objetivo de atrair a participação do Estado e da sociedade civil em relação às drogas, demonstrando a importância da responsabilidade compartilhada para a prevenção ou reinserção dos usuários de drogas ao convívio social de forma a garantir a estabilidade e o bem-estar da sociedade como um todo.

²¹⁰ SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Abordagem Interdisciplinar. Disponível em <<http://obid.senad.gov.br>>, acesso em 13 nov. 2007.

²¹¹ Ibidem, acesso em 13 nov. 2007.

²¹² Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, 2007, p. 44.

²¹³ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 45.

²¹⁴ Idem, p. 45.

4. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LEI Nº 11343/06

Primeiramente, é necessário verificar de forma generalizada como ocorreu a criação da Lei nº 11343/06 e demonstrar as inovações trazidas por ela, a fim de que possa analisar posteriormente as sanções previstas em seu dispositivo e mencionar as contribuições advindas desta ao usuário e dependente de tóxicos.

O projeto que deu origem à Lei 11343, de 23 de agosto de 2006 é originário do Senado. Ele foi elaborado inicialmente pelo Grupo de Trabalho – Subcomissão – Crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro em 06 de maio de 2002. Sua redação final foi elaborada no Senado na data de 07 de agosto de 2002. Em 20 de agosto foi remetido à Câmara dos Deputados para revisão, quando recebeu o número 7134/2002²¹⁵.

A Câmara ofereceu Substitutivo com inúmeras e substanciais alterações ao projeto, remetendo-o novamente ao Senado em 17 de fevereiro de 2004, quando a matéria passou a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados - SDC 115/2002. Em 20 de julho de 2006, o projeto foi remetido à Casa Civil. Às vésperas de ultimar o prazo para a sanção presidencial, em 02 de agosto de 2006, houve a republicação do parecer 932 de 2006 pelo Senado, que ofereceu a redação final do projeto, para que fosse incluído em seu texto o inciso III do art. 40, aprovado na forma final do texto original do Senado, bem como com a finalidade de excluir o parágrafo único do artigo 65, uma vez que foi rejeitado pelo plenário da casa, tais deliberações ocorreram na data de 12 de julho de 2006, oportunidade em que foi enviado à Presidência da República. A lei somente foi sancionada em 23 de agosto de 2006²¹⁶.

Quase 30 anos depois da vigência da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 e após uma série de discussões acerca da necessidade de alterá-la, passou a vigorar a Lei nº 10409, de 11 de janeiro de 2002, porém brevemente. A Lei nº 11343 que foi sancionada em 23 de agosto de 2006 instituiu o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de

²¹⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 15.

²¹⁶ Ibidem.

drogas; estabelece normas para a repressão não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, além da definição de crimes²¹⁷.

A Lei 11343/06 institui um sistema que está relacionado à consecução de seus objetivos. A diminuição da vulnerabilidade aos fatores de risco para o uso e o tráfico de drogas e outros comportamentos a eles relacionados por meio da promoção e inclusão social do cidadão, além da meta de construção e socialização do conhecimento sobre drogas no país. Ademais a Lei nº 11343 permite a participação popular na definição dos fundamentos e estratégias do SISNAD e a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade nas atividades do Sistema; também persegue uma abordagem multidisciplinar acerca da problemática que envolve as drogas e reconhece que os fatores que interferem no uso indevido, na produção e no tráfico ilícito de drogas são de cunho intersetorial, o que envolve a articulação de órgãos de persecução, legislação e aplicação da Lei²¹⁸.

Outra nota relevante é quanto à terminologia utilizada pelo legislador, que durante a vigência da Lei 6368/76 era substância entorpecente, e atualmente com a Lei 11343/06 houve uma reafirmação do que constava no Projeto de Lei 7134/02. A lei vigente passa a adotar o termo droga por ter uma acepção abrangente, que ultrapassa a de entorpecentes, de estupefacientes, ou de alucinógenos²¹⁹.

A redação final do projeto de lei do Senado 115, de 2002, sofreu poucas alterações diante do que foi discutido no Projeto de lei 7134, de 2002, processado na Câmara dos Deputados, no que concerne à parte criminal, dada a inovadora sistematização da matéria criminal. Porém, em relação ao usuário, ao dependente de drogas e às penas elencadas no artigo 28 parece existir um caráter duvidoso a respeito do tratamento e da ressocialização²²⁰.

4.1 CONDUTAS SANCIONADAS

Dispõe o art. 28 da Lei 11343/06:

²¹⁷ GRANADO, Marcello *et al.* **Nova Lei Antidrogas – Teoria, Críticas e Comentários à Lei nº 11343/06**. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

²¹⁸ GRANADO, Marcello *et al.* ., op. cit., 2006, p. 3.

²¹⁹ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. **Nova lei Antidrogas Comentada – Crimes e regime processual Penal**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2007.

²²⁰ Idem, op. cit., 2007, p.14.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I - advertência sobre os efeitos das drogas;
- II - prestação de serviços à comunidade;
- III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o caput, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

- I - admoestação verbal;
- II - multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado²²¹.

O *caput* deste artigo aduz sobre o uso ou consumo pessoal de drogas. O agente atua de forma concreta e objetiva com fins de usar a droga²²².

Dessa forma, o dispositivo mencionado trata-se de um tipo penal misto, porque os núcleos desse tipo são os verbos que contemplam as condutas que, uma vez praticadas,

²²¹ <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=254672>>. Acesso em 5 dez. 2007.

²²² GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 10.

isoladas, de maneira cumulativa ou sucessiva, mas no âmbito de um mesmo contexto delituoso, ocasiona a punição, apenas uma vez, por infração a esta disposição legal²²³.

O referido dispositivo menciona cinco condutas: adquirir, guardar, ter em depósito, transportar e trazer consigo²²⁴.

Todas as condutas elencadas no *caput* do dispositivo em estudo devem ser praticadas para consumo pessoal. O agente atua de forma concreta e objetiva com fins de usar a droga. Estas serão comentadas a seguir.

4.1.1 Adquirir e Guardar

A conduta adquirir significa comprar, passar a ser proprietário, dono do objeto. Neste caso, a aquisição passa a ser qualquer modo de integração da coisa à órbita patrimonial do sujeito. No caso de a aquisição ter se efetivado por meio oneroso, em decorrência da compra, a conduta será punida pela configuração da ação de adquirir²²⁵.

Enquanto que, guardar estar relacionado ao fato de que o agente detém a coisa em nome de outrem porque quem guarda, conserva a coisa e dela cuida, comportamento que tem identidade com a de quem pretende manter a droga consigo por tempo mais duradouro, expressa a conduta de ocultar a droga, não revelar sua posse publicamente²²⁶.

4.1.2 Ter em Depósito e Transportar

O primeiro núcleo desse tipo tem relação com a conduta de manter a droga sob controle, imediato alcance e disponibilidade. A droga em depósito pode ou não ser exposta ao público. A coisa é mantida pelo agente que é destinada à sua própria disposição. Apesar de mantê-la por um dado espaço de tempo, é feito por um período mais breve, posto que o sujeito apenas a tem em depósito²²⁷.

²²³ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 9.

²²⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 108.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 10.

²²⁷ Idem, op. cit., 2006, p. 10.

Já a conduta transportar expressa a idéia de deslocamento, faz com que a droga seja movimentada de um lado para o outro por qualquer meio ou forma. O transporte é para uso pessoal.²²⁸

Assim, ter em depósito a droga está relacionado à idéia de apenas mantê-la sob seu alcance durante um determinado tempo, enquanto que o transporte sugere mudança da substância tóxica de um local para outro, ambas com a finalidade de consumo próprio.

4.1.3 Trazer Consigo

O núcleo desse tipo é a conduta de quem carrega a substância junto ao corpo, de qualquer maneira, com possibilidade de alcançá-la. Não importa o local em que o agente traz consigo, seja no bolso, na carteira, nas roupas íntimas, no porta-óculos. É uma modalidade de transporte específica e ligada à forma mais próxima como a droga é transportada²²⁹.

4.1.4 Outros Aspectos Inerentes ao Artigo 28

Os comportamentos que serão punidos na forma do citado artigo não estão relacionados apenas aos casos em que o consumo é exclusivamente individual, mas também tal punição é aplicada nas situações em que há “uso compartilhado”, quando a droga é oferecida eventualmente e sem objetivo de lucro a pessoa do relacionamento do usuário de drogas para ser consumida entre eles²³⁰.

O legislador não previu como núcleo as condutas de usar ou ter consumido. Não importa que o indivíduo seja surpreendido pela polícia com cheiro de maconha ou com sinais evidentes de que acabou de usar a droga porque nestas situações o consumidor de tóxico não poderá ser submetido a nenhuma medida de cunho processual penal²³¹.

As condutas consistentes em guardar, ter em depósito e trazer consigo retratam uma infração permanente e isso é relevante para uma possível captura do agente. Poderá inclusive ocorrer a captura do agente usuário, mas não será lavrado o auto de prisão em flagrante e tampouco ele ficará detido, porque o consumidor de drogas após assinar um termo de

²²⁸ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 148.

²²⁹ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 10.

²³⁰ Idem, op. cit., 2006, p. 10.

²³¹ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 10.

compromisso na delegacia, será encaminhado ao Juizado Especial Criminal para que o juiz possa aplicar-lhe a pena alternativa²³².

O tipo objetivo do injusto que é composto pelos cinco núcleos verbais que eventualmente podem ser realizados pelo agente de maneira seqüencial, hipótese em que não responderá por vários, pois o tipo misto é alternativo. Ao realizar várias condutas numa seqüência, o agente responderá por um crime e, segundo Marcello Granado *et al*, “pela primeira conduta realizada, salvo se a subsequente for permanente”²³³.

Quanto à dimensão subjetiva da infração, o tipo infracional contemplado no artigo em análise, só pode ser caracterizado se houver conduta dolosa. É necessário que o usuário saiba que tem a posse da droga e tenha manifestado no sentido de querer ter essa posse²³⁴.

Marcello Granado *et al* a respeito das condutas praticadas pelo consumidor de drogas, acresce que:

Ao praticar um dos comportamentos comuns aos dois tipos com outra intenção que não seja a de consumo pessoal, é caracterizado o crime de tráfico. Quando a droga é oferecida a uma terceira pessoa, eventualmente e sem fim de lucro, para consumo compartilhado, este crime não mais está previsto no artigo 28 da mencionada Lei. No tocante ao oferecimento não eventual da droga a terceiro, ainda que de forma não onerosa, esta conduta é caracterizada tráfico. Tal assertiva também aplicada aos casos em que o fornecimento ocorre de forma onerosa ou não, com o fim de viabilizar o consumo da droga por terceiro, sem que o agente também o utilize²³⁵.

Comportamentos desviados da finalidade de uso pessoal da droga são configurados tráfico.

Julio Fabbrini Mirabete ao mencionar que um erro que recai sobre elemento normativo do tipo também é erro excludente do dolo acresce que “o erro é uma falsa representação daquilo que é real, e a ele se equipara a ignorância que é o total desconhecimento a respeito da realidade”²³⁶.

Mirabete ao definir o erro de tipo acresce ainda que:

²³² GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 148.

²³³ Op. Cit., 2006, p. 60.

²³⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 149.

²³⁵ Op. Cit., 2006, p. 89.

²³⁶ **Manual de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

Nesse caso desaparece a finalidade típica, pois não há no agente a vontade de realizar o tipo objetivo. Como o dolo é querer a realização do tipo objetivo, quando o agente não sabe que está realizando um tipo objetivo, porque se enganou a respeito de um de seus elementos, não age dolosamente²³⁷.

Um exemplo de erro de tipo é quando X ao tentar incriminar Y, coloca cocaína na bolsa de desta, sem que esta perceba.

Na situação acima descrita, nota-se a ausência de consciência e da vontade direcionada à realização da conduta típica.

Fernando Capez reforça o conceito de Mirabete ao citar que “o erro de tipo deve-se ao fato de que o equívoco do agente incide sobre um dado da realidade que se encontra descrito em um tipo penal”²³⁸.

Diante dos conceitos proferidos, o agente usuário de drogas que incorre em erro de tipo, sua conduta é excludente da adequação entre a situação concreta e o fato descrito na lei.

O erro invencível e erro vencível na concepção de Capez são definidos, respectivamente:

Erro inevitável, escusável, do qual não se pode evitá-lo, nem mesmo com o emprego de cautela, assim, não se pode dizer que o agente procedeu de forma culposa. Isso leva à atipicidade do fato e à exclusão do crime. Enquanto que o segundo exclui o dolo, mas não a culpa, uma vez que o erro poderia ter sido evitado com um mínimo de cuidado e não havendo forma culposa no tipo, a consequência será inexoravelmente a exclusão do crime²³⁹.

Ao utilizar o conceito supracitado, verifica-se que o comportamento do agente consumidor de tóxico que se for caracterizado como erro invencível, fica excluído o dolo e a culpa. Mas caso seja erro vencível, o agente seria punido pela forma culposa, porém como essa modalidade não está prevista no artigo 28, é caso de atipicidade²⁴⁰.

²³⁷ Op. cit., 2000, p. 169.

²³⁸ **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 11.ed. São Paulo:Saraiva, 2007.

²³⁹ Op. Cit., 2007, p. 224-225.

²⁴⁰ CAPEZ, Fernando. Op. Cit., 2007, p. 224-225.

Nas situações em que o consumidor de tóxico tem conhecimento de que está em posse de drogas, mas acredita que ela não é proibida, sua conduta pode ser classificada como erro de proibição²⁴¹.

Mirabete, diante dessas circunstâncias explica que no erro de proibição:

O agente faz um juízo equivocado sobre aquilo que lhe é permitido fazer na vida em sociedade. Não é exigido de todas as pessoas que conheçam exatamente todos os dispositivos legais, mas o erro só é justificável quando o sujeito não tem condições de conhecer a ilicitude de seu comportamento, por não ter tido sequer a possibilidade de conhecer o injusto de sua ação. Nessa hipótese, o agente atua voluntariamente, e, portanto, dolosamente, porque seu erro não incide sobre elementos do tipo; mas não há culpabilidade, já que pratica o fato por erro quanto à ilicitude de sua conduta²⁴².

Além do dolo é exigida uma intenção especial do agente no sentido de que a posse da droga seja destinada a consumo pessoal. O que configura o dolo específico. Nesta circunstância, se o sujeito tem a posse de drogas para destiná-la a terceiros, ele cometerá a infração estipulada no artigo 33 da Lei nº 11343/06 e não incidirá o dispositivo 28 da referida lei²⁴³.

Nessa perspectiva, Mirabete esclarece que “o dolo específico é a vontade de realizar o fato com um fim libidinoso ou de obter vantagem indevida²⁴⁴”.

Destarte, é necessário que o agente possua fim especial e próprio do delito, de portar a droga com o escopo de destiná-la a uso pessoal.

4.1.5 Sujeitos da Conduta

Qualquer pessoa poderá ostentar a condição de sujeito ativo, uma vez que se trata de crime comum²⁴⁵.

No caso de menor de dezoito anos são aplicadas as medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não podem ser mais rígidas do que as sanções do

²⁴¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo:Atlas, 2000.

²⁴² Op. Cit., 2000, p. 200-201.

²⁴³ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. Cit., 2007, p. 149.

²⁴⁴ Op. cit., 2000, p. 144.

²⁴⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. Cit., 2007, p. 149.

artigo 28 da Lei nº 11343/06, isso ocorre por força do princípio da proporcionalidade, haja vista que nem mesmo o adulto pode ser tratado com rigor. Enquanto que o sujeito passivo é a coletividade²⁴⁶.

4.1.6 Objeto Jurídico do Artigo 28 e Objeto Material da Infração

Em relação ao objeto jurídico do artigo 28 da Lei nº 11343/06, são extraídas as normas primária e secundária²⁴⁷.

Consoante as lições de Hans Kelsen acerca da definição de norma jurídica e de suas duas espécies que são a norma coercitiva e a norma de autorização, aduz o referido autor que:

As normas jurídicas são normas de um sistema, que, para o caso de violação da norma, prevê, no final, uma sanção. As normas coercitivas também denominadas normas de conduta estão no ponto central de um sistema jurídico, prescrevendo aos homens determinada conduta – por exemplo, não matar. Conduzir do lado direito – e, no caso de uma conduta inapropriada, prevê uma pena. Estas normas coercitivas são compostas por uma parte ordenadora e outra sancionadora. A norma de autorização ou habilitação é a regra que não autoriza a criação de direitos, mas sim sua execução. Para dar origem a uma sentença ou a um ato administrativo exige que a pessoa que os emite tenha uma autorização jurídica. Por meio dela, converte-se em órgão da ordem jurídica ou pode ser obrigado á imposição do ato correspondente²⁴⁸.

Partindo desse ensinamento, a norma primária que é dirigida a todos, possui dois preceitos, o primário e o secundário. O preceito primário é traduzido pela seguinte expressão “é proibido adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo droga, ainda que seja para consumo pessoal”. Enquanto que o preceito secundário é verificado quando se faz menção às penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e á medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo²⁴⁹.

Todas as pessoas devem observar o preceito primário dessa norma primária, pois caso contrário aplicar-se-á a sanção respectiva à infração cometida, com a finalidade de evitar a repetição da conduta infringente²⁵⁰.

²⁴⁶ GOMES, Luiz Flávio *et.al.*, op. Cit., 2007, p. 149.

²⁴⁷ Idem, op. cit., 2007, p. 150.

²⁴⁸ **Teoria Pura do Direito: Introdução à Problemática Científica do Direito**; tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. rev. da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

²⁴⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 150.

²⁵⁰ Ibidem.

A norma secundária ou de sanção que é dirigida ao juiz também possui os preceitos primário e o secundário. O primário faz referência ao juiz, no sentido de mencionar que é sua obrigação é impor as penas cominadas a quem violar a norma primária, enquanto que o preceito secundário ou sanção consiste na imposição de sanções administrativas ou mesmo penais ao juiz omissor ou negligente, que não cumprir sua obrigação jurídica de aplicar a pena²⁵¹.

A norma primária ou de conduta possui como aspectos relevantes, o imperativo e o valorativo. O imperativo exige de todos uma determinada conduta como a de não possuir a droga para consumo pessoal, já o valorativo significa que a norma existe para a tutela de um valor ou interesse. Nesse diapasão reside o chamado objeto jurídico ou bem jurídico protegido pela lei²⁵².

No caso em tela, o bem jurídico tutelado imediato é a saúde pública. Os objetos jurídicos mediatos são a vida, a integridade física, a saúde física e psíquica das pessoas. A norma citada protege os bens jurídicos mediatos e imediatos²⁵³.

Quanto à classificação da infração, sua consumação e tentativa, Luiz Flávio Gomes *et al*, por entenderem que “ não se trata de crime, mas de infração *sui generis*”. Pelo fato de não ser a prisão a pena cominada, trata-se de uma infração de mera conduta em que basta o desvalor da conduta para sua configuração e consumação. Não é preciso comprovar perigo concreto²⁵⁴.

A consumação é realizada com a simples efetivação de qualquer uma das condutas descritas no tipo, não precisa comprovar perigo concreto. É preciso que fique comprovada a idoneidade lesiva da conduta, o que exige sua prova inequívoca assim como prova da idoneidade tóxica da droga²⁵⁵.

A tentativa pode ocorrer quando o usuário tenta adquirir a droga para uso pessoal. Mesmo existindo a possibilidade da tentativa, a Lei nº 11343/06 não estipulou nenhuma sanção para quem adota esse tipo de comportamento, uma vez que não exige nenhum perigo

²⁵¹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 150.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 150.

²⁵⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 151.

²⁵⁵ *Ibidem*.

concreto para o ser humano. Deve ser considerada apenas a consumação da conduta para que seja punido o agente que detém a droga para consumo próprio. Nesse caso, o agente consumidor de tóxico não será punido pela mera intenção ou cogitação de ter a posse de droga²⁵⁶.

Isso ocorre não apenas pelo fato de que se este ato sofresse uma sanção, haveria um exagero na antecipação da tutela legal, mas também em razão de que a lei vigente está mais relacionada com a questão da assistência, do tratamento que deverá ser fornecido ao usuário ou dependente de tóxicos. No que diz respeito ao objeto material da infração contida no artigo 28 da mencionada lei, pode-se afirmar que as drogas são esse objeto²⁵⁷.

Luiz Flávio Gomes *et al* explicam que o objeto material da infração contida no artigo 28 trata-se de uma infração *sui generis* em branco “porque não se trata de crime e nem de contravenção penal e deve ser classificada como infração em branco, uma vez que faz parte da denominada infração incompleta, posto que exige um complemento normativo”²⁵⁸.

Neste aspecto, é verificado que o complemento exigido é constituído pela descrição das drogas que é fornecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária que pertence ao Ministério da Saúde²⁵⁹.

Caso não aconteça a apreensão da substância, não há possibilidade de constatar a idoneidade tóxica, e, nesta circunstância por não se comprovar a materialidade do tóxico, o consumidor que o estava utilizando será absolvido. Quando essa mesma substância não está elencada nas listas da ANVISA, também a conduta do usuário não é considerada infração, é configurada a atipicidade, esta assertiva é plausível porque se trata de uma norma penal em branco²⁶⁰.

A droga que embora tenha sido apreendida, mas se for retirada da lista da ANVISA ocorrerá a *abolitio criminis*²⁶¹.

²⁵⁶ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 151.

²⁵⁷ Idem, op. cit., 2007, p. 152.

²⁵⁸ Idem. Op. cit., 2007, p. 152.

²⁵⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 152.

²⁶⁰ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 152. Idem, p. 152.

²⁶¹ Ib.

Nestes termos prossegue Julio Fabbrini Mirabete ao mencionar o que representa *abolitio criminis* cita que ocorre “quando a lei nova já não incrimina fato que anteriormente era considerado ilícito penal. Faz desaparecer o delito e seus reflexos penais²⁶²”.

Isso ocorreu quando houve a supressão do cloreto de etila do rol de substâncias entorpecentes, por apenas poucos dias, o que fez com que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a extinção da punibilidade prevista no artigo 107, do Código Penal para agentes que respondiam pelo crime de tráfico internacional de lança-perfume²⁶³.

4.1.7 Requisito Normativo do Tipo

A tipicidade tem relação com a conduta de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo a droga, sem autorização ou desacordo com determinação legal ou regulamentar. O juiz é quem irá analisar cada caso para saber se há ou não autorização. No tocante à presença da autorização, o que importa para aplicação da norma penal em questão é verificar se aquela autorização está em conformidade com os pressupostos e circunstâncias normativos de sua concessão²⁶⁴.

O agente que não exibir a autorização para aquisição ou manutenção da droga que esteja em seu poder, tal atitude não resultará problemas práticos, porque não poderá questionar a infração ao tipo penal. Em contrapartida, o agente que apresentar uma autorização obtida de forma fraudulenta ou por meio de corrupção de agentes públicos será incompatível com o suporte normativo que permitiria sua concessão porque não mais estará relacionado à verificação da não violação do tipo penal ante a ausência de uma elementar que foi superada pela apresentação de uma autorização indevida. A autorização de que trata o artigo 28, *caput* parece que coaduna com a disciplina da interpretação elementar do tipo à vista do caso concreto do que de integração de espaço em branco²⁶⁵.

A conduta praticada que é autorizada ou está em consonância com determinação legal ou regulamentar, não poderá ser desaprovada. Muitas pessoas estão autorizadas a trazer consigo, guardar, adquirir, transportar ou ter em depósito determinadas drogas como os

²⁶² MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., 2000, p. 55.

²⁶³ HC 68904/SP (DJ 3/4/1992 PP-04290 apud GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 82.

²⁶⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.152.

²⁶⁵ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p.11.

dentistas, médicos. Ao analisar esta circunstância, havendo uma norma que permita realizar o comportamento, é possível verificar que a permissão dada por uma norma, não pode ser proibida por outra. A base do juízo de desaprovação de determinado comportamento está relacionado ao fato de que só responderá por uma infração quem cria riscos proibidos relevantes, caso contrário, trata-se de uma conduta atípica²⁶⁶.

Só pode ser considerado típico, o comportamento que esteja em desacordo com determinação da lei ou regulamento, deve-se analisar sob a ótica de que uma norma que permite uma determinada conduta, não pode ser desaprovada por outra.

4.2 PENAS COMINADAS

As penas cominadas no preceito secundário da norma primária que devem ser direcionadas a todos são a advertência sobre o efeito das drogas, a prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo²⁶⁷.

4.2.1 A Advertência sobre o Efeito das Drogas

A advertência consiste em explicar ao consumidor de tóxico os efeitos provocados pelo uso de drogas. O magistrado lhe dirá os malefícios ocasionados pelo uso de tóxicos, em contrapartida não é dada nenhuma garantia por parte do reeducando de que não mais voltará a usar o tóxico, pois ele apenas ouvirá a advertência. Essa pena tem finalidade muito mais preventiva do que repressiva, uma vez que será dado ao sentenciado um aviso sobre todas as consequências que o uso de drogas pode causar²⁶⁸.

Isaac Sabbá Guimarães deixa transparecer certa preocupação acerca da efetivação da advertência diante do ordenamento jurídico ao ensinar que “parece de bom tom que o ato seja devidamente registrado por escrito, colhendo-se, ao menos, a resposta do reeducando sobre o entendimento da mensagem proferida pelo juiz”²⁶⁹.

Neste mesmo sentido, Marcello Granado *et al* expõem suas opiniões:

²⁶⁶ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.153.

²⁶⁷ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.154.

²⁶⁸ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 13.

²⁶⁹ Op. cit., 2007, p. 46.

O legislador não disciplinou como a advertência deverá ser aplicada. Não deveria ser executada pelo próprio juiz da sentença, pois a efetividade da medida depende muito do conhecimento especializado e profissional sobre o assunto, pois só assim será possível transmitir ao usuário todo o alcance nefasto de sua conduta. Outro fator complicador e questionável consiste no fato de saber qual profissional poderá efetuar essa advertência²⁷⁰.

A advertência também foi acolhida pela Lei 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A aplicação dessa medida exige que o sujeito compareça num determinado local e horário para ouvir a advertência²⁷¹.

Como a Lei 11343/06 silencia sobre o modo de execução dessa pena, ela segundo Marcello Granado *et al* lecionam acerca do modo de aplicação:

O assunto deve focalizar aquilo que a ação trouxe de nefasto, ou mostrando ao sujeito que as próximas infrações da lei poderão resultar novas e diferentes sanções, além de demonstrar o aspecto negativo de sua prática passada, juntamente com as conseqüências que poderão advir se vier a ter a mesma atitude²⁷².

Assim, a advertência deve consistir em demonstrar ao usuário de drogas que o seu comportamento prejudicou não apenas o seu corpo e a sua mente, mas também desestruturou a família, suas relações sociais.

4.2.2 Prestação de Serviços à Comunidade

Quanto à sua execução, não gera uma problemática, haja vista que sua sistemática não é novidade no direito penal. Preferencialmente deve ser realizada em programas comunitários ou entidades cuja atividade esteja relacionada com a prevenção do consumo ou com a recuperação de usuários e dependentes de drogas²⁷³.

A medida de prestação de serviços à comunidade é definida pelo parágrafo 5º do artigo 28 da Lei nº 11343/06 que trata do seu cumprimento:

Será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas²⁷⁴.

²⁷⁰ Op. cit., 2006, p. 12.

²⁷¹ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 13.

²⁷² GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p. 13..

²⁷³ Idem, op. cit., 2006, p.14.

²⁷⁴ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p. 46.

Isaac Sabbá Guimarães alega que a definição dessa medida trazida pelo artigo 28 da lei em comento, “é fragmentária, pois não estipula as condições em que deverá ser executada a medida, e para suprir as deficiências da redação do texto legal poderá recorrer às regras gerais do código penal nos casos em que a lei especial não dispuser de modo diverso”²⁷⁵.

O Código Penal abriga entre as penas restritivas de direito, a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é análoga com os propósitos referidos no dispositivo comentado²⁷⁶.

Partindo dessa premissa, Isaac Sabbá Guimarães menciona que pelo fato de recorrer ao código penal para execução da prestação de serviços à comunidade deve ser verificado o seguinte entendimento:

Em primeiro lugar, a prestação de serviços à comunidade não poderá ser remunerada; em segundo lugar, devem ser observadas que as atividades atribuídas ao reeducando devem ter correspondência com as suas aptidões. Pelo fato de o legislador não ter estabelecido o prazo mínimo para aplicação das medidas, referindo-se apenas ao prazo máximo de cinco meses; em terceiro lugar, como não há qualquer parâmetro na lei para fixação da carga horária, o que dá margem ao magistrado para que ele estipule da forma como lhe aprouver a duração da pena alternativa ao dependente ou ao usuário de tóxico, é oportuno fazer referência à aplicação da pena de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho, devendo cada hora de trabalho corresponder a um dia da medida; em quarto lugar por serem escolhidos os locais para cumprimento da medida de forma preferencial dentre aqueles relacionados com atividades de prevenção ou de recuperação de usuários ou dependentes, isso sugere que não existindo locais descritos no artigo 28, parágrafo quinto, da referida lei, a pena poderá ser executada em qualquer outro local, o que desvirtuará o sentido da reeducação. Pode ser fixada isolada ou cumulativamente com as demais medidas educativas²⁷⁷.

Dessa forma, é necessária a existência de local apropriado, bem como a existência de regras que tornem eficazes a aplicação das penas alternativas, caso contrário não será promovida a finalidade para a qual foi instituída, que consiste na reeducação do usuário de drogas.

4.2.3 Medida Educativa de Comparecimento a Programa ou a Curso Educativo

Compete ao juiz fixar com precisão o programa ou curso educativo ao qual o agente deve comparecer. Deve ser determinada a frequência, o horário e o local com que o

²⁷⁵ Op. cit., 2007, p. 47.

²⁷⁶ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.46.

²⁷⁷ Op. cit., 2007, p. 47.

consumidor de tóxicos terá que comparecer. Caso o juiz não esclareça nada disso na sua sentença, o juiz das execuções determinará²⁷⁸.

Isaac Sabbá Guimarães ao questionar essa medida, aduz que:

Ela não está definida pela lei, nem guarda correspondência com qualquer das penas restritivas de direito. Essa deve ser regulamentada por ato legislativo ou instituída segundo a política jurídica traçada pelo judiciário ou pelos estados, até mesmo por meio de convênios celebrados com a União²⁷⁹.

Diante de entendimentos divergentes, é oportuno ressaltar que essas medidas deverão ser aplicadas para reeducar o usuário ou dependente químico, resultando em benefícios à sociedade.

4.2.4 Fase Executiva das Medidas Alternativas

A decisão que fixa as medidas alternativas do artigo 28 da Lei nº 11343/06 depois de transitada em julgado, ela será executada. A advertência pode ocorrer no próprio juizado criminal enquanto que as demais medidas alternativas como a prestação de serviço à comunidade e comparecimento a programa ou curso educativo devem ser executadas pelo juízo das execuções competente. Os Juizados Criminais coadunam com a mesma decisão do Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal no sentido de entenderem que existindo descumprimento das penas ou medidas consensuadas é autorizado o oferecimento de denúncia contra o agente que não cumpriu a pena alternativa acordada, mas diante de tal posicionamento, não há lei específica sobre a questão ressaltada²⁸⁰.

Para garantir o cumprimento das medidas fixadas, o juiz aplicará a admoestação ao agente usuário de tóxicos e se restar infrutífera será imposta a pena de multa²⁸¹.

Este fato, por restar apenas a pena de multa em caso de inadimplemento por parte do agente de todas as medidas anteriormente aplicadas, deixa transparecer certa omissão legislativa, uma vez que tal posição transmitirá à sociedade insegurança jurídica.

²⁷⁸ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.154.

²⁷⁹ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.47.

²⁸⁰ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 166.

²⁸¹ Idem, op. cit., 2007, p. 166.

Para Isaac Sabbá Guimarães “o projeto de Lei 7134/02 tinha uma redação imprecisa e possibilitava o descumprimento das medidas, sua efetividade era um dos pontos de maior vulnerabilidade por causa da má técnica legislativa utilizada²⁸²”.

O texto do projeto de Lei 7134/02 quando fazia referência à medida de caráter educativo era aplicada autonomamente, sem a possibilidade de substituição²⁸³.

Dispunha o parágrafo quinto do Projeto de Lei 7134/02 que o não cumprimento injustificado das medidas como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade, comparecimento à programa ou à curso educativo, o reeducando fica sujeito à admoestação verbal e à multa²⁸⁴.

Assim, o juiz executaria uma repreensão, uma advertência, inclusive sobre as conseqüências estipuladas em lei pela reiteração do ato e isso ocorreria num primeiro momento em que se verificasse a falta de cumprimento. A continuidade do ato implicaria ao reeducando a imposição de multa consoante o disposto no artigo 23 do referido projeto²⁸⁵.

Se o inadimplemento da multa acontecesse por ausência de recursos financeiros por parte do agente consumidor de drogas, a medida educativa não seria efetivada e não haveria conversão em pena privativa de liberdade, uma vez que não há previsão legal para o efeito²⁸⁶.

Em se tratando de inadimplemento injustificado de medida educativa de tratamento, o juiz poderia determinar a internação do reeducando²⁸⁷.

O autor supracitado ao deduzir que a Lei 11343/06 não obteve melhoras em sua redação, expõe o seguinte pensamento:

²⁸² Op. cit., 2007, p. 48.

²⁸³ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.48.

²⁸⁴ Id. Op. cit., 2007, p.48.

²⁸⁵ Idem, ibidem.

²⁸⁶ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.48.

²⁸⁷ Idem, op. cit., 2007, p.48.

Com efeito, o parágrafo sexto do artigo 28 mantém a aplicação sucessiva da admoestação verbal e multa em caso de injustificado descumprimento de qualquer das penas previstas no *caput*. Essas medidas têm reduzidíssimo caráter persuasivo, caindo na esfera de ineficácia da norma penal. É óbvio que a admoestação verbal, só por si, não surtirá efeitos, enquanto a multa cairá no risco da inexecutabilidade²⁸⁸. (grifo meu).

O fato de ser apenas aplicada uma advertência, sem ao menos existir uma contrapartida do usuário de drogas, não surtirá o efeito educativo que se espera com a execução das penas alternativas, a mesma observação é analisada em relação à aplicação da multa.

4.2.4.1 Medidas Alternativas Temporalmente Mensuráveis

A prestação de serviços à comunidade e comparecimento a programa ou a curso educativo são medidas em que é fixado o prazo máximo para o seu cumprimento que é de cinco meses. Entretanto, esse prazo só poderá ser prolongado se o agente usuário de drogas reincidir²⁸⁹.

4.2.4.2 Reincidência

Segundo Fernando Capez a “reincidência é a situação de quem pratica um fato criminoso após ter sido condenado por crime anterior em sentença transitada em julgado²⁹⁰”.

Embora haja menção acerca da conceituação técnica sugerida pelo doutrinador de direito penal, a palavra reincidência utilizada pelo parágrafo quarto do artigo 28 da Lei nº 11343/06 não tem correspondência com o sentido estabelecido pelo Código Penal porque representa incidir novamente na infração preconizada no dispositivo em estudo²⁹¹.

Capez leciona que incorrerá em reincidência específica “o agente reincidente em crime previsto no mesmo tipo incriminador²⁹²”.

²⁸⁸ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.49.

²⁸⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.163.

²⁹⁰ CAPEZ, Fernando. Op. cit., 2007, p. 462.

²⁹¹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.163.

²⁹² Op. cit., 2007, p.467.

A reincidência referida no parágrafo quarto só poderá da conduta disciplinada no artigo 28, *caput*, da lei hodierna, dispõe que “em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do caput deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses”²⁹³.

E, diante da situação mencionada, as penas previstas nos incisos que tratam da prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou a curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses caso o usuário de drogas ou dependente pratique uma conduta contemplada no dispositivo em comento e numa situação posterior seja surpreendido praticando o mesmo comportamento da situação anterior²⁹⁴.

Em nenhum momento poderá ocorrer uma extrapolação por parte da autoridade judiciária no sentido de estabelecer prazo máximo de dez meses ao usuário reincidente e nem tampouco lhe é autorizado por lei a aplicação de pena de prisão²⁹⁵.

4.2.5 Situação de Descumprimento das Penas ou Medidas Consensuadas

Pelo motivo de a norma ser impositiva, compete ao juiz cumprir o que a lei determina. Quando o usuário de drogas não cumpre a pena que lhe foi imposta, o magistrado submeterá este agente à admoestação verbal, que corresponde a uma advertência. Se esta não for cumprida, a ele será imposta a pena de multa²⁹⁶.

Marcello Granado *et al* mencionam que “a admoestação verbal e a multa não substituem as medidas educativas já aplicadas e descumpridas, mas, tão-somente, visam compelir o agente a cumprir as sanções criminais anteriormente impostas”. A aplicação da multa deve ser considerada a última medida cabível²⁹⁷.

Luiz Flávio Gomes *et al* afirmam que o juiz deve levar em consideração para a fixação do *quantum* a ser pago pelo agente usuário de droga, os seguintes posicionamentos “o grau

²⁹³ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.163.

²⁹⁴ Idem, p. 164.

²⁹⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 165.

²⁹⁶ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.167.

²⁹⁷ Ibidem.

desse descumprimento (rebeldia, menosprezo) e quanto maior for o afastamento do agente do seu compromisso com a justiça, maior deve ser o número de dias-multa²⁹⁸.”.

4.3 RETROATIVIDADE DA NOVA LEI

A sucessão de leis penais é regida pelos princípios de irretroatividade da lei penal nova mais severa e pela retroatividade da lei penal nova mais benéfica²⁹⁹.

O artigo 5º, XL, da Constituição Federal contempla que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu³⁰⁰”.

Pelo fato de a Lei 11343/06 disciplinar penas alternativas, em oposição à redação trazida pela Lei 6368/76, que previa em seu artigo 16, a pena privativa de liberdade aplicada a quem praticasse as seguintes condutas:

Art.16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa³⁰¹.

Assim, só ocorrerá retroatividade da lei se ela for mais benéfica ao usuário.

4.4 DROGAS E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU DA BAGATELA: ATIPICIDADE MATERIAL DO FATO

Fernando Capez ao tratar do princípio da insignificância explica que:

A tipicidade penal exige um mínimo de lesividade ao bem jurídico protegido, pois é inconcebível que o legislador tenha imaginado inserir em um tipo penal condutas totalmente inofensivas ou incapazes de lesar o interesse protegido. Se a finalidade do tipo penal é tutelar um bem jurídico, sempre que a lesão for insignificante, a ponto de se tornar incapaz de lesar o interesse protegido, não haverá adequação típica³⁰².

²⁹⁸ Op. Cit., 2007, p. 170.

²⁹⁹ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 155.

³⁰⁰ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 155.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² Op. cit., 2007, p. 11-12.

O Superior Tribunal de Justiça por intermédio de sua quinta turma tem reconhecido a tese da exclusão da tipicidade nos chamados delitos de bagatela, aos quais se aplica o princípio da insignificância, dado que à lei não cabe preocupar-se com infrações de pouca monta, insuscetíveis de causar o mais ínfimo dano à coletividade³⁰³.

Existem duas modalidades de infração de bagatela própria em que a primeira reside na insignificância da conduta quando desaparece o juízo de desaprovação da conduta enquanto que a segunda modalidade consiste no resultado, uma vez que não se pode falar em resultado jurídico desvalioso³⁰⁴.

Luiz Flávio Gomes *et al* acreditam que “se a droga concretamente apreendida não reunir capacidade ofensiva nenhuma, em razão de sua quantidade absolutamente ínfima, não há que se falar em infração³⁰⁵”.

Em matéria de drogas, existem divergências quanto às decisões do Superior Tribunal de Justiça que reconhecem o princípio da insignificância:

Entorpecente. Quantidade ínfima. Atipicidade. O crime, além da conduta, reclama um resultado no sentido de causar dano ou perigo ao bem jurídico. A quantidade ínfima informada na denúncia não projeta o perigo reclamado³⁰⁶.

A pena deve ser necessária e suficiente para aprovação e prevenção do delito. Quando a conduta não seja reprovável, sempre e quando a pena não seja necessária, o juiz pode deixar de aplicar a pena. O Direito penal moderno não é um puro raciocínio de lógica formal. É necessário considerar o sentido humanístico da norma jurídica. Toda lei tem um sentido teleológico. A pena conta com utilidade³⁰⁷.

³⁰³ REsp 234.271, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU, 8-5-2000, p. 115; REsp 235.015, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU, 8-5-2000, p. 116, apud CAPEZ, Fernando, op. cit., 2007, p. 11.

³⁰⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.156.

³⁰⁵ Op. cit., 2007, p. 156.

³⁰⁶ Cf. decisão de 18.12.1997, relator Luiz Vicente Cernicchiaro, DJU 06.04.1998, p. 157 apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 157.

³⁰⁷ STJ, HC 21672 – RJ, Rel. Min. Fontes de Alencar apud apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 158.

Trancamento de ação penal. Crime. Porte de entorpecente. Maconha. Pequena quantidade. Inexistência de dano, perigo, saúde pública. Aplicação do princípio da insignificância (voto vencido) (Min. Paulo Gallotti). Descabimento. Trancamento de ação penal. Crime. Porte de entorpecente. Maconha. Uso próprio. Hipótese de consumo em praça pública. Irrelevância. Pequena quantidade. Caracterização. Tipo penal. Perigo abstrato. Violação. Saúde pública³⁰⁸. Penal. Entorpecentes. Princípio da insignificância. Sendo ínfima a pequena quantidade de droga encontrada em poder do réu, o fato não tem repercussão na seara penal, à míngua de efetiva lesão do bem jurídico tutelado, enquadrando-se a hipótese no princípio da insignificância. *Habeas corpus* concedido³⁰⁹.

Denota-se que o Superior Tribunal de Justiça adotou o entendimento no sentido de que uma pequena quantidade de droga é insuficiente para ocasionar uma lesão significativa ao bem jurídico tutelado.

O autor Isaac Sabbá Guimarães disciplina a respeito do princípio da bagatela nos seguintes termos:

Muito embora, o corpo jurídico-penal brasileiro não acolha expressamente o princípio da insignificância, não oferecendo, pois, critérios seguros para o juiz deixar de impor a pena nos casos em que inexista necessidade de intervenção do direito penal, entende-se que a medida aplicada ao fenômeno criminal concreto de pequena repercussão ofensiva a bem jurídico-penal, atenderá a um sentido de razoabilidade. Ponderando-se em casos concretos, os custos e benefícios da reta aplicação da lei, poder-se-á constatar uma equação que não atende aos princípios do direito penal, por isso é preferível deixar de aplicar a pena³¹⁰. Entorpecente. Quantidade ínfima. Conduta penalmente irrelevante. O crime, além da conduta, reclama resultado, ou seja, repercussão do bem juridicamente tutelado que, por sua vez, sofre dano ou perigo. Sem esse evento, o comportamento é penalmente irrelevante. No caso de entorpecentes, a conduta é criminalizada porque repercute na saúde (usuário), ou interesse público (tráfico). Em sendo ínfima a quantidade encontrada (maconha) é por si só, insuficiente para afetar o objeto jurídico³¹¹.

Sabbá Guimarães aduz que “o atual regime legal antitóxico ao visualizar a ponderação sobre custos e benefícios da aplicação da norma penal não será apenas uma sanção nos moldes clássicos do direito penal, uma vez que se introduziu a advertência e a medida educativa”³¹².

³⁰⁸ STJ, HC 21672 – RJ, Rel. Min. Fontes de Alencar apud apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 158.

³⁰⁹ STJ, HC 21672 – RJ, Rel. Min. Fontes de Alencar apud apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 158.

³¹⁰ STJ, HC 21672 – RJ, Rel. Min. Fontes de Alencar apud apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 158.

³¹¹ STJ, HC 21672 – RJ, Rel. Min. Fontes de Alencar apud apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 158.

³¹² Op. cit., 2007, p. 38.

Vicente Greco Filho dispõe que “não deve ser levado em consideração o princípio da insignificância na lei de tóxicos, pois são crimes de perigo abstrato”³¹³.

Quanto ao crime em questão, com a aplicação do princípio da insignificância praticamente estaria sendo neutralizada a eficácia incriminadora, consoante já entendeu o Superior Tribunal de Justiça³¹⁴.

O crime de perigo é aquele que, embora não haja uma efetiva lesão de bem jurídico, há diante das circunstâncias nas quais a ação foi praticada, uma probabilidade real da ocorrência do dano³¹⁵.

Há a predominância da teoria da realidade do perigo. O perigo tem realidade e existência concreta, não é uma mera imaginação. O perigo tem que ser configurado de maneira objetiva independentemente do sentimento da vítima, do autor ou de qualquer outra pessoa³¹⁶.

Existe a classificação de crimes de perigo abstrato ou concreto. Nos primeiros, o perigo é apenas presumido pelo legislador, sempre que realizada a ação incriminada. Nos últimos, o perigo é elemento do tipo penal, não basta a mera realização da conduta de agir ou omitir, posto que o legislador admite que a conduta pode ser realizada sem que tenha sido produzido risco ao bem jurídico³¹⁷.

Damásio Evangelista de Jesus ao fazer alusão aos crimes de perigo abstrato aduz que “a adoção desses crimes não se mostra adequada ao moderno direito penal, que se fundamenta na culpabilidade”³¹⁸.

Para o referido autor a saúde pública é um bem jurídico difuso, é atingida, lesionada e não meramente exposta a risco quando alguém realiza uma das condutas típicas previstas nas normas mencionadas³¹⁹.

³¹³ GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos – Repressão**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

³¹⁴ RHC8198/BA – DJ 20.3.2006 apud GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 59.

³¹⁵ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 57.

³¹⁶ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p. 57.

³¹⁷ Ibidem

³¹⁸ JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal – Parte Geral**. V. 1. 23. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

³¹⁹ Ibidem.

É predominante a tese de que os crimes elencados na Lei Antidrogas são de perigo abstrato³²⁰.

Tal assertiva é salutar, posto que o delito é consumado com o simples perigo criado para o bem jurídico, em que a probabilidade de dano é presumido pelo legislador quando acontece uma ação incriminada, não mencionada no tipo.

4.5 SEMEAR, CULTIVAR OU COLHER PLANTAS TÓXICAS

O parágrafo primeiro do artigo 28 traz a criminalização e a punição com as mesmas penas daqueles que semeiam, cultivam ou colhem plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica para o próprio consumo³²¹.

Estes tipos penais não se assemelhavam ao que dispunha a Lei 6368/76. A semeadura, o cultivo e a colheita eram previstos como núcleo do tipo penal estabelecidos no inciso II do parágrafo primeiro do artigo 12, o que implicava entender que não havia diferença entre a condição de usuário ou de traficante³²².

Tal posicionamento trazido pela Lei 6368/76 dificultava o trabalho da jurisprudência, uma vez que esta tinha que solucionar situações concretas com maior equidade, de sorte a impedir que o usuário, dependente ou não, respondesse por tráfico, simplesmente pelo fato de cultivar no quintal de sua residência planta que permitisse a preparação de pequena quantidade de droga³²³.

Três opiniões eram sustentadas: a primeira consistia no fato de que não importava se a intenção do agente fosse para uso ou consumo de terceiros; o fato estava descrito nesse dispositivo legal, mas quando o agente plantava, semeava ou colhia para uso próprio a pena aplicada era a do artigo 16 da referida lei; o fato era considerado atípico³²⁴.

³²⁰ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p.58.

³²¹ Idem, op. cit., 2006, p.14.

³²² GRANADO, Marcello *et al.* op. cit., 2006, p.14.

³²³ Idem, op. cit., 2006, p.14.

³²⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.160.

O artigo 28 da lei 11343/06 prevê expressamente em seu parágrafo primeiro a conduta de semear, cultivar ou colher plantas tóxicas para consumo pessoal.

Luiz Flávio Gomes *et al* afirmam que “uma coisa é semear, cultivar ou colher plantas tóxicas para consumo pessoal, outra para o tráfico”³²⁵.

O mencionado autor cita que “fatos distintos merecem tratamentos diferenciados, uma vez que não se pode equiparar uma plantação de vários alqueires de maconha com o cultivo ou colheita de um pé de maconha”³²⁶.

Os núcleos desse tipo são os verbos semear, cultivar, colher. O primeiro significa lançar sementes em solo fértil para germinar; enquanto o segundo é trabalhar a terra na cultura de produto agrícola; já o terceiro é apanhar o fruto do cultivo. A simples posse de sementes de plantas da natureza tratada no presente texto legal nunca ocasionou por si só, a punição por qualquer destes núcleos típicos, uma vez que eles são bastante específicos, o fato de ter a posse das sementes não é o mesmo que semeá-las³²⁷.

Durante a vigência da Lei nº 6368/76, a posse de sementes de plantas destinadas à preparação de entorpecentes somente era punida quando se comprovava que as sementes possuíam o princípio ativo de alguma substância entorpecente³²⁸.

Portanto, o novo diploma legal estabeleceu a disparidade entre as condições de usuários e traficantes, impondo-lhes sanções diferenciadas.

4.6 CRITÉRIOS PARA DESCOBRIR SE A DROGA É DESTINADA A CONSUMO PESSOAL

O parágrafo segundo do artigo 28 da lei 11343/06 adotou um direcionamento quanto aos critérios mínimos para deduzir o real destino da droga³²⁹.

³²⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.160.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p.14.

³²⁸ Idem, op. cit., 2006, p. 15.

³²⁹ GRANADO, Marcello *et al.*., op. cit., 2006, p.15.

Para determinar se a droga é destinada ao consumo próprio, o juiz levará em conta a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente³³⁰.

A natureza da droga poderá demonstrar que quantidades maiores para drogas com menos potencial tóxico, podem ser utilizadas para uso pessoal. O local e condições em que se desenvolveu a ação podem apresentar elementos que permitam verificar que o sujeito não estava apenas com a posse da droga para seu consumo, mas no momento em que foi apreendida a substância tóxica restava uma única porção ainda não vendida, ele estava em meio a uma atividade de venda quando foi surpreendido por policiais³³¹.

Por isso, é importante notar se a droga tem alta potência tóxica como a cocaína ou heroína ou se tem menor potencial tóxico como a maconha; a quantidade dessa droga, bem como o consumo diário possível; o local da apreensão, verificar se é zona típica de tráfico ou não; a profissão do sujeito, seus antecedentes³³².

A quantidade da droga não é um fator que constitua critério determinante para determinar se aquela droga foi utilizada para consumo pessoal ou tráfico, haja vista que existem situações inequívocas como em situações, na qual, uma tonelada de cocaína ou maconha revela traficância. Porém, há casos em que a simples quantidade não permite a elucidação do fato. Assim, é perceptível a necessidade de se valorar não apenas um critério, mas sim todos os fixados na lei³³³.

O mesmo ocorre quanto à configuração do crime de semear, cultivar ou colher plantas tóxicas em que devem ser observados vários critérios como o fato de a droga ser utilizada para consumo pessoal e das plantas serem destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica. A pequena quantidade é requisito normativo do tipo porque exige juízo de valor do juiz e este deve levar em conta

³³⁰ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.162.

³³¹ GRANADO, Marcello *et al.*, op. cit., 2006, p.15.

³³² GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.162.

³³³ Idem, op. cit., 2007, p.162.

inúmeros fatores como a quantidade de droga que a planta pode gerar, a quantidade de plantas, dentre outros aspectos³³⁴.

Por isso, para descobrir o destino da droga é imprescindível que sejam analisadas todas as circunstâncias, haja vista que a adoção de apenas um critério poderá resultar uma interpretação errônea acerca do caso concreto.

4.7 INIMPUTABILIDADE POR DEPENDÊNCIA

Dispõe o artigo 45 da lei em estudo que:

Art. 45. É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único. Quando absolver o agente, reconhecendo, por força pericial, que este apresentava, à época do fato previsto neste artigo, as condições referidas no caput deste artigo, poderá determinar o juiz, na sentença, o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

Pelo que se observa, o referido dispositivo determina os casos em que se verifica a inimputabilidade.

A inimputabilidade segundo preconiza Isaac Sabbá Guimarães:

É a completa incapacidade do agente de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, motivada pela dependência ou porque agiu sob o efeito da droga, proveniente de caso fortuito ou força maior³³⁵.

Diante do exposto, nota-se que a inimputabilidade é representada pela falta de condições que tornam uma pessoa capaz de compreender e querer a ação que pratica, bem como de determinar-se consoante este entendimento.

4.7.1 Consequências

Em razão de ser comprovado mediante perícia, a inimputabilidade do agente, o juiz deverá absolvê-lo e determinar na sentença que ele seja encaminhado para receber o

³³⁴ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 60.

³³⁵ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.159.

tratamento médico adequado. O que não precisa ser necessariamente, a internação, uma vez que esta medida será aplicada somente em casos excepcionais³³⁶.

Em se tratando de dependente de tóxicos, considerado absolutamente incapaz pelo laudo pericial, apesar de não comprovada a necessidade de sua internação, este tem que ser absolvido da imputação de tráfico e de posse de entorpecente. Nesta situação, é imposta a medida de segurança que consiste em liberdade vigiada, com tratamento obrigatório ambulatorial³³⁷.

4.7.2 Estado de Entorpecimento Voluntário

Julio Fabbrini Mirabete define *actio libera in causa* “ como uma ação livre quando da conduta, em que o agente se intoxica com a intenção de causar o delito”³³⁸.

Um exemplo é o agente que consumiu heroína de forma proposital, a fim de “ganhar coragem” para praticar estupro.

Mesmo que o agente não tenha manifestado, no sentido de querer praticar o crime, mas cometeu este delito em razão do estado de entorpecimento voluntário ou culposos, sua responsabilidade não será excluída. É adotada a teoria da responsabilidade objetiva³³⁹.

Nestes termos, o agente deve ser imputável no momento da execução do delito.

4.7.3 Estado de Entorpecimento Acidental

O agente que adquirir os efeitos próprios da substância ou produto por caso fortuito – quando o agente consome a droga por desconhecer o seu efeito entorpecente, ou quando caracterizar força maior – em que o agente não tinha condições de controlar a situação, pois foi forçado a consumir a droga e ao tempo da ação; não tinha plena capacidade de entender

³³⁶ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.235.

³³⁷ Idem, op. cit., 2007, p.235.

³³⁸ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., 2000, p. 215.

³³⁹ Idem, p. 216.

seu caráter ilícito ou de determinar-se conforme esse entendimento ocorre a exclusão da imputabilidade³⁴⁰.

Logo, nas situações em que for provado que a ingestão da substância tóxica ocorreu acidentalmente, caracterizará a inimputabilidade.

4.7.4 Capacidade de Entendimento ou Volitiva Diminuída

Mirabete ao definir a culpabilidade diminuída cita que:

O agente é imputável e responsável por ter alguma consciência da ilicitude da conduta, mas é reduzida a sanção por ter agido com volitiva diminuída em consequência de suas condições pessoais. O agente é imputável, mas para alcançar o grau de conhecimento e de autodeterminação é necessário a ele maior esforço³⁴¹.

Caso o agente que tenha esta capacidade diminuída pratique uma conduta criminosa, deve ser considerada a sua capacidade de resistência diante dos impulsos passionais, uma vez que nele, eles são menores que em um sujeito normal, e este efeito origina a diminuição da reprovabilidade e, portanto, do grau de culpabilidade³⁴².

Estas circunstâncias devem ser consideradas no contexto das situações do dispositivo acima mencionado.

4.8 DESCRIMINALIZAÇÃO OU DESPENALIZAÇÃO DA CONDUTA DE PORTE OU POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL

O questionamento acerca da Lei 11343/06 gera inúmeras indagações sobre o fato de esta considerar ou não o porte ou posse de tóxicos para uso pessoal como uma conduta delituosa.

Os estudiosos deste assunto pretendem elucidar essas dúvidas em conformidade com as posições por eles observadas.

³⁴⁰ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.160.

³⁴¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. Op. cit., 2000, p. 213-214.

³⁴² Ibidem.

O posicionamento de Luiz Flávio Gomes é de que houve descriminalização “formal”, que resulta quando o fato deixa de ser crime, mas continua dentro do direito penal³⁴³.

A descriminalização significa retirar de algumas condutas o caráter de criminosas. O fato descrito na lei penal deixa de ser crime. Há três espécies de descriminalização, uma que retira o caráter criminoso do fato, mas não o retira do campo do direito penal – transforma o crime numa infração *sui generis*, chamada de descriminalização formal; a segunda é a que elimina o caráter criminoso do fato e o transforma num ilícito civil ou administrativo – descriminalização penal; a terceira é o que afasta o caráter criminoso do fato e o legaliza totalmente – é denominada descriminalização substancial³⁴⁴.

Para o autor supracitado “a conduta descrita no artigo 28 continua sendo ilícita – uma infração *sui generis*”. Isso representa que não se trata de crime e nem contravenção penal porque somente foram cominadas penas alternativas, sendo descartada a possibilidade de pena de prisão. Não se pode afirmar que se trata de um ilícito administrativo, porque as sanções cominadas devem ser aplicadas não por uma autoridade administrativa, mas por um juiz. A posse de droga para consumo pessoal deixou de ser crime no sentido técnico³⁴⁵.

O fato não perdeu o caráter de ilícito, uma vez que não houve a legalização do consumo de drogas, pois, para que haja a legalização, o fato deve ser descriminalizado substancialmente e deixa de ser ilícito, uma vez que não admite a imposição de qualquer tipo de sanção³⁴⁶.

Não houve a despenalização, pois esta significa suavizar a resposta penal, evitando ou mitigando o uso da pena de prisão, mas manter intacto o caráter ilícito do fato – o fato continua a ser uma infração penal ou infração de outra natureza. O caminho decorrente da despenalização consiste na adoção de penas alternativas para a infração³⁴⁷.

³⁴³ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.119.

³⁴⁴ Idem, op. cit., 2007, p.120.

³⁴⁵ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 122.

³⁴⁶ Idem, p.123.

³⁴⁷ Idem, p. 121.

O autor mencionado cita que: “a Lei 11343/06, em seu artigo 28, aboliu legalmente o caráter criminoso da posse de drogas para consumo pessoal, embora continue a ser um ilícito *sui generis* – um ato contrário ao direito”³⁴⁸.

Em contraposição ao argumento do referido autor, Alice Bianchini acredita que houve a descriminalização substancial, pois “o art. 28 não pertence ao direito penal, é uma infração do direito judicial sancionador, seja quando a sanção é alternativa, seja quando imposta em sentença final”³⁴⁹.

Para reforçar o seu pensamento, Bianchini acresce os seguintes argumentos:

Não obstante o artigo 28 da Lei nº 11343 encontrar-se inserido no capítulo denominado “dos crimes e das penas”, em alguns dos dispositivos legais, quando há referência às consequências a serem impostas ao usuário, a mesma lei menciona a expressão medidas ou medidas educativas; duas das consequências previstas no artigo 28 – advertência e encaminhamento a programas educativos – não possuem nenhuma carga afliitiva, porque têm natureza puramente educativa, enquanto a segunda possui caráter repressivo e educativo; existindo descumprimento das denominadas medidas educativas, as únicas medidas cabíveis nessa situação são admoestação verbal ou a multa – isso evidencia de forma patente, que todas as medidas impostas ao usuário de drogas refogem da estrutura e da sistematização do direito penal³⁵⁰.

A posição da Primeira Turma do STF é que não se pode falar que deixou de ser crime a conduta de porte ou posse de drogas para consumo pessoal, apenas o consumidor de tóxico será punido com penas alternativas, houve mera despenalização³⁵¹. (grifo meu).

Pelo fato de o relatório 430.105-9-RJ - em que o Ministério Público manifesta uma postura contrária ao acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que julgou ser o Juizado Especial o competente para o processo e julgamento de crime de uso de drogas, previsto à época dos fatos no art. 16 da Lei 6368/76 - ser muito extenso, o inteiro teor deste constará nos anexos, por enquanto serão mencionados apenas trechos do posicionamento do relator Ministro Sepúlveda Pertence acerca do julgamento ocorrido na data de 13 de fevereiro de 2007 realizado pela Primeira Turma do STF. As partes recorrente, recorridas e intimada são respectivamente, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Juizado Especial

³⁴⁸ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 121.

³⁴⁹ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.135.

³⁵⁰ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.136.

³⁵¹ RE 430.105-9-RJ, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 13.02.2007 apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 124.

Criminal da comarca do estado mencionado e Juízo de Direito da 29ª Vara do Rio de Janeiro; Marcelo Azevedo da Silva³⁵².

Esse relatório que trata de questão de ordem em recurso extraordinário, obteve a decisão de julgar prejudicada a respectiva medida recursal e foi adotada a seguinte postura a respeito da posse de drogas para consumo pessoal:

Questão de ordem: despenalização, crime de uso de drogas, dispositivo, lei ordinária, superveniente, afastamento, pena privativa de liberdade, inocorrência, "abolitio criminis". Observância, rigor técnico, legislador, previsão, conceito, jurídico, expressão, reincidência, aplicabilidade, rito, crime, menor potencial ofensivo. Prejudicialidade, recurso extraordinário, perda, objeto, decorrência, consumação, prescrição, extinção da punibilidade, fato³⁵³. (grifos meus).

O eminente relator acerca deste assunto salienta que “estou convencido, contudo, de que a conduta antes descrita no artigo 16 da Lei nº 6368/76 continua sendo crime sob a lei nova”³⁵⁴.

Ao ler o trecho do relatório apresentado pelo deputado Paulo Pimenta, relator do Projeto da Câmara dos Deputados (PL 7134/02 – oriundo do Senado) cita que:

Com relação ao crime de uso de drogas, a grande virtude da proposta é a eliminação da possibilidade de prisão para o usuário e dependente. Conforme vem sendo cientificamente apontado, a prisão dos usuários e dependentes não traz benefícios à sociedade, pois, por um lado, os impede de receber a atenção necessária, inclusive com o tratamento eficaz e, por outro lado, faz com que passem a conviver com agentes de crimes muito mais graves. Ressalvamos que não estamos, de forma alguma, descriminalizando a conduta do usuário – o Brasil é, inclusive, signatário de convenções internacionais que proíbem a eliminação desse delito. O que fazemos é apenas modificar os tipos de penas a serem aplicadas ao usuário, excluindo a privação da liberdade, como pena principal³⁵⁵. (grifos meus).

O Ministro Sepúlveda Pertence expõe o pensamento do saudoso colega Carlos Maximiliano:

Não se trata de tomar a referida passagem como reveladora das reais intenções do legislador, até porque, mesmo que fosse possível desvendá-las – advertia com precisão o saudoso Ministro Carlos Maximiliano – não seriam elas aptas a vincular o sentido e o alcance da norma posta³⁵⁶.

Diante das argumentações, o eminente Ministro ao finalizar, ressalta que:

³⁵² Quest. Ord. em Recurso Extraordinário 430.105-9 – Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp>>. Acesso em 17 dez. 2007.

³⁵³ Quest. Ord. em Recurso Extraordinário 430.105-9 – Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp>>. Acesso em 17 dez. 2007.

³⁵⁴ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 130.

³⁵⁵ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 131.

³⁵⁶ Ibidem.

De minha parte, estou convencido de que, na verdade, o que ocorreu foi uma despenalização, entendida como exclusão, para o tipo, das penas privativas de liberdade. O que houve, repita-se, foi uma despenalização cujo traço marcante foi o rompimento da tradição da imposição de penas privativas de liberdade como sanção principal ou substitutiva de toda infração penal. Resolvo a questão de ordem no sentido de que a Lei 11343/2006 não implicou *abolitio criminis* (CP, art. 107, III)³⁵⁷. (grifos meus).

Isaac Sabbá Guimarães apresenta uma série de críticas aos argumentos do autor Luiz Flávio Gomes e deixa “em aberto” a questão de descriminalização ou despenalização da conduta de possuir drogas para uso pessoal:

Luiz Flávio Gomes indaga se a lei descriminalizou o uso, legalizou ou despenalizou, optando sem grande aprofundamento investigativo nas alternativas que ele próprio propôs pela primeira das hipóteses. E, responde categoricamente que a posse de drogas para consumo pessoal deixou de ser crime - no sentido técnico, pois que a presente lei teria retirado o caráter de ilícito penal da conduta sem a legalizar. Adiante, ao dar robustez à sua tese, o autor descarta a hipótese da despenalização, o que corresponde à adoção de penas alternativas para o delito, ajuntando sem muita convicção que a lei dos juizados criminais, não descriminalizou nenhuma conduta, apenas introduziu no Brasil quatro medidas despenalizadoras – processos que procuram evitar ou suavizar a pena de prisão. Em seguida, faz referência ao legislador afirmando que este aboliu o caráter criminoso da posse de drogas para uso pessoal. Esse fato deixou de ser considerado crime, embora continue sendo um ilícito – um ato contrário ao direito. Houve, portanto, descriminalização penal, mas não legalização. Por aí, segue de forma confusa e insegura o seu ponto de vista. Mas, finalizando, Luiz Flávio Gomes reconhece que as condutas tendentes para o uso continuam precisamente no capítulo referido a crimes. O autor cita que não se trata de crime e nem de contravenção penal, porque somente foram cominadas penas alternativas, e com este posicionamento criou uma modalidade de infração *sui generis*³⁵⁸.

Sabbá Guimarães por acreditar que tal argumentação é confusa, acresce que:

Esta qualificação não responde nada, nem resolve o problema aqui existente. E não é fácil pensar numa solução fechada para a questão, que continua – e continuará aberta, sem uma resposta acabada. O legislador não pensou numa política criminal para o fenômeno, embora o alicerce legal existente desde a Lei dos Juizados Especiais Federais de desjudicialização possibilitasse avanço para a real descriminalização das condutas relacionadas ao uso. Como o autor do fato, não poderá ser submetido à pena restritiva de liberdade, o que há é uma absoluta inocuidade preventivo-especial, as penas não cumprirão o papel ressocializador que se espera do direito penal³⁵⁹. (grifos meus).

O referido autor afirma com veemência que a mensagem trazida pelo artigo 28 da Lei 11343/06 não é dirigida ao cumprimento dos objetivos do direito penal e aduz o seguinte entendimento:

³⁵⁷ Apud GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p. 132.

³⁵⁸ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.21.

³⁵⁹ Idem, p.21.

O legislador preferiu não enfrentar abertamente o problema político-criminal sediado em torno do dilema das políticas de criminalização ou descriminalização, mas ao manter o crime de posse, o legislador realizou um discurso subjacente de desjudiciarização, em que todo procedimento a que se submete o infrator passa ao longe da ritualização, das solenidades e da presença do juiz; além desse procedimento há a despenalização, uma vez que as penas previstas no art. 28 discrepam do instrumentário ressocializador tradicionalmente conhecido no direito penal, porque estas não têm eficácia preventivo-especial e, na prática, deixarão de ser executadas a contento. O legislador por não ter adotado uma convicção ou disposição para enfrentar a política de descriminalização, parece apostar numa solução a longo prazo de política jurídica a ser realizada nos domínios da atividade jurídico-jurisdicional³⁶⁰. (grifos meus).

Sérgio Oliveira Netto entende que “não houve a retirada do caráter criminoso da conduta de possuir substância tóxica para uso pessoal”³⁶¹. (grifo meu).

O critério utilizado por ele para adotar este posicionamento consiste em que o raciocínio daqueles que defendem a descriminalização é duvidoso, uma vez que tem por base a análise da lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-lei nº 3.914/41), que, no seu art. 1º, prescreve o seguinte:

Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente³⁶².

O autor Sérgio Oliveira Netto acresce que a “prova maior e irretorquível de que não houve descriminalização do consumo de drogas para uso pessoal é o fato de ter enquadrado esta modalidade de conduta no Capítulo III da Nova Lei de Drogas, que trata dos crimes e das penas”³⁶³.

O referido autor entende que “embora não haja pena privativa de liberdade, ainda persiste o crime de portar drogas ilícitas para uso pessoal”³⁶⁴.

Neste contexto, argumenta Davi André Costa Silva que o artigo 28 da Lei nº 11343/06 é uma medida despenalizadora mista e explica o sentido desta expressão:

³⁶⁰ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.22.

³⁶¹ OLIVEIRA NETTO, Sérgio. Não houve descriminalização do porte de entorpecentes para uso próprio. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8864>>. Acesso em 2 dez. 2007.

³⁶² Ibidem.

³⁶³ OLIVEIRA NETTO, Sérgio. Não houve descriminalização do porte de entorpecentes para uso próprio. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8864>. Acesso em 2 dez. 2007.

³⁶⁴ Ibidem.

É medida despenalizadora mista porque as medidas advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento a programa ou a curso educativo configuram medidas despenalizadoras próprias ou típicas, porque afastam completamente a aplicação de uma pena enquanto que a prestação de serviços à comunidade configura uma medida despenalizadora imprópria ou atípica, pois apesar de evitar a prisão, não descarta a possibilidade de aplicação da prestação social alternativa e prestação de serviços à comunidade elencadas, respectivamente no artigo 5º, inciso XLVI, alínea 'd' da Constituição Federal e artigo 32, II, c/c artigo 43, IV do Código Penal³⁶⁵.

Ademais, se não fosse crime o comportamento descrito no artigo 28 da citada lei, não haveria sentido o usuário ser encaminhado e atendido a um delegado de polícia, mas deveria ser encaminhado diretamente à autoridade sanitária, na ausência de um juiz plantonista³⁶⁶.

E, quando se faz menção à multa, Davi André Costa aduz que:

A multa é de caráter pecuniário, mas sem perder o cunho de sanção penal, já que os critérios para sua aplicação demonstram isso (art. 59, CP c/c 29, Lei 11.343/06). Com a nova redação do artigo 51 do Código Penal, a multa não poderá ser convertida em pena privativa de liberdade e, mesmo que pudesse no caso específico da novel legislação antidrogas, tal não poderia ocorrer, pois afrontaria a *ratio legis*³⁶⁷.

O autor Júlio Victor dos Santos Moura quanto à indagação se houve ou não a descriminalização de porte de drogas para consumo próprio, alega que:

Aconteceu o abrandamento da reprimenda para o delito, deixando de ser cominada ao fato pena privativa de liberdade e pena pecuniária, passando a ser cominada pena restritiva de direitos, configurando dessa forma, verdadeira despenalização, em que o crime - antes previsto no artigo 16 da Lei 6368/76, agora disciplinado pelo artigo 28 da Lei 11343/06 – continua a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro, na condição de ilícito penal, punido somente com pena alternativa. A pena restritiva de direitos deixa de ter caráter de pena substitutiva – é a que toma o lugar da pena privativa de liberdade nos casos previstos em lei – passando a ter um caráter misto, seja substitutiva ou não consoante o caso concreto apresentado³⁶⁸.

Diante dos argumentos expostos, coaduna-se com o pensamento de que o artigo suscitado não descriminalizou a conduta de porte ou posse de drogas para uso pessoal, o que houve foi uma desjudicialização pelo menos em tese, e um abrandamento das penas, uma vez que o usuário ao ser surpreendido por policiais no ato do uso, deve ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal e preferencialmente não ser levado à delegacia de polícia. Em vez

³⁶⁵ Do tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas: medida despenalizadora mista. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8949>. Acesso em: 2 dez. 2007.

³⁶⁶ COSTA, Davi André. Do tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas: medida despenalizadora mista. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8949>. Acesso em: 2 dez. 2007.

³⁶⁷ Do tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas: medida despenalizadora mista. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8949>. Acesso em: 2 dez. 2007.

³⁶⁸ A posse ou porte de drogas e a nova Lei Antitóxica. Prática Jurídica. Consulex: 31 jan. 2007.

de punir com pena privativa de liberdade, foram adotadas as chamadas medidas educativas com a finalidade da reeducação.

4.9 JUSTIÇA TERAPÊUTICA

A justiça terapêutica, que teve sua origem no direito norte-americano, regido pelo *Common Law* que dá plasticidade à experiência jurídica, principalmente na construção normativa pela experiência jurídica jurisdicional, é consubstanciada pela aplicação de uma alternativa à pena aplicada aos delinquentes envolvidos com drogas, que não sejam de alta periculosidade³⁶⁹.

Durante a vigência da Lei 6368/76, a adequação da justiça terapêutica à limitação de fim de semana estava mais relacionada com o tratamento penal norteadado pela reeducação, do que a imposição da pena de multa³⁷⁰.

Antes da vigência da Lei 11343/06, o legislador embora não houvesse cogitado a descriminalização do crime de uso, reconheceu o caráter problemático da dependência, ao estabelecer no artigo 21 da revogada lei 10409/02, oito medidas como “internação e tratamento para usuários e dependentes de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, em regime ambulatorial ou em estabelecimento hospitalar ou psiquiátrico ou o comparecimento a programa de reeducação, curso ou atendimento psicológico”. Este dispositivo foi vetado por ter sido duramente combatido por segmentos do direito nacional³⁷¹.

O projeto de Lei 6108 de 2002 inaugurou uma série de propostas que não tiveram êxito diante do presente regime legal antidrogas, que punia o crime de uso no artigo 22 com detenção de 3 meses a 1 ano, porém havia a possibilidade de esta ser substituída por medidas terapêuticas educativas, tais como internação de usuário ou dependente de drogas ilícitas em estabelecimento hospitalar ou congênere; submissão a tratamento ambulatorial, dentre outros³⁷².

³⁶⁹ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.30.

³⁷⁰ Idem. Op. cit., 2007, p.30.

³⁷¹ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.26.

³⁷² Idem, p. 27.

Este processo legislativo não criou um regime próprio para usuários e dependentes, tão-somente ocorreu a supressão da expressão medidas educativas e a inclusão de penas³⁷³.

A política criminal da Lei 11343/06 contemplou a justiça terapêutica ao fazer referência às pessoas usuárias e dependentes de drogas. E, disciplina o parágrafo sétimo do artigo 28 que “o juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado”³⁷⁴.

Luiz Flávio Gomes tem demonstrado o problema do usuário ou dependente como questão de saúde pública:

A tendência mundial mais sensata, no momento, é não considerar o usuário como criminoso. Já não há espaço, dentro de uma política de redução de danos e de riscos para a falida linha da guerra às drogas. O tratamento nunca pode ser visto como uma pena ou um castigo. É apenas uma oferta para recuperar o dependente³⁷⁵. (grifos meus).

Por isso, é importante que a opinião do dependente seja considerada, no sentido de manifestar-se favorável ou contrário ao tratamento fornecido pelo poder público para que ele possa ser recuperado.

De acordo com o diploma legal cabe ao juiz determinar ao poder público que coloque à disposição do dependente de drogas o referido tratamento. É da essência de todo tratamento a adesão do sujeito. Caso haja discordância o tratamento não surtirá o efeito esperado e a chance de recuperação será praticamente nula³⁷⁶.

A oferta pública deve ser gratuita e tal medida conforme lecionam Luiz Flávio Gomes *et al* “será inteiramente administrativa e pertencerá à política de redução de danos, que consistirá em evitar que o dependente de drogas cause danos a terceiro ou a ele mesmo”³⁷⁷.

O tratamento ambulatorial é caracterizado pela não internação. Neste, o sujeito comparece ao local indicado nos dias assinalados. Podem ocorrer casos em que o consumidor de tóxico não cumpra todas as medidas recomendadas pelo médico ou outro profissional da

³⁷³ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p.27.

³⁷⁴ GUIMARÃES, Isaac Sabbá. Op. cit., 2007, p. 29.

³⁷⁵ Reforma penal: a nova lei de tóxicos no país e a situação dos usuários. Disponível em <<http://conjur.uol.com.br/textos/14259>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

³⁷⁶ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.168.

³⁷⁷ Idem, p.169.

saúde, acontecendo evoluções e recaídas. Porém isso não deve influenciar a justiça criminal, porque o tratamento não configura sanção alternativa ao dependente, constitui apenas uma oferta pública de recuperação e prevenção do uso de tóxicos³⁷⁸.

Portanto, apesar de a Lei 11343/06 ter adotado penas alternativas em vez de pena privativa de liberdade, existem muitas dúvidas acerca do seu caráter terapêutico, dada a forma como elas são executadas, haja vista que a referida lei não menciona a maneira como estas devem ser aplicadas, posto que parece sugerir a transferência desta prerrogativa ao magistrado.

Diante da imprecisão dos doutrinadores quanto ao aspecto da criminalização ou descriminalização do porte de drogas para uso pessoal não parece existir um consenso entre eles, o que deixa “em aberto” esta questão para que possam existir outros debates a fim de se procurar uma resposta pertinente para o caso mencionado.

³⁷⁸ GOMES, Luiz Flávio *et al.*, op. cit., 2007, p.169.

5. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas foram realizadas com médico psiquiatra Telmo José Ávila Savoldi – que exerce sua profissão no Hospital e Maternidade São Paulo, no centro de reabilitação para dependentes de tóxicos - Fundação Vida Nova, cuja secretária é a Adelaide Strey, com o delegado de polícia Márcio Souza Mamede - da Delegacia Regional de Polícia Civil e com o magistrado Johnny Gustavo Cledes – Titular do Juizado Especial Criminal, todos localizados no Município de Cacoal, Estado de Rondônia.

Foram feitos inúmeros questionamentos acerca da problemática que envolve a utilização do tóxico para uso pessoal, como serão observados nos anexos.

A análise é realizada com base no que foi mencionado, haja vista que não existe um órgão que faça uma estimativa a respeito de quantos toxicômanos foram recuperados, um levantamento de quais as drogas mais consumidas ou ainda dados acerca da história de cada dependente químico no Município de Cacoal.

A teoria está muito distanciada da prática, por não existir um tratamento especializado, gratuito, fornecido pelo Estado, verifica-se que a aplicação das penas alternativas contempladas no dispositivo legal, que parece ter cunho terapêutico, reside na inocuidade.

A opinião do usuário ou dependente não é considerada, a eles são impostos os tratamentos seja pela família, seja por ordem do poder judiciário. Apesar de o legislador verificar que a dependência do tóxico deve ser encarada como uma questão de saúde pública, não é isto que se tem notado na prática.

O que transparece é certo descaso das autoridades governamentais, judiciárias, uma vez que o tratamento é forçado e não há estrutura para lidar com uma questão de tamanha relevância social, o que não surtirá o efeito ressocializador que a Lei 11343/06 sugere em seu artigo 28. Também não existe um programa destinado à prevenção, o que há é apenas a repressão ao uso de tóxicos.

Até mesmo no tocante à aplicação das chamadas medidas educativas, a lei em vigor não dispõe sobre a forma como elas devem ser executadas, cabendo à autoridade judiciária descobrir como elas devem ser impostas que, aliás, estão sendo executadas por uma psicóloga que fica à disposição do Juizado Especial de Cacoal. Ademais, para garantir o cumprimento destas penas alternativas, será aplicada a admoestação verbal e somente em casos excepcionais aplicar-se-á a multa.

Ao questionar a dúvida suscitada pelos doutrinadores quanto ao fato de ter havido ou não a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, foi observada resistência da autoridade judiciária no sentido de recusar-se a manifestar o seu posicionamento sobre o assunto. Em relação a este tema, verificou-se que o delegado de polícia coaduna com o pensamento de que a novel Lei Antidrogas despenalizou, posto que ocorreu o abrandamento das penas e, que, embora o usuário não seja mais punido com pena privativa de liberdade, isto não quer dizer que o comportamento do usuário deixou de ser considerado crime, pois em seu lugar foram adotadas como forma de repreensão, as denominadas medidas educativas.

É muito complicado falar em justiça terapêutica quando o estado não fornece pelo menos uma estrutura mínima para que seja efetivado o tratamento disposto na lei ou ainda, quando não for citado pelo próprio legislador, o modo de aplicação das referidas penas alternativas. Enquanto não houver recursos para realizar um tratamento adequado e eficaz, a possibilidade de recuperação dos dependentes de drogas ilícitas, da maneira como está sendo realizado, será nula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observada que a origem dos tóxicos está relacionada a experiências realizadas em laboratórios, nos quais foram feitas pesquisas com objetivo de descobrirem uma substância para dirimir os efeitos maléficos ocasionados por drogas existentes para serem utilizadas para fins terapêuticos. Posteriormente, houve uma propagação destes tóxicos, que não era utilizado apenas com finalidade de tratamento, mas também para fins comerciais.

Diante do que foi citado, nota-se que apesar de uma substância ser considerada tóxica, ela poderá ser utilizada, sem que o agente sofra penalidade, mesmo que cause danos irreparáveis ao organismo, caso o nome desta droga não conste na lei ou em lista elaborada pelo Poder Executivo da União.

Depois de verificar o conceito de drogas, observou-se que apesar de serem substâncias naturais, caso sejam administradas sem acompanhamento médico, podem provocar inúmeras reações que conseqüentemente alteram o comportamento do usuário, inclusive tornando-o um dependente destes tóxicos, dependendo da dose absorvida.

Em relação às classificações mencionadas é perceptível que a atuação das drogas no sistema nervoso central pode ser variável e esta diferença é um fator que interfere no comportamento do indivíduo, que, dependendo do tipo, da quantidade administrada e da maneira como o organismo reage ao receber estas substâncias, pode desencadear inúmeras reações.

Nota-se que em circunstâncias citadas, o surgimento de variedades de drogas ocorreu por meio da combinação com outras já existentes e que pela inserção de outras substâncias, resultou a composição de tóxicos com potencial altamente nocivo.

Também foi verificado que a droga não destrói apenas seu consumidor por causar dependência física e psicológica, mas também desestrutura as relações sociais, cessa a afetividade no âmbito familiar e contribui para que sejam cometidos crimes bárbaros.

Foi analisado que os princípios do SISNAD apresentam uma finalidade social, com o objetivo de atrair a participação do Estado e da sociedade civil em relação às drogas, demonstrando a importância da responsabilidade compartilhada para a prevenção ou reinserção dos usuários de drogas ao convívio social, de forma a garantir a estabilidade e o bem-estar da sociedade como um todo.

Apesar de a Lei 11343/06 ter adotado penas alternativas em vez de pena privativa de liberdade, existem muitas dúvidas acerca do seu caráter terapêutico, dada a forma como elas são executadas, haja vista que a referida lei não menciona a maneira como estas devem ser aplicadas deixando esta prerrogativa ao livre-arbítrio do magistrado.

Além disso, verificou-se imprecisão dos doutrinadores quanto ao aspecto da criminalização ou descriminalização do porte de drogas para uso pessoal não parece existir um consenso entre eles, seus argumentos demonstram certa fragilidade, o que deixa “em aberto” esta questão para que possam existir outros debates a fim de se procurar uma resposta pertinente para o caso mencionado.

Diante dos argumentos expostos, coaduna-se com o pensamento de que o artigo suscitado não descriminalizou a conduta de porte ou posse de drogas para uso pessoal, o que houve foi uma desjudicialização pelo menos em tese, e um abrandamento das penas, uma vez que o usuário ao ser surpreendido por policiais no ato do uso, deve ser encaminhado ao Juizado Especial Criminal e preferencialmente não ser levado à delegacia de polícia. Em vez de punir com pena privativa de liberdade, foram adotadas as chamadas medidas educativas com a finalidade da reeducação.

Assim, é muito complicado falar em justiça terapêutica quando o estado não fornece pelo menos uma estrutura mínima para que seja efetivado o tratamento disposto na lei ou ainda, quando não for citado pelo próprio legislador, o modo de aplicação das referidas penas alternativas. Embora, os legisladores atualmente tenham verificado que a dependência, o consumo de tóxico é uma questão de saúde pública, não mais sendo punido com pena privativa de liberdade, enquanto não houver recursos para realizar um tratamento adequado e

eficaz, a possibilidade de recuperação dos dependentes de tóxicos será nula, dada a forma como estão sendo executadas as chamadas medidas educativas.

Por isso é imprescindível a parceria entre Estado e Sociedade para que na prática e de forma imediata, haja a cooperação mútua no sentido de que as políticas públicas possam lograr êxito nos aspectos que estejam mais relacionados à prevenção e a ressocialização dos dependentes químicos ou usuários de drogas e não somente no tocante à repressão às substâncias tóxicas.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios. Da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 79.

BRITO, Sumek . O Perigo do Lança-Perfume. Disponível em <<http://www.kuticao.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

BUCHALLA, Anna Paula A Heroína expande suas fronteiras. Disponível em <http://veja.abril.com.br/030702/p_060>. Acesso: em 17 out. 2007.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. 11. ed. São Paulo:Saraiva, 2007.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CARVALHO, Salo. **A Política Criminal de Drogas no Brasil: Discurso Oficial às Razões da Descriminalização**. 3.ed. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

CORAZZA, Alberto. Drogas – **Morte total e irrestrita**. Rio de Janeiro: Globo, 1990.

COSTA SILVA, Davi André. Do tratamento diferenciado dado ao usuário de drogas: medida despenalizadora mista. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8949>>. Acesso em: 2 dez. 2007.

COSTA JR.,J.B.O.; JR., A. Almeida. **Lições de Medicina Legal**. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1998.

DOS SANTOS, Maria Lindomar; JUNKES, Maria Bernadete. **Trabalhos Acadêmicos: A facilidade em desenvolvê-los**. Rondônia: D’ Press, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método sociológico**; tradução Pietro Nasseti. ed. rev. da tradução. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FARIAS JR., João. **Manual de Criminologia**. 2.ed. Curitiba:Juruá, 1996.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. 2. ed. São Paulo: RT, 2002.

GOMES, Luiz Flávio *et al.* **Lei de Drogas Comentada Artigo por Artigo: Lei nº 11343/06**, de 23.08.06 . 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

_____ Reforma penal: a nova lei de tóxicos no país e a situação dos usuários. Disponível em <<http://conjur.uol.com.br/textos/14259>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

GRANADO, Marcello *et al.* **Nova Lei Antidrogas – Teoria, Críticas e Comentários à Lei nº 11343/06**. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos – Repressão**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

GUIMARÃES. Isaac Sabbá. **Nova lei antidrogas comentada: crimes e regime processual penal**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

GUTEMBERG, Carlos. Ecstasy- O mito da droga inofensiva, disponível em: <<http://www.folhauniversal.com.br>>, 811 ed. São Paulo. Acesso em: 11 nov. 2007.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal – Parte Geral**. V. 1. 23. Ed. São Paulo: Saraiva,. 1999.

KALINA, Eduardo. **A Psiconeurobiologia no Combate aos Efeitos da Cocaína**. Diálogo Médico, ano 2, n.2, p.18-21, mar./abr. 1996.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito: Introdução à Problemática Científica do Direito**; tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. rev. da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LAMY, Marcelo. Princípios Constitucionais do Estado Democrático e Direito Natural. Disponível em: <<http://www.hottopos.com>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 16. ed. São Paulo : Atlas, 2000.

OGA, Seizi. **Fundamentos de Toxicologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

OHARA, Jorge. Rave: Diversão descontrolada. Disponível em <<http://www.folhauniversal.com.br/integra.jsp?codcanal=988&cod=124573&edicao=814>>. Acesso em: 8 dez. 2007.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão. **Manual de Criminologia**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

OLIVEIRA NETTO, Sérgio. Não houve descriminalização do porte de entorpecentes para uso próprio. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8864>> Acesso em: 2 dez. 2007.

PABLOS DE MOLINA, Antônio García. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei nº 9099/95, lei dos juizados especiais criminais**. Tradução Luiz Flávio Gomes. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2000.

PAES, Paulo Duarte. Usuários de Pasta-Base em Campo Grande: Condições de saúde e atendimento no SUS. Disponível em <<http://www.domicianosiqueira.com.br>> Acesso em: 12 nov. 2007.

PINHEIRO DE CASTRO, Celso A. **Sociologia Aplicada ao Direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

POSTERLI, Renato. **Comportamento Delituoso**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

REY, Luís. **Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

SANTOS MOURA, Julio Victor. **A posse ou porte de drogas e a nova Lei Antitóxico**. Prática Jurídica. Consulex: 31 jan. 2007.

SCIVOLETTO, Sandra; ALBERTANI, Helena M.B.; ZEMEL, Maria de Lurdes. Atualização do Conhecimento sobre Redução da Demanda de Drogas. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

SILVA, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Abordagem Interdisciplinar. Disponível em: <http://obid.senad.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

Boa Noite Cinderela. Disponível em <[http:// www.drogas.netsaber.com.br](http://www.drogas.netsaber.com.br)>. Acesso em: 13 set. 2007.

Boa Noite Cinderela. Disponível em < [http:// www.brasilecola.com.br/drogas](http://www.brasilecola.com.br/drogas)>. Acesso em: 10 out. 2007.

Cola de Sapateiro e Lança-Perfume. Disponível em <<http://www.brasilecola.com.br/drogas>>. Acesso em: 10 out. 2007.

Ecstasy – disponível em < [http:// www.psicosite.com.br](http://www.psicosite.com.br) >. Acesso em: 10 out. 2007.

Cocaína. Disponível em <[http:// www.abpbrasil.org.br/comunidade](http://www.abpbrasil.org.br/comunidade)>. Acesso em: 16 out. 2007.

Dietilamida de Ácido Lisérgico. Disponível em <<http://www.unifesp.br>>. Acesso em: 16 out. 2007.

Lança-Perfume. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org> >. Acesso em: 16 out. 2007.

Merla. Disponível em <[http:// www.adjorisc.com.br/jornais](http://www.adjorisc.com.br/jornais)>. Acesso em: 16 out. 2007.

Boa Noite Cinderela. Disponível em http://www.quatrocantos.com/lendas/69_easydate.htm. Acesso em: 17 out. 2007.

Boa Noite Cinderela. Disponível em http://www.quatrocantos.com/lendas/69_easydate.htm. Acesso em: 17 out. 2007.

Drogas Psicotrópicas como são e como agem. Disponível em <http://www.imesc.sp.gov.br/artigo>. Acesso em: 18 out. 2007.

Cocaína. Disponível em <http://www.jorgeleiva.com.br/drogas>. Acesso em: 22 out. 2007.

Especial Drogas, 2003. Disponível em <http://www.terra.com/saude/drogas>. Acesso em: 22 out. 2007.

Violação dos Direitos Humanos dos Homossexuais no Brasil. Disponível em <http://www.ggb.org.br>. Acesso em: 7 nov. 2007.

Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Disponível em <http://www.scielo.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2007.

XXIV Congresso Brasileiro de Psiquiatria, Disponível em <http://psicoativas.fffcmpe.edu.br/sitevivavoz>. Acesso em: 11 nov. 2007.

Perfil sociodemográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos>. Acesso em: 11 nov. 2007.

Toxicologia. Disponível em <http://www.iesambi.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2007.

Boletim CEBRID: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – SISNAD, disponível em <http://www.unifesp.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

I- Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, disponível em <http://obid.senad.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

Alterações do anexo I da portaria n. 344/98. Disponível em <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=1363&word>. Acesso em: 5 dez. 2007.

Portal de Campos – site de Campos do Jordão. Disponível em <http://www2.uol.com.br/portaldecampos/drogas.html>. Acesso em: 8 dez. 2007.

Quest. Ord. em Recurso Extraordinário 430.105-9 – Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.stf.gov.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp>. Acesso em: 17 dez. 2007.

ANEXOS

RESOLUÇÃO RDC N.º 18, DE 28 DE JANEIRO DE 2003³⁷⁹

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV, do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c o § 1º do art. 111, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria n.º 593, de 25 de agosto de 2000, republicada no DOU de 22 de dezembro de 2000, em reunião realizada em 18 de dezembro de 2002 e

Considerando as atualizações das Listas "AMARELA" (Entorpecentes de Controle Internacional), "VERDE" (Psicotrópicos de Controle Internacional) e "VERMELHA" (Precursores e Insumos Químicos de Controle Internacional) das Convenções da Organização das Nações Unidas, das quais o Brasil é signatário;

Considerando a proposição da Câmara Técnica de Medicamentos - CATEME, de inclusão da substância ESCITALOPRAM na Lista "C1" (Lista das outras substâncias sujeitas a controle especial) da Portaria SVS/MS n.º 344, de 12 de maio de 1998;

Considerando os artigos 6º e 36 da Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976; e

Considerando o art. 101 da Portaria SVS/MS n.º 344, de 12 de maio de 1998.

Adotou a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS n.º 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999.

Art. 2º Estabelecer as seguintes modificações:

I. INCLUSÃO:

1.1. Lista "C1": Aripiprazol.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GONZALO VECINA NETO

ANEXO

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE

³⁷⁹ Disponível em <http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=1363&word>. Acesso em 5 dez. 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

GERÊNCIA GERAL DE MEDICAMENTOS

ATUALIZAÇÃO N.º 13

LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL

2. ALFACETILMETADOL

3. ALFAMEPRODINA

4. ALFAMETADOL

5. ALFAPRODINA

6. ALFENTANILA

7. ALILPRODINA

8. ANILERIDINA

9. BEZITRAMIDA

10. BENZETIDINA

11. BENZILMORFINA

12. BENZOILMORFINA

13. BETACETILMETADOL

14. BETAMEPRODINA

15. BETAMETADOL

16. BETAPRODINA

17. BUPRENORFINA

18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA
37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA

- 43. FURETIDINA
- 44. HIDROCODONA
- 45. HIDROMORFINOL
- 46. HIDROMORFONA
- 47. HIDROXIPETIDINA
- 48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
- 49. INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
- 50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
- 51. INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
- 52. INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
- 53. ISOMETADONA
- 54. LEVOFENACILMORFANO
- 55. LEVOMETORFANO
- 56. LEVOMORAMIDA
- 57. LEVORFANOL
- 58. METADONA
- 59. METAZOCINA
- 60. METILDESORFINA
- 61. METILDIIDROMORFINA
- 62. METOPONA
- 63. MIROFINA
- 64. MORFERIDINA
- 65. MORFINA

- 66. MORINAMIDA
- 67. NICOMORFINA
- 68. NORACILMETADOL
- 69. NORLEVORFANOL
- 70. NORMETADONA
- 71. NORMORFINA
- 72. NORPIPANONA
- 73. N-OXICODEÍNA
- 74. N-OXIMORFINA
- 75. ÓPIO
- 76. OXICODONA
- 77. OXIMORFONA
- 78. PETIDINA (MEPERIDINA)
- 79. PIMINODINA
- 80. PIRITRAMIDA
- 81. PROEPTAZINA
- 82. PROPERIDINA
- 83. RACEMETORFANO
- 84. RACEMORAMIDA
- 85. RACEMORFANO
- 86. REMIFENTANILA
- 87. SUFENTANILA
- 88. TEBACONA (ACETILDIIDROCODEINONA)
- 89. TEBAÍNA
- 90. TILIDINA

91. TRIMEPERIDINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - A2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS

(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILDIIDROCODEINA

2. CODEÍNA

3. DEXTROPROPOXIFENO
4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA (DIONINA)
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

3) preparações à base de TRAMADOL, misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula

devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

5) preparações à base de NALBUFINA, misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

6) preparações à base de PROPIRAM, misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

LISTA - A3

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeita a Notificação de Receita "A")

1. ANFETAMINA
2. CATINA
3. 2CB - (4- BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA)
4. CLOBENZOREX
5. CLORFENTERMINA
6. DEXANFETAMINA
7. DRONABINOL
8. FENCICLIDINA
9. FENETILINA
10. FENMETRAZINA
11. LEVANFETAMINA
12. LEVOMETANFETAMINA
13. METANFETAMINA
14. METILFENIDATO

15. TANFETAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - B1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. ALOBARBITAL

2. ALPRAZOLAM

3. AMINEPTINA

4. AMOBARBITAL

5. APROBARBITAL

6. BARBEXACLONA

7. BARBITAL

8. BROMAZEPAM

9. BROtizOLAM

10. BUTALBITAL

11. BUTABARBITAL

12. CAMAZEPAM

13. CETAZOLAM

14. CICLOBARBITAL

15. CLOBAZAM

16. CLONAZEPAM

17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLOTIAZEPAM
22. CLOXAZOLAM
23. DELORAZEPAM
24. DEXMEDETOMIDINA
25. DIAZEPAM
26. ESTAZOLAM
27. ETCLORVINOL
28. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
29. ETINAMATO
30. FENOBARBITAL
31. FLUDIAZEPAM
32. FLUNITRAZEPAM
33. FLURAZEPAM
34. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
35. GLUTETIMIDA
36. HALAZEPAM
37. HALOXAZOLAM
38. LEFETAMINA
39. LOFLAZEPATO DE ETILA
40. LOPRAZOLAM
41. LORAZEPAM

- 42. LORMETAZEPAM
- 43. MEDAZEPAM
- 44. MEPROBAMATO
- 45. MESOCARBO
- 46. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
- 47. METIPRILONA
- 48. MIDAZOLAM
- 49. NIMETAZEPAM
- 50. NITRAZEPAM
- 51. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
- 52. NORDAZEPAM
- 53. OXAZEPAM
- 54. OXAZOLAM
- 55. PEMOLINA
- 56. PENTAZOCINA
- 57. PENTOBARBITAL
- 58. PINAZEPAM
- 59. PIPRADROL
- 60. PIROVARELONA
- 61. PRAZEPAM
- 62. PROLINTANO
- 63. PROPILEXEDRINA
- 64. SECBUTABARBITAL
- 65. SECOBARBITAL
- 66. TEMAZEPAM

67. TETRAZEPAM

68. TIAMILAL

69. TIOPENTAL

70. TRIAZOLAM

71. TRIEXIFENIDIL

72. VINILBITAL

73. ZALEPLONA

74. ZOLPIDEM

75. ZOPICLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):

3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei n.º 10.357, de 27 de dezembro de 2001, Lei n.º 9.017, de 30 de março de 1995, Decreto n.º 1.646, de 26 de setembro de 1995 e Decreto n.º 2.036, de 14 de outubro de 1996.

4) preparações a base de ZOLPIDEM, misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de ZOLPIDEM por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula

devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA (DIETILPROPIONA)
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA
5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

- 1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;
- 1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ACEPROMAZINA
2. ÁCIDO VALPRÓICO
3. AMANTADINA
4. AMISSULPRIDA
5. AMITRIPTILINA

6. AMOXAPINA
7. APOMORFINA
8. ARIPIRAZOL
9. AZACICLONOL
10. BECLAMIDA
11. BENACTIZINA
12. BENFLUOREX
13. BENZOCTAMINA
14. BENZOQUINAMIDA
15. BIPERIDENO
16. BUPROPIONA
17. BUSPIRONA
18. BUTAPERAZINA
19. BUTRIPTILINA
20. CAPTODIAMO
21. CARBAMAZEPINA
22. CAROXAZONA
23. CETAMINA
24. CICLARBAMATO
25. CICLEXEDRINA
26. CICLOPENTOLATO
27. CISAPRIDA
28. CITALOPRAM
29. CLOMACRANO
30. CLOMETIAZOL

31. CLOMIPRAMINA
32. CLOREXADOL
33. CLORPROMAZINA
34. CLORPROTIXENO
35. CLOTIAPINA
36. CLOZAPINA
37. DESFLURANO
38. DESIPRAMINA
39. DEXETIMIDA
40. DIBENZEPINA
41. DIMETRACRINA
42. DISOPIRAMIDA
43. DISSULFIRAM
44. DIVALPROATO DE SÓDIO
45. DIXIRAZINA
46. DONEPEZILA
47. DOXEPINA
48. DROPERIDOL
49. ECTILURÉIA
50. EMILCAMATO
51. ENFLURANO
52. ESCITALOPRAM
53. ENTACAPONA
54. ETOMIDATO
55. ETOSSUXIMIDA

- 56. FACETOPERANO
- 57. FEMPROBAMATO
- 58. FENAGLICODOL
- 59. FENELZINA
- 60. FENIPRAZINA
- 61. FENITOINA
- 62. FLUFENAZINA
- 63. FLUMAZENIL
- 64. FLUOXETINA
- 65. FLUPENTIXOL
- 66. FLUVOXAMINA
- 67. GABAPENTINA
- 68. GALANTAMINA
- 69. HALOPERIDOL
- 70. HALOTANO
- 71. HIDRATO DE CLORAL
- 72. HIDROCLORBEZETILAMINA
- 73. HIDROXIDIONA
- 74. HOMOFENAZINA
- 75. IMICLOPRAZINA
- 76. IMIPRAMINA
- 77. IMIPRAMINÓXIDO
- 78. IPROCLOZIDA
- 79. ISOCARBOXAZIDA
- 80. ISOFLURANO

81. ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
82. LAMOTRIGINA
83. LEFLUNOMIDA
84. LEVODOPA
85. LEVOMEPRIMAZINA
86. LISURIDA
87. LITIO
88. LOPERAMIDA
89. LOXAPINA
90. MAPROTILINA
91. MECLOFENOXATO
92. MEFENOXALONA
93. MEFEXAMIDA
94. MEPAZINA
95. MESORIDAZINA
96. METILPENTINOL
97. METISERGIDA
98. METIXENO
99. METOPROMAZINA
100. METOXIFLURANO
101. MIANSERINA
102. MILNACIPRANO
103. MINAPRINA
104. MIRTAPAZINA
105. MISOPROSTOL

- 106. MOCLOBEMIDA
- 107. MOPERONA
- 108. NALOXONA
- 109. NALTREXONA
- 110. NEFAZODONA
- 111. NIALAMIDA
- 112. NOMIFENSINA
- 113. NORTRIPTILINA
- 114. NOXIPTILINA
- 115. OLANZAPINA
- 116. OPIPRAMOL
- 117. OXCARBAZEPINA
- 118. OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
- 119. OXIFENAMATO
- 120. OXIPERTINA
- 121. PAROXETINA
- 122. PENFLURIDOL
- 123. PERFENAZINA
- 124. PERGOLIDA
- 125. PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
- 126. PIMOZIDA
- 127. PIOGLITAZONA
- 128. PIPAMPERONA
- 129. PIPOTIAZINA
- 130. PRAMIPEXOL

- 131. PRIMIDONA
- 132. PROCLORPERAZINA
- 133. PROMAZINA
- 134. PROPANIDINA
- 135. PROPIOMAZINA
- 136. PROPOFOL
- 137. PROTIPENDIL
- 138. PROTRIPTILINA
- 139. PROXIMETACAINA
- 140. QUETIAPINA
- 141. REBOXETINA
- 142. RIBAVIRINA
- 143. RISPERIDONA
- 144. RIVASTIGMINA
- 145. ROPINIROL
- 146. SELEGILINA
- 147. SERTRALINA
- 148. SEVOFLURANO
- 149. SIBUTRAMINA
- 150. SULPIRIDA
- 151. SULTOPRIDA
- 152. TACRINA
- 153. TOLCAPONA
- 154. TETRACAÍNA
- 155. TIANEPTINA

- 156. TIAPRIDA
- 157. TIOPROPERAZINA
- 158. TIORIDAZINA
- 159. TIOTIXENO
- 160. TOPIRAMATO
- 161. TRANILCIPROMINA
- 162. TRAZODONA
- 163. TRICLOFÓS
- 164. TRICLOROETILENO
- 165. TRIFLUOPERAZINA
- 166. TRIFLUPERIDOL
- 167. TRIMIPRAMINA
- 168. TROGLITAZONA
- 169. VALPROATO SÓDICO
- 170. VENLAFAXINA
- 171. VERALIPRIDA
- 172. VIGABATRINA
- 173. ZANAMIVIR
- 174. ZIPRAZIDONA
- 175. ZOTEPINA
- 176. ZUCLOPENTIXOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias TRICLOROETILENO, DISSULFIRAM e LÍTIO (metálico e seus sais), quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins que não os de efeito à área de saúde, e portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99.

7) as empresas detentoras de registro de medicamentos a base da substância TROGLITAZONA e PIOGLITAZONA ficam obrigadas a proceder o monitoramento clínico e bioquímico dos pacientes que utilizam os referidos medicamentos.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. ISOTRETINOÍNA
4. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - C4

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANTI-RETROVIRAIS

(Sujeitas a Receituário do Programa

da DST/AIDS ou Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ABACAVIR

2. AMPRENAVIR

3. DELAVIRDINA

4. DIDANOSINA (ddI)

5. EFAVIRENZ

6. ESTAVUDINA (d4T)

7. INDINAVIR

8. LAMIVUDINA (3TC)

9. LOPINAVIR

10. NELFINAVIR

11. NEVIRAPINA

12. RITONAVIR

13. SAQUINAVIR

14. TENOFOVIR

15. ZALCITABINA (ddc)

16. ZIDOVUDINA (AZT)

ADENDO:

- 1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
- 2) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, devem ser prescritos em receituário próprio estabelecido pelo Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, para dispensação nas farmácias hospitalares/ambulatoriais do Sistema Público de Saúde.
- 3) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, quando dispensados em farmácias e drogarias, ficam sujeitos a venda sob Receita de Controle Especial em 2 (duas) vias.

LISTA - C5**LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES**

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA

16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista, ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA

3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. DIIDROERGOTAMINA
8. DIIDROERGOMETRINA
9. EFEDRINA
10. ERGOMETRINA
11. ERGOTAMINA
12. ETAFEDRINA
13. ISOSAFROL
14. ÓLEO DE SASSAFRÁS
15. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
16. PIPERIDINA
17. PIPERONAL
18. PSEUDOEFEEDRINA
19. SAFROL

ADENDO:

- 1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
- 2) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.
- 3) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da *Piper hispidinervum* C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS

PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO
5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO

ADENDO:

1) produtos e insumos químicos, sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Lei nº 9.017 de 30/03/1995, Decreto nº 1.646 de 26/09/1995, Decreto nº 2.036 de 14/10/1996, Resolução nº 01/95 de 07/11/1995 e Instrução Normativa nº 06 de 25/09/1997;

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) o CLORETO DE ETILA, por meio da Resolução nº 1, de 5 de fevereiro de 2001, foi incluído na relação de substâncias constantes do artigo 1º da Resolução nº 1-MJ, de 7 de novembro de 1995.

4) quando os insumos desta lista, forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS

ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.

ADENDO:

- 1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima.
- 2) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

LISTA - F

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL

LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

1. 3-METILFENTANILA ou N-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
2. 3-METILTIOFENTANILA ou N-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
3. ACETIL-ALFA-METILFENTANILA ou N-[1-(ALFA-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA
4. ACETORFINA ou 3-O-ACETILTETRAHIDRO-7-ALFA-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-ENDOETENO-ORIPAVINA
5. ALFA-METILFENTANILA ou N-[1-(ALFA-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
6. ALFA-METILTIOFENTANILA ou N-[1-[1-METIL-2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA

7. BETA-HIDROXI-3-METILFENTANILA ou N-[1-(BETA-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
8. BETA-HIDROXIFENTANILA ou N-[1-(BETA-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
9. CETOBEMIDONA ou 4-META-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA
10. COCAÍNA ou ÉSTER METÁLICO DA BENZOILECGONINA
11. DESOMORFINA ou DIIDRODEOXIMORFINA
12. DIIDROETORFINA ou 7,8-DIIDRO-7-ALFA-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-ENDO-ETANOTERTAHIDROORIPAVINA
13. ECGONINA ou (-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO
14. ETORFINA ou TETRAHIDRO-7-ALFA-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-ENDOETENO-ORIPAVINA
15. HEROÍNA ou DIACETILMORFINA
16. MPPP ou 1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
17. PARA-FLUOROFENTANILA ou 4'-FLUORO-N-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
18. PEPAP ou 1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
19. TIOFENTANILA ou N-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.2. todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.

LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

1. (+) - LISÉRGIDA ou LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-N,N-DIETIL-6-METILERGOLINA-8BETA-CARBOXAMIDA
2. 4-METILAMINOREX ou (±)-CIS-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA
3. 4-MTA ou 4-METILTIOANFETAMINA

4. BENZOFETAMINA ou N-BENZIL-N,ALFA-DIMETILFENETILAMINA
5. BROLANFETAMINA ou DOB; (\pm)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
6. CATINONA ou (-)-(S)-2-AMINOPROPIOFENONA
7. DET ou 3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL
8. DMA ou (\pm)-2,5-DIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
9. DMHP ou 3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6H-DIBENZO[B,D]PIRANO-1-OL
10. DMT ou 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; N,N-DIMETILTRIPTAMINA
11. DOET ou (\pm)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-ALFA-FENETILAMINA
12. ETICICLIDINA ou PCE ; N-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA
13. ETRIPTAMINA ou 3-(2-AMINOBTIL)INDOL
14. MDE ou N-ETIL MDA; (\pm)-N-ETIL-ALFA-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA
15. MDMA ou (\pm)-N,ALFA-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA
16. MECLOQUALONA ou 3-(O-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3H)-QUINAZOLINONA
17. MESCALINA ou 3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA
18. METAQUALONA ou 2-METIL-3-O-TOLIL-4(3H)-QUINAZOLINONA
19. METCATINONA ou 2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-L-ONA
20. MMDA ou 2-METOXI-ALFA-METIL-4,5-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
21. PARAHEXILA ou 3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6H-DIBENZO[B,D]PIRANO-1-OL
22. PMA ou P-METOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
23. PSILOCIBINA ou FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO
24. PSILOCINA ou PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL
25. ROLICICLIDINA ou PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA

26. STP ou DOM ; 2,5-DIMETOXI-ALFA,4-DIMETILFENETILAMINA

27. TENAMFETAMINA ou MDA; ALFA-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA

28. TENOCICLIDINA ou TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA

29. TETRAHIDROCANNABINOL ou THC

30. TMA ou (\pm)-3,4,5-TRIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA

31. ZIPEPROL ou ALFA-(ALFA-METOXIBENZIL)-4-(BETA-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:

7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS

1. FENILPROPANOLAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS

1. ESTRICNINA

2. ETRETINATO

3. DEXFENFLURAMINA

4. FENFLURAMINA

5. LINDANO

6. TERFENADINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) fica autorizado o uso de LINDANO como preservativo de madeira, sob o controle do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

ENTREVISTA

TELMO JOSÉ ÁVILA SAVOLDI

**Médico Psiquiatra (CREMERO 1607) no Hospital e Maternidade São Paulo Ltda.,
localizado no Município de Cacoal – Estado de Rondônia.**

Foram feitos inúmeros questionamentos ao médico psiquiatra Telmo José Ávila Savoldi acerca da problemática que envolve o assunto sobre drogas, na data de 20 de novembro de 2007, conforme segue abaixo:

Gleysse Machado – Qual o tóxico mais utilizado em Cacoal?

Telmo José Ávila Savoldi – A pasta-base e a cocaína. A maconha, a cocaína e mela estão em torno de 15% em termos de comercialização no Município de Cacoal.

Gleysse Machado – Qual o perfil do usuário de tóxicos?

Telmo José Ávila Savoldi – O consumidor de maconha, geralmente é adolescente. Há predominância do sexo masculino. A maconha é utilizada por pessoas com poder aquisitivo elevado e por pessoas menos favorecidas economicamente, está disseminado. Em relação à cocaína, geralmente o consumidor é adulto, pertence à classe média, posto que ela é uma droga muito cara. O ecstasy é uma droga muito cara, acredito que não cause dependência, pois ela aparece eventualmente, é tomada em festas, e utilizada por jovens de classe média; o usuário é predominantemente do sexo masculino. Há a utilização de dolantina por pessoas que trabalham na área da saúde, esta droga é derivada do ópio.

Gleysse Machado – Há diferença entre viciado e dependente?

Telmo José Ávila Savoldi – Não. É a mesma coisa. O dependente é um viciado que usa a droga diariamente.

Gleysse Machado – Há diferença entre usuário e dependente de tóxico?

Telmo José Ávila Savoldi – Sim. O usuário esporádico é aquele que usa o tóxico eventualmente, mas não diariamente, apenas uma vez ou outra usa cocaína, em outros momentos, ingere bebida alcoólica; mantém o controle de sua vida, sem abandonar suas atividades sociais, enquanto que o dependente tem comportamento oposto ao do usuário,

como acontece com o consumidor de cocaína, mela e pasta-base. Mas, é bom lembrar que toda regra, há uma exceção.

Gleysse Machado – Qual a motivação do usuário de tóxico?

Telmo José Ávila Savoldi – O primeiro fator que o motiva a consumir o tóxico é a curiosidade, depois os amigos, más companhias ou algum desconhecido que oferece a substância tóxica ou por influências de pessoas da família e ausência de consistência familiar.

Gleysse Machado – Geralmente, quando chegam ao consultório, como é o comportamento do usuário de drogas?

Telmo José Ávila Savoldi – Não observei nenhum comportamento agressivo.

Gleysse Machado – Quando e como pode ser identificado o estado de abstinência? E a tolerância, em que consiste?

Telmo José Ávila Savoldi – Quando passa alguns dias sem usar o tóxico, o usuário fica irritado, agressivo, geralmente assaltam pessoas na rua para poder comprar a droga. A tolerância faz o usuário aumentar a quantia que usa, a dose. A cocaína vicia muito rápido porque o efeito é efêmero e faz com que o usuário utilize sempre mais para sentir o mesmo efeito.

Gleysse Machado – E, os sintomas emocionais, físicos quando estão na fase da síndrome de abstinência?

Telmo José Ávila Savoldi – Pioram nos cinco primeiros dias e após este período, eles ficam menos agitados como ocorre com o consumidor de cocaína e outras drogas mais “pesadas”. Fisicamente, a pessoa sente insônia, perda de apetite, emagrecimento; uma apresentação deplorável – digna de pena.

Gleysse Machado – O senhor teve conhecimento de que alguns de seus pacientes cometeram suicídio, furto, roubo ou estupro estando sob o efeito da droga?

Telmo José Ávila Savoldi – Sim. Roubo, suicídio e furto.

Gleysse Machado – Os toxicômanos já agrediram algum membro da família com o fim de obter dinheiro para adquirir o tóxico?

Telmo José Ávila Savoldi - Isso é muito comum. Ocorrem agressões físicas, verbais, desrespeito à família.

Gleysse Machado – Há um depoimento que o tenha impressionado?

Telmo José Ávila Savoldi – Sim. Uma paciente que tem 13 anos de idade, que foi atendida por mim há pouco tempo. Ela é usuária de mela e pasta-base. Essa paciente começou a usar o tóxico por influência da mãe e se tornou dependente da substância entorpecente. A adolescente tinha uma aparência extremamente magra, pálida; ela mal conseguia caminhar;

ela deixou de estudar depois que passou a consumir a droga. Mãe e filha precisavam de ajuda, de internação. A mãe tinha uns 35 anos e foi ela quem ofereceu a droga à filha; ambas estavam completamente alheias à realidade.

Gleysse Machado – Há algum paciente consumidor de tóxico que tenha utilizado durante muito tempo a droga?

Telmo José Ávila Savoldi – Sim. Apesar de não estar recuperado, há um paciente que tem quase 50 anos e que usa cocaína, maconha, álcool há mais de 21 anos. Recentemente teve parada cardíaca em razão do consumo de cocaína e foi socorrido por sua mãe. Infelizmente não conseguiu superar o vício.

Gleysse Machado – Em que consiste o tratamento?

Telmo José Ávila Savoldi – O tratamento é a internação. Tem que verificar se é dependente químico. Antes do tratamento, procura-se constatar o tipo de entorpecente utilizado. Durante o tratamento, em nenhum momento, o dependente pode ter contato com a droga, mas, infelizmente, às vezes ela é conseguida no próprio local de internação.

Gleysse Machado – É levada em consideração, a importância do usuário ou dependente químico querer ou recusar-se ao tratamento? Eles sofrem recaídas?

Telmo José Ávila Savoldi – Depende da gravidade, do prejuízo ocasionado à família ou a si mesmo. Na maioria dos casos, o tratamento é procurado pela família quando a situação já está bastante complicada. Dificilmente, eles aceitam a internação, pois grande parte deles alegam usar pouca droga e que não são viciados.

De cada 100% dos internados, 80% voltam a utilizar o tóxico. Nesses casos, em que o paciente sofre recaídas, depende muito do usuário. O tempo de duração do tratamento depende muito do usuário, pois existem pacientes que ficam 30, 60 dias ou um ano sem usar a droga, porém há outros que assim que saem do hospital, conseguem a droga e a consomem, varia muito de pessoa para pessoa.

Gleysse Machado – O tratamento está surtindo efeitos positivos ao paciente? Quanto tempo dura o tratamento? O apoio da família contribui para a recuperação do paciente?

Telmo José Ávila Savoldi – Surte efeitos positivos, aproximadamente 20% são recuperados. O tempo de tratamento varia de seis meses a um ano. O apoio familiar contribui muito para a recuperação do paciente, pois o usuário de entorpecentes é um doente, que possui mais chances de recuperação com o acompanhamento familiar.

Gleysse Machado – Pode ser mencionado que após o tratamento, o paciente está plenamente recuperado?

Telmo José Ávila Savoldi – É imprevisível. O paciente sempre fica com alguma seqüela, seja alterações na memória, seja perda de valores éticos, morais.

Gleysse Machado – Existem dados ou estatísticas da quantidade de dependentes de tóxicos recuperados no município de Cacoal? O senhor possui estatísticas acerca do número de pacientes recuperados?

Telmo José Ávila Savoldi – Não existe um serviço público que faça o controle sobre a quantidade de dependentes que receberam ou recebem o tratamento. Não tenho estatísticas acerca do número de pacientes recuperados por mim.

Gleysse Machado – O senhor passou por alguma situação em que tivesse que diagnosticar que pelo fato de o usuário ou dependente de tóxico ter ingerido a substância, tenha ocorrido a inibição completa da compreensão dos fatos da vida?

Telmo José Ávila Savoldi – Não. O dependente poderá ficar privado da capacidade de discernimento e isso ocorre na intoxicação, em que há alterações no corpo e na consciência, o que resulta a perda de controle de sua vida afetiva, laboral.

Gleysse Machado – Como o senhor analisa a conduta do usuário de drogas?

Telmo José Ávila Savoldi – Como falei anteriormente, ele é um doente. É digno de pena – o sentimento mais triste que podemos sentir por alguém.

ENTREVISTA

MÁRCIO SOUZA MAMEDE

Delegado de polícia da Delegacia Regional de Polícia Civil de Cacoal

Esta pesquisa foi realizada na data de 22 de novembro de 2007, em que foram realizadas perguntas que envolvem a conduta do usuário de tóxico.

Gleyse Machado – Qual a instrução dada aos policiais civis ao “pegar” em flagrante alguém consumindo tóxico?

Márcio Souza Mamede – É realizar a prisão em flagrante, apreender a droga, capturar o usuário e o conduzir à delegacia.

Gleyse Machado – Qual o comportamento do usuário de drogas, quando chega à delegacia, conduzido por policiais?

Márcio Souza Mamede – Eles não apresentam agressividade, não demonstram rebeldia ou violência. Apenas dizem que estão arrependidos de terem consumido a droga e que não vão mais utilizá-la.

Gleyse Machado – Como é detectado o destino da droga – se é utilizada para uso pessoal ou para o tráfico?

Márcio Souza Mamede – Depende não apenas da quantidade, uma vez que ela não é fator determinante para verificar se aquela droga é destinada a uso pessoal ou a tráfico. Também depende das circunstâncias em que foram realizadas as apreensões da droga, do caso concreto. É verificado, ainda, os antecedentes do agente, do local em que foi apreendida a substância tóxica e do usuário quando afirma que adquiriu a droga por ter comprado de um terceiro, o que caracteriza a mercancia.

Gleyse Machado – No caso de uso compartilhado de tóxico, em que momento é verificado se é tráfico ou apenas uso?

Márcio Souza Mamede – Como falei anteriormente, depende do caso concreto. Tem que verificar se a droga é destinada ao uso compartilhado com pessoas do relacionamento do agente, se não houve objetivo de lucro. Deve ser levado em consideração o princípio da proporcionalidade, porque prender em flagrante apenas um usuário, se os outros também estão consumindo; ou se ele apenas foi pegar a droga para depois utilizar em grupo, todas

essas circunstâncias devem ser analisadas. Compete ao Estado provar que o agente realizou o tráfico. Desde a edição da Lei 11343, não houve nenhuma incidência na delegacia com base neste artigo 33, parágrafo terceiro.

Gleysse Machado – Quais as drogas mais apreendidas nessa delegacia? O senhor acredita que houve alguma mudança no consumo de drogas ilícitas com o advento da Lei 11343?

Márcio Souza Mamede – Maconha, crack, cocaína. Embora as penas fossem mais severas no regime anterior a esta lei, agora, mesmo com a despenalização da conduta do usuário que porta drogas para uso pessoal, o consumo permaneceu inalterado.

Gleysse Machado – Quando é observado que a droga é destinada a uso pessoal, qual o próximo procedimento?

Márcio Souza Mamede – O usuário ou dependente é encaminhado à delegacia, é feito um termo circunstanciado, é assinado um termo de compromisso, por meio do qual ele se compromete a comparecer ao juizado especial criminal. A Lei 11343 prevê que o usuário deverá ser conduzido imediatamente ao juizado especial, sem passar sequer pela delegacia, porém por não existir recursos e não haver um juiz plantonista, isso não é possível.

Gleysse Machado – Em caso de semear, cultivar ou colher plantas tóxicas, como identificar se tal plantação é para consumo próprio ou para o tráfico de tóxico?

Márcio Souza Mamede – A lei é muito vaga, pois não especifica o que é pequena quantidade. Mas depende da quantidade, a lei diz que é pequena quantidade, e se esta for exorbitante será configurado tráfico.

Gleysse Machado – Quem tem competência para apreender a droga?

Márcio Souza Mamede – Pode ser o policial civil, militar ou federal e qualquer do povo. Sendo que é facultado ao cidadão, a qualquer do povo dá voz de flagrante ao consumidor de tóxico, conduzindo-o à delegacia, enquanto aos policiais é obrigatório.

Gleysse Machado – Em relação à Lei 11343, o que mudou em comparação com as Leis 6368 e 10409, quanto aos aspectos de prevenção, das penas, repressão às drogas e reinserção social dos usuários ou dependentes de tóxicos?

Márcio Souza Mamede – Como falei anteriormente, deve ser observado o princípio da proporcionalidade. Existiam várias condutas tipificadas no artigo 12 da lei anterior ou que tratava a conduta do tráfico com penas rígidas, agora com a nova lei, tornou-se mais razoável.

Na delegacia não há um programa destinado à prevenção, apenas se restringe à repressão às drogas.

Gleysse Machado – o senhor acredita que houve a descriminalização do porte ou posse de drogas para consumo pessoal com a edição da Lei 11343/06?

Márcio Souza Mamede – Não. Embora alguns confundam, afirmando que houve a descriminalização, o que se tem discutido é que há uma infração *sui generis*, não sendo contravenção penal e nem crime, contudo, o STF entende que é crime. O que houve foi a despenalização, o abrandamento das penas, antes quando o usuário se recusava a assinar o termo de compromisso, ele era preso assim mesmo. Atualmente, apesar de o consumidor de tóxico não ser penalizado com prisão, continua sendo crime o porte de drogas para uso pessoal.

Gleysse Machado – O senhor acredita que as penas alternativas elencadas nos incisos do artigo 28 da Lei 11343 podem ser consideradas medidas meramente educativas? E, quanto à sua eficácia?

Márcio Souza Mamede – As penas são educativas, o usuário está sendo tratado pela lei em vigor como questão de saúde pública. O usuário mesmo reincidindo em sua conduta não será privado de sua liberdade. Acredita que elas não são eficazes, pois no caso da aplicação da admoestação verbal, pois muitas vezes eles ouvem a advertência do magistrado e não dão importância ao que ele diz. Os consumidores de tóxico só temem se forem presos.

Gleysse Machado – Como o senhor analisa a conduta do dependente de tóxico?

Márcio Souza Mamede – o dependente gera desagregação familiar, pratica pequenos furtos e outros crimes mais graves para sustentar o vício.

Gleysse Machado – O senhor constatou ou presenciou algum caso de agressão ou homicídio, furto ou roubo cometido por usuário de tóxico, que tenha cometido este crime em razão do efeito inebriante da droga?

Márcio Souza Mamede – Não presenciei. Não tem como constatar se ele estava sob o efeito do tóxico quando praticou o crime. Há uma forte ligação das drogas em relação às práticas de roubo e furto. Só foi verificada a prática de homicídio em caso de “acertos de conta” entre usuários de droga e traficantes, porque eles estavam em débito com os traficantes. As drogas sempre estão relacionadas a práticas criminosas, seja de forma direta ou indireta.

Gleysse Machado – O senhor possui dados, índices das drogas ilícitas mais utilizadas em Cacoal ou de crimes cometidos por usuários ou dependentes de tóxicos?

Não é realizada nenhuma estatística em Cacoal.

Quantidade de Droga ilícita apreendida em Cacoal na Delegacia Regional de Polícia Civil nos anos de 2006 a outubro de 2007:

MESES/ANO	COCAÍNA	MACONHA	CRACK
Janeiro/2006	17,6g		
Fevereiro/2006	8,2g		
Março/2006	2954,50g		
Abril/2006	8,3g		
Maio/2006	131g		
Junho/2006	5,3g		
Julho/2006		920g	272g
Agosto/2006			12,4g
Setembro/2006	523g		
Outubro/2006	2,6g		
Novembro/2006	2,3g		
Dezembro/2006	4,6g		
TOTAL	3657,4g	920g	284,4g

MESES/ANO	COCAÍNA	MACONHA	CRACK
Janeiro/2007	8,3g		
Fevereiro/2007		2,5g	3,2g
Março/2007	0,5g		
Abril/2007		4g	270g
Maio/2007	11,4g		
Junho/2007	2,4g		
Julho/2007		3,2g	8,3g
Agosto/2007			496g
Setembro/2007			
Outubro/2007	27,6g	2,4g	
TOTAL	50,2g	12,1g	777,5g

ENTREVISTA

ADELAIDE STREY

Secretária da Fundação Vida Nova – centro de reabilitação para dependentes químicos.

Esta entrevista foi realizada na data de 23 de novembro de 2007, no Município de Cacoal – Estado de Rondônia.

Gleysse Machado – A senhora tem alguma especialização na área médica? Ou recebeu alguma preparação prévia para saber como lidar com o usuário de tóxico? Já acompanhou a recuperação de algum dependente químico?

Adelaide Strey – Não e também não recebi nenhuma orientação. Trabalho há um ano e nesse tempo não participei de nenhuma recuperação de um dependente químico.

Gleysse Machado – Por quem é mantida esta fundação? Quantos dependentes químicos esta fundação está atendendo?

Adelaide Strey – A fundação é mantida por doações, o terreno para construir a fundação foi doado pelos doutores Credival Duarte e Raquel. A fundação está atendendo apenas um dependente químico. O Ministério da Saúde fechou a fundação em 2004 por falta de estrutura básica, e só voltou a funcionar em 2007.

Gleysse Machado – É realizado algum tipo de exame prévio antes de o dependente receber o tratamento oferecido pela fundação?

Adelaide Strey – Sim. Ele faz um exame para verificar se possui alguma doença infecto-contagiosa como tuberculose e outras.

Gleysse Machado – Como é o comportamento das pessoas que procuram ajuda na Fundação Vida Nova?

Adelaide Strey – A mãe do dependente fica bastante alterada porque ela diz que seu filho está vendendo tudo o que tem em casa para comprar a droga.

Gleysse Machado – E, caso o dependente químico manifeste recusa ao receber o tratamento?

Adelaide Strey – Se o dependente não quiser largar o vício e caso recuse o tratamento, não adianta insistir.

Gleysse Machado – A senhora conhece o ABISAI? Quem mantém este centro de recuperação? Como é realizado o tratamento? Como é o local do tratamento? E, quantos internos este centro de reabilitação está atendendo?

Adelaide Strey – Sim. Os recursos financeiros advêm das igrejas Nova esperança e Avivamento Bíblico, ele é mantido pelo pastor Edson e pelo Daniel, que são os coordenadores deste centro. O Daniel era dependente químico. O tratamento é feito com suco de maracujá, que é utilizado para acalmá-los e carvão mineral para desintoxicar. Não existem pessoas da área médica para fazer o tratamento nos dependentes. Lá existem três dormitórios com capacidade para dezoito internos e atualmente, está atendendo além de suas instalações físicas, uma vez que existem 21 internos, sendo que três deles estão dormindo no chão. Está em desacordo com a ANVISA, uma vez que esta exige que o centro de recuperação possua três beliches por quarto e que todos os quartos tenham banheiro. A maior fonte de tratamento consiste na leitura da bíblia, o pastor Edson adota medidas muito severas.

Gleysse Machado – Como é o comportamento do dependente químico quando se abstém de consumir o tóxico?

Adelaide Strey – Isso ocorre na primeira quinzena, quando eles ficam muito agitados. Observei que o crack é a droga mais consumida em Cacoal e que o usuário deste entorpecente possui o dedo amarelado, principalmente o indicador, porque o usuário fica girando a pedra de crack para que ela não se apague, mantendo a chama acesa. Ela é vendida por R\$ 10,00.

Gleysse Machado – Como a senhora analisa a conduta de um dependente químico?

Adelaide Strey – Ele desestrutura toda a família.

Gleysse Machado – Em relação aos dependentes químicos que estão recebendo tratamento do ABISAI, quantos a senhora acredita que possam ser recuperados?

Adelaide Strey – Daqueles 21 internos, talvez uma vida seja recuperada, os demais não conseguirão largar o vício.

ENTREVISTA

JOHNNY GUSTAVO CLEMES

Juiz Titular do Juizado Especial, localizado no município de Cacoal, Estado de Rondônia.

Esta entrevista foi realizada na data de 27 de novembro de 2007, no Município de Cacoal – Estado de Rondônia.

Gleysse Machado – Com base em que circunstâncias, o senhor determina que a droga apreendida é destinada a uso pessoal?

Johnny Gustavo Clemes – Não sou eu quem determina, quem faz este tipo de trabalho é a delegacia de polícia e, posteriormente, independentemente da análise feita pelo delegado, quem vai verificar se a droga foi destinada a consumo pessoal é o promotor de justiça e, caso ele entenda que é para uso pessoal, o Ministério Público oferecerá a denúncia e, depois, será encaminhado ao Juizado Especial Criminal.

Gleysse Machado – No caso de o usuário de tóxico praticar mais de uma conduta do artigo 28, *caput*, da Lei 11343, ele responderá pelas condutas praticadas?

Johnny Gustavo Clemes – O juiz deverá aplicar o que está na lei. Tem que observar se há concurso formal ou material, no caso de concurso material faz parte do mesmo fato, independente da ocasião.

Gleysse Machado – Quem realiza a advertência? Os doutrinadores afirmam que o consumidor de tóxico não deveria ser conduzido à delegacia, mas ir diretamente ao Juizado Especial Criminal, qual o posicionamento do senhor acerca desta argumentação?

Johnny Gustavo Clemes – Apesar de constar que é o juiz quem deve aplicar a advertência, especificamente, ela é realizada por uma psicóloga que fica à disposição do Juizado Especial. A teoria é muito diferente da prática, o juizado não possui condições para isso, pois há necessidade de o usuário ser conduzido à delegacia para que ele seja compromissado.

Gleysse Machado – Como são realizadas as penas de prestação de serviços à comunidade e medida de comparecimento a programa ou a curso educativo?

Johnny Gustavo Cledes – É vedada a prestação de serviços à comunidade porque o que há é uma pena alternativa de tratamento. Embora não haja um órgão público que faça o tratamento, sempre existe uma entidade religiosa que dê assistência ao usuário ou ao dependente de tóxicos. Quanto à segunda medida, da mesma forma como não há internamento, a medida é feita por uma psicóloga que fica à disposição do juizado.

Gleysse Machado – Em caso de recusa do agente consumidor de drogas não cumprir as penas alternativas que lhe foram impostas? Ao ser proferida a pena alternativa ao usuário de tóxico, há alguma contraprestação por parte dele?

Johnny Gustavo Cledes – Ele é conduzido coercitivamente a cumprir a pena alternativa. Não há contraprestação, quando ele recebe a pena, depois que ela é proferida, esta se exaure e o processo é arquivado.

Gleysse Machado – Em que consiste a admoestação verbal?

Johnny Gustavo Cledes – É uma advertência, ela é proferida no sentido de explicar o efeito da substância tóxica, a importância de não voltar a consumir a droga, o apoio da família, a necessidade de ter uma religião.

Gleysse Machado – Quando é aplicada a multa? Com base em que circunstâncias, o senhor determina o “quantum” a ser pago pelo usuário ou dependente de tóxico que utiliza a droga para uso pessoal? E, se ele alegar que não possui recursos financeiros para pagar a multa?

Johnny Gustavo Cledes – Excepcionalmente, quando nenhuma das outras medidas tiveram efeito. O valor a ser pago é mensurado em conformidade com as condições econômicas do agente e com o prejuízo causado à vítima. É injustificável que após o descumprimento de todas as penas alternativas, o usuário de tóxico mencione que não possui recursos financeiros para isso. Caso ele insista em não efetuar o pagamento, o próximo procedimento é a execução, depois a penhora.

Gleysse Machado – O senhor acredita que estas penas alternativas têm caráter meramente educativo? A aplicação delas está sendo eficaz?

Johnny Gustavo Cledes – Elas não são educativas, são medidas protetivas, que visam proteger e recuperar pessoas que estão em situação de hipossuficiência. Não. A teoria é muito diferente da prática, não adianta criar essas medidas sem que haja estrutura para a efetivação delas.

Gleysse Machado – E se ele manifestar recusa ao receber o tratamento psicológico?

Johnny Gustavo Cledes – Será conduzido coercitivamente.

Gleysse Machado – Se foi constatado que o dependente de drogas cometeu roubo, estupro ou homicídio, tendo sido diagnosticado por meio de exames médicos que ocorreu a inibição completa dos fatos da vida, ele ficará isento de cumprir essas medidas?

Johnny Gustavo Cledes – O juiz não pode errar quanto à aplicação da lei. Ninguém se droga acidentalmente, ele responderá pela conduta praticada.

Gleysse Machado – Como o senhor analisa a conduta do dependente químico?

Johnny Gustavo Cledes – A dependência é um problema familiar e social. Familiar porque ninguém se droga acidentalmente, mas por causa da educação que recebe e dificilmente consegue se livrar das drogas sem o apoio da família. É social, pois existem problemas de ordem social, que levam a pessoa a consumir drogas, como a marginalização, o desemprego e também por não existir iniciativas governamentais para recuperar os dependentes.

Gleysse Machado – Na concepção do senhor, a Lei 11343 descriminalizou a conduta de portar ou possuir droga para uso pessoal?

Johnny Gustavo Cledes – Você é quem tem que se posicionar a respeito disso e verificar o que a doutrina diz, pois caso você siga o ensinamento de Luiz Flávio Gomes, dirá que não é mais considerada crime; caso contrário dirá que continua sendo crime.

Gleysse Machado – O que mudou com a Lei 11343, em relação às Leis 6368 e 10409, no tocante aos aspectos de repressão, prevenção e reinserção social dos usuários ou dependentes químicos?

Johnny Gustavo Cledes – Para não afirmar que mudança nenhuma ocorreu e que trocaram “seis por meia-dúzia”, a única modificação é que a Lei 11343 trata a conduta do usuário como questão de saúde pública e prevê o tratamento, não é imposta a ele a pena de prisão, como antigamente ocorria durante a vigência das leis anteriores.